LINHA DE PESQUISA 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

A UTILIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NAS EMPRESAS RURAIS: UM ESTUDO DOCUMENTAL.
Amanda Zanardi e Marisa Claudia Jacometo Durante 128

ANÁLISE DOS INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO: Um Estudo das Empresas de Energia Elétrica da Bm&Fbovespa.
Carla Priscila de Almeida, Deisy Braun Machry e Fabiane Popik 153

ANÁLISE NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES FINANCEIROS E ECONÔMICOS: Estudo em uma Empresa do Ramo de Construção Civil.
Lucielli Portela, Simone Alves Ferreira e Fabiane Popik 178

CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS E SUAS APLICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.
Daiana Naiara Rodrigues, Débora Aline da Silva Soares Affonso e Leandro Franz 199

ÉTICA EMPRESARIAL: Como as Empresas Devem Conduzir seus Negócios?
Marciano Beal e Nelso Antonio Bordignon 218

INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS: UM ESTUDO NA EMPRESA IDEA COMUNICAÇÃO VISUAL – EIRELI-ME.
Daiana Paula Basegio, Graciele Macacari Santana e Fabiane Popik 240

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930.
Gessyka Cruz, Odilton Aquino dos Santos e Cleyton Rodrigues dos Santos..... 261

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONSTITUÍDA NO ANO DE 2015 EM LRV - MT.
Bruno de Oliveira Mattei, Janaína Marlene Pires Leal Mattei e Josirene Candido Londero 277

A UTILIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO ADMINISTRATIVO NAS EMPRESAS RURAIS: Um Estudo Documental

Amanda Zanardi[1]

Marisa Claudia Jacometo Durante[2]

RESUMO

Para a realização deste trabalho, considerando a importância do agronegócio nacional e regional, nota-se que as propriedades rurais passam a ser reconhecidas como empresas rurais. Inicialmente, procura-se um entendimento da importância e às utilizações do controle interno administrativo, na gestão empresarial rural, e, cuja função levantar, alguns dos tipos de controle interno, identificar quais são os controles internos administrativos e alguns dos mais adequados à empresa rural e explicar métodos a uma possível utilização na empresa rural. É indispensável que as empresas, não importando a que fins se destinem, façam um bom controle interno. Com o controle de capital, planejamento, estratégias possuem e dados e fatores de prioridade para que, a organização possa planejar projetos, traçar metas. As ações, devem ser controlados, visando sua correta aplicação. O método desenvolvido nessa pesquisa, foi o documental, onde, pode-se verificar através do estudo e de acordo com os autores, quais são os controles internos mais adequados a empresa rural e sugestões quanto as áreas de utilização. Analisou-se e percebeu-se, que estas ferramentas do controle interno, tem um potencial de implantação nas empresas rurais, e que a aplicação destas, pode vir a permitir um aproveitamento e viabilidade das atividades, com atuações mais simples e menos dispendiosas, demonstrando assim, que os usos de tais ferramentas administrativas do controle interno, permitem uma melhoria na qualidade da gestão rural, bem como, melhoria da vida no campo.

Palavras-chave: Controle Interno Administrativo. Empresa Rural. Gestão.

1 INTRODUÇÃO

Diante do cenário atual, faz-se necessário desenvolver estudos contínuos relativos à gestão administrativa, em todas as áreas onde estas são aplicadas, tornando desejável a utilização de estratégias organizacionais que façam com que essas empresas continuem inseridas no mercado.

[1] Acadêmica do 8º semestre do curso de Administração da Faculdade La Salle. Artigo entregue como requisito para conclusão do TC II. E-mail: amandah.zz@hotmail.com

[2] Doutora em Educação. Professora orientadora do artigo. E-mail: marisa@faculdadelasalle.edu.br

Toda organização, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, almeja qualidade de seus produtos e eficiência na qualidade da gestão, e com recursos devidamente controlados para melhor conduzir as atividades e poder realizar suas metas e objetivos. No início, a qualidade era apenas objeto de cuidados da área produtiva por meio do setor de controle de produção. Atualmente, a qualidade tem uma abrangência maior dentro das organizações, por meio da implantação de sistemas de gestão da qualidade, de acordo com (BARRETO, 2008).

Nesse cenário está presente a empresa rural, como são conhecidas as propriedades rurais atualmente, as quais também necessitam acompanhar esse desenvolvimento moderno do qual estamos vivendo. Tendo isso como base, onde a utilização de uma gestão administrativa seja eficiente, para os empresários rurais poderem estar inseridos e adequando essas práticas ao ambiente de trabalho no campo.

Por isso, dentro dessa empresa rural, proporcionar o conhecimento e autodesenvolvimento ao empresário rural o condicionam a adotar com naturalidade, técnicas de gestão.

A função administrativa do controle tornou-se cada vez mais importante ao longo do tempo, onde o controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas a serem adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão dos dados contábeis, desenvolver eficiência nas operações, estimular o seguimento do planejamento administrativo traçado (BARRETO, 2008).

Os empresários rurais, por vezes veem essas técnicas de melhoria de gestão utilizadas nas empresas, como um investimento desnecessário, onde também, por falta de informação, não se fazem do interesse estar investindo tempo e dinheiro em determinados procedimentos.

Em um ambiente de mudanças constantes, as empresas rurais (agrícolas ou pecuária), talvez mais do que outros tipos de negócio requerem, as rurais requerem de seus administradores, a concentração de uma série de conhecimentos e habilidades, assim, hoje o empreendedor rural necessita de conhecimentos na área de administração, controle interno, contábil, humana, comercial, técnica, dentre outras. É comum ouvirmos dizer que o produtor rural

sabe produzir bem e que o grande problema das empresas rurais está para além da “porteira” da propriedade (REIS, 2010).

Assim surgiu o questionamento: Como utilizar o controle interno administrativo na empresa rural? Apresentando em seu objetivo geral descrever a utilização do controle interno administrativo na empresa rural.

De modo específico busca-se: a) Levantar quais são os tipos de controle interno; b) Identificar quais são os controles internos administrativos mais adequados à empresa rural; c) Explicar como utiliza-los na empresa rural.

É indispensável que as empresas, não importando a que fins se destinem, se façam através da verificação da importância um bom controle interno, pois sem capital, planejamento, estratégia a empresa não funciona, pois estes, são fatores de prioridade para que a organização possa criar projetos, traçar metas. Portanto, devem ser controlados para garantir a correta aplicação de seus bens, insumos e pessoal.

A importância dessa temática de estudo justifica-se pelo aspecto dado, em tornar a empresa rural competitiva e ajustada às necessidades crescentes do mercado atual, onde o empresário rural possa estar se adequando as necessidades de mercado e bem como as encontradas em sua empresa rural.

Para nós acadêmicos, a pesquisa gera conhecimento, visa, apreciar os conceitos mais específicos de quando e porque utilizar o controle interno, pesquisa-se quais seriam os melhores e mais adequados a utilização em empresa rural, aperfeiçoando conhecimentos voltados as empresas rurais.

Em suas finalidades, mostrar o que efetivamente pode ocasionar na empresa rural em sua aplicabilidade, identificar os conceitos que podem ser adaptáveis aos produtores rurais, quando da mudança na sua gestão, através de pesquisa e de estudos bibliográficos.

Para o ensino superior, a presente pesquisa, contribui como interesse e fonte de pesquisa aos acadêmicos da Faculdade La Salle - Lucas do Rio Verde-MT, que sabem a importância do agronegócio inserido em nossa região, como se faz necessário, saber de técnicas que possam estar auxiliando as empresas rurais e os empresários rurais, com conhecimento de novos conceitos, visando os cursos de administração, agronegócio e o curso de agronomia inseridos na faculdade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Controle Interno

O sistema de controle interno pode ser considerado uma prática essencial nas empresas, para avaliar até que ponto, os objetivos estão sendo atingidos e, de acordo com (MAXIMIANO, 2004).

O controle interno ou, o controle interno administrativo, representa a segurança do administrador, desta forma, não há como dissociar o controle interno da ação de administrar ou gerenciar, de acordo com a linha de pensamento de (CASTRO, 2009).

Os planos organizacionais das empresas onde é utilizado o controle interno, e este, se fizer necessário, utilizam-se de ferramentas administrativas em seu projeto decisório e para a tomada de decisões, visto que as organizações possuem grande expectativa no alcance de objetivos, e ou, resultados satisfatórios.

A função administrativa do controle, tem se tornado cada vez mais importante ao longo dos anos. O crescimento da complexidade das organizações, provocou o distanciamento físico, do seu principal executivo, da realização do processo administrativo e produtivo das empresas.

Surgiu então, a necessidade da descentralização e delegação de poderes, para que pudessem ser cumpridas com eficiência todas as etapas vitais da organização, em, (BARRETO, 2008). Para Chiavenato (2003, p.183):

> Controle é a função administrativa que vem depois do planejamento, organização e direção que serve para assegurar que os resultados do que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos estabelecidos.

Entende-se, sob esse ponto de vista, que o controle interno, seria uma etapa do processo administrativo, onde se busca garantir a integridade da organização da qual, é utilizada. Pela sua amplitude, conforme citado por Attie (2011, p.188):

> O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela

> empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Como pode ser compreendido, o conceito de controle interno é bem amplo, pois, mostram que os controles buscam objetivos de diversas ações importantes dentro da empresa, a serem concluídos, e possibilitam que haja métodos que poderão garantir eficiência e dar credibilidade, aos métodos e procedimentos das organizações.

Para que os objetivos do controle interno sejam atingidos, são necessários agrupar e organizar as funções, e, desta maneira, possibilitar a verificação dos desvios do plano, conforme (BARRETO, 2008):

- ✓ Sejam detectados o mais rápido possível.
- ✓ Sejam quantificados.
- ✓ Tenham suas causas identificadas.
- ✓ Sejam corrigidos pela aplicação de medidas eficazes.

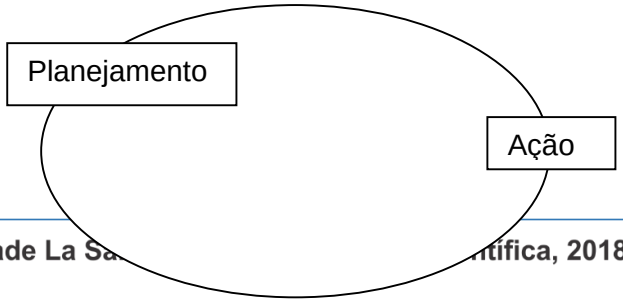
Tendo como base, os desvios do plano, possíveis erros que possam a vir ocorrer, que estes sejam detectados o mais breve possível, e corrigidos em sua integridade.

Com as suas causas identificadas, fazendo suas correções o mais rápido possível, adotando assim, algumas técnicas mais eficazes, que inseridas ou adicionadas a esse plano, ocasionam uma melhora significativa.

Claramente, verifica-se planejamento, ação e análise da ação, a rota correta a
seguir rumo, aos objetivos que se almeja.

Tendo isso como base, o processo do controle interno, que ele possa ser feito com o intuito de assegurar que os resultados do que foi planejado, organizado e dirigido, se ajustem aos objetivos previamente estabelecidos na tomada de decisão, para almejar os resultados esperados (CASTRO, 2009).

Pode-se visualizar o processo de controle interno, acontecendo dentro de um ciclo, conforme exposto na figura 1:



Análise da Ação

FIGURA 1 – Ciclo do processo de Controle Interno:
Fonte: Barreto, 2008

Depois de feita a verificação de como funciona o controle interno dentro de um ciclo, conforme exposto na figura 1, pode-se dizer que, não se recomenda as empresas como opção, trabalhar na base da improvisação, tornando assim o planejamento determinante, como base para as demais funções a serem executadas na organização. De acordo com Castro (2009, p.60) “planejar é definir objetivos e escolher antecipadamente as ações para alcança-los”.

A ação e a análise da ação, se fazem importante, por estabelecerem as relações entre o planejamento, à execução do planejamento e sua análise antes da tomada de decisão. De acordo com as considerações de Castro, (2009, p.61): “determinar as atividades necessárias ao alcance dos objetivos; agrupar as atividades em uma estrutura lógica; designar as atividades específicas”.

Quando se estabelece o planejamento dentro das organizações, é feita uma avaliação crítica das variáveis, sejam elas internas ou externas, traçando assim a estratégia da ação, conforme (BARRETO, 2008).

Observando que o sistema de controle interno sempre busca melhorar ações, monitorar, planejar e analisar o que está sendo feito na empresa, tendo em seu foco principal, a realização das metas estabelecidas, onde o objetivo é sempre aprimorar.

Diminuir a possibilidades de estar executando as atividades dentro da empresa, que não obtenham qualquer tipo de controle interno, ficando clara, a importância deste, dentro de qualquer organização, Attie (2011, p. 191) cita que:

> A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

Na falta dos sistemas de controles internos nas organizações, tornara-se difícil para o gestor obter efetividade, visto que este propicia a diminuição de possíveis erros que podem a vir a surgir durante a gestão.

Seguindo a linha de pensamento de Attie, (2011, p.192) “o controle interno é parte integrante de cada segmento da organização e cada procedimento corresponde a uma parte do conjunto do controle interno”.

Toda organização, seja ela para quaisquer fins lucrativos, inseridas no mercado, visam um eficiente controle interno, pois sem ele, a empresa não estaria funcionando de maneira adequada, onde os recursos são prioridade para que a organização possa criar metas, fazer projetos e alcançar objetivos finais de eficiência/ eficácia.

Após a base, verifica-se que, ações controladas a fim de garantir a sua correta aplicação, ocasionam desenvolvimento correto e efetivo.

2.1 Empresa Rural

Conceitua-se a empresa rural, por ser a unidade de produção em que são exercidas atividades do campo, que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado e, ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. Qualquer tipo de empresa rural, seja familiar ou patronal é integrada por um conjunto de recursos, denominados fatores da produção, segundo (CREPALDI, 2011).

A empresa rural pode ser considerada a unidade de produção dos recursos disponíveis, tendo como objetivo a obtenção de renda e a sua sobrevivência, pode visar o crescimento em busca dos lucros extraídos através de suas atividades.

A empresa de modo geral, seria o mecanismo econômico e social que reúne dentro de uma organização o capital, trabalho e direção, que se dispõe a produzir bens ou serviços na esperança de se obter bons lucros.

De forma geral, a empresa de um modo comum, seja ela de qualquer ramo de atuação, é considerada complexa, com funções bem distintas e de importância significativa para uma boa gestão do administrador.

Nas empresas rurais, da atualidade devem possuir noções e funções administrativas, bem delineadas e que estas, possam estar auxiliando ao empresário rural, na execução de seus meios e fins.

De acordo com Chiavenato (2003, p.80) as funções básicas da empresa de hoje:

> A visão de Fayol, sobre as funções básicas da empresa está ultrapassada. Hoje, as funções recebem o nome de áreas da administração: assim, as funções administrativas recebem o nome de área de administração geral; as funções técnicas recebem o nome de área de produção, manufatura ou operações; as funções comerciais, de área de vendas/marketing. As funções de segurança passaram para o nível baixo. As funções contábeis passaram a se subordinar às funções financeiras. E finalmente, surgiu a área de recursos humanos ou gestão de pessoas. Todavia, outras mudanças estão ocorrendo: as áreas citadas estão sendo geridas por equipes e não exclusivamente por departamentos como antigamente.

Seguindo Crepaldi, (2011) entende-se, por organização da empresa rural a combinação das atividades desenvolvidas dentro da fazenda, isso quer dizer, escolher todas as culturas e criações, e, fazer sua exploração de modo que, esta seja aproveitada na melhor maneira possível, como sendo o fator de produção mais importante.

O manejo da empresa rural se faz variável de acordo com possíveis conceitos, sendo então, a unidade de produção que possui nível de capital e exploração, utilizando de fatores de produção a terra, as máquinas, defensivos e a gestão. Com os objetivos técnicos, e visando a sobrevivência, crescimento e o lucro.

Considerando a “Caracterização de Empresa Rural”, apresenta-se a figura 2, sendo definida pela exploração do solo, por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de produtos agropecuários.

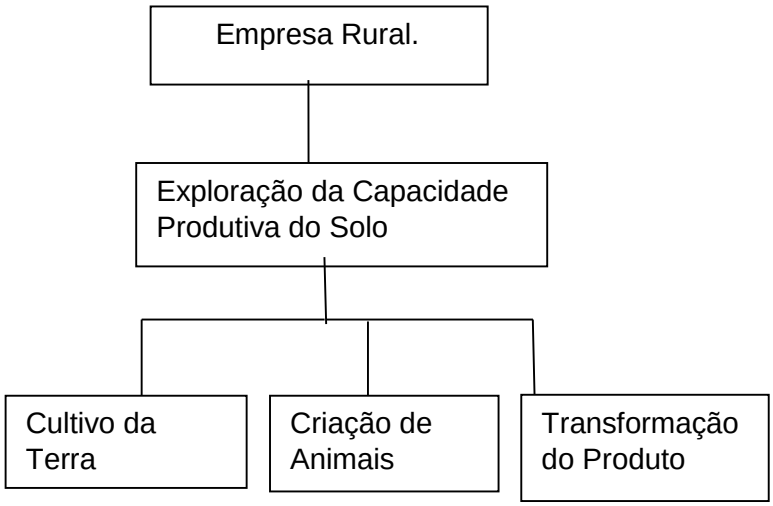


FIGURA 2 - Caracterização Da Empresa Rural

Fonte: Marion, 2000.

A figura 2, como base da caracterização da empresa rural, e na gestão desta, considera-se um processo que busca em concretizar os objetivos organizacionais e da tomada de decisão do seu empresário, onde desde o cultivo da terra, a capacidade de exploração do solo, a criação de animais até a transformação do produto final, necessitam obter-se de um planejamento e processo de tomada de decisão, para que os recursos que estão sendo utilizados possam atingir toda a sua qualidade. Reis (2010, p. 87) cita que:

> O desenvolvimento agrícola é fundamental dependente da combinação de recursos naturais com fatores de mercado, políticas de governo, crédito, insumos, transporte, armazenagem e tecnologia. Quando a agricultura se desenvolve, os produtores rurais adquirem mais controle sobre seus ambientes produtivos. Quanto maior o controle, mais importantes se tornam o conhecimento e a tecnologia, como determinantes do desenvolvimento.

Dentre as principais funções a serem desempenhadas, estão à tomada de decisão, planejamento, e o controle das atividades executadas. A tomada de decisão, não se faz de forma fácil por um administrador, pois implica em assumir responsabilidades importantes, que poderão ocasionar em bons ou ruins resultados, de acordo com a decisão tomada.

O planejamento obtém como função, especificar os objetivos a serem atingidos, bem como decidir as ações adequadas para alcançar a sua finalidade.

Finalmente, a função controle que, busca assegurar que os objetivos planejados sejam atingidos, por meio da execução correta das ações, obtendo um resultado de excelência.

A necessidade de atualização dos meios de gerenciamento nas empresas rurais é indispensável, para alcançar resultados de produção, obter uma melhor produtividade, alcancem uma garantia de sucesso na empresa rural.

Em tempos modernos, estão sendo utilizados meios tecnológicos na produção, onde há uma maior qualidade, eficiência, eficácia, e, consequente diminuição de gastos com insumos e retrabalhos.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo deste trabalho, e responder o problema da pesquisa, foram realizadas diversas buscas em livros sobre o assunto abordado, especificamente, o agronegócio, administração rural, controle interno, contabilidade rural.

O método utilizado de abordagem da pesquisa o indutivo, pois, através das informações retiradas dos livros, e avaliar quais foram os tipos de controle interno administrativo que poderiam melhor se adaptar a empresa rural e as necessidades do gestor, destas.

O trabalho de pesquisa tem classificação documental, pois foram utilizados somente livros, o artigo tem caráter quantitativo, através dos livros e do pensamento de outros autores conhecidos que anteriormente, porém as vezes em uma forma diferente de abordagem, utilizara-se das citações descritas neste, visando reunir o maior número de uma citação de diferentes autores, a fim de realizar a análise.

A pesquisa, teve como objeto pesquisado levantar quais os tipos de controle interno, e, identificar quais são os controles internos administrativos mais adequados à empresa rural e explanar como utiliza-los na empresa rural.

A coleta de dados foi realizada através de livros, onde foram selecionados apenas as citações, e autores que possuíam ligação com título e o tema que se estava estudando, tendo como assunto principal o agronegócio, empresa rural, controle interno administrativo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Levantar Quais são os Tipos de Controle Interno Administrativo

Para atender a esse objetivo pesquisou-se em livros, sobre os quais, seriam os tipos de controle interno administrativo, cujo resultado apresenta-se no quadro 1.

QUADRO 1 – Tipos de Controle Interno Administrativo

Fluxo de Caixa;
Sistema Bancário;

Controle de Documentos;
Contabilidade Gerencial – Rural;
Processo de Tomada de Decisão;
Ferramenta da Gestão de Qualidade 5S
Ferramenta da Gestão de Qualidade PDCA;
Análise Econômico-financeira;
Planejamento;
Contas a Pagar e Receber;
Recursos Humanos – Gestão de Pessoas;
Controle das instalações e equipamentos;

Fonte: Dados pesquisados em diversos livros, relacionados nas referências.
Nota: Dados trabalhados pela autora, 2017.

Através da análise dos livros, houve uma quantidade considerável de controles internos administrativos. Destes todos, escolheu-se doze dos existentes e dentre os controles internos administrativos, e destes, os mais citados foram seis, fluxo de caixa, escrituração da empresa rural, contabilidade gerencial rural, processo de tomada de decisão na empresa rural, planejamento e pôr fim a ferramenta de controle de qualidade 5S, como destacadas no quadro 1.

Escolheu-se como critério para utilização neste, a quantidade de livros encontrados que se utilizavam desses controles internos administrativos, como sendo exemplo de bom desempenho e efetividade.

4.2 Identificar Quais são os Controles Internos Administrativos mais adequados na Empresa Rural

A partir da pesquisa bibliográfica, elencou-se no quadro 2 os controles internos administrativos mais adequados para a empresa rural.

QUADRO 2 – Controles Internos Administrativos Adequados na Empresa Rural

Fluxo de Caixa;
Escrituração da Empresa Rural;

Contabilidade Gerencial Rural;
Processo de tomada de decisão na empresa rural;
Ferramentas de Controle da Qualidade 5S;
Planejamento;

Fonte: Dados pesquisados em diversos livros, relacionados nas referências.
Nota: Dados trabalhados pela autora, 2017

Cada empresa, seja ela de pequeno médio ou grande porte, tem suas particularidades na forma de administrar. De acordo, com a temática da pesquisa abordada, a empresa rural, como é chamada, necessita de técnicas de gestão que possam auxiliar o empresário rural a executar essas funções com qualidade e conhecimento, dentre as principais funções a serem desempenhadas, estão à tomada de decisão, planejamento, e o controle das atividades executadas.

A tomada de decisão nunca é fácil para um administrador, pois implica em assumir riscos e responsabilidades importantes, que poderão ocasionar em bons ou ruins resultados, de acordo com a decisão tomada.

O planejamento obtém em suas funções especificar os objetivos a serem atingidos, bem como decidir as ações adequadas para alcançar a sua finalidade.

Finalmente, a função controle que busca assegurar que os objetivos planejados sejam atingidos, por meio da execução correta das ações, obtendo um resultado de excelência.

Há a necessidade crescente de melhorias, e, na atualização dos meios de gerenciamento em empresas rurais para alcançar melhores resultados, obter uma mais produtividade, alcançar um melhor desempenho, e para isso, estão sendo utilizados os meios tecnológicos na produção, onde há uma maior qualidade, eficiência, eficácia, e diminuição de gastos com insumos, retrabalhos e percas.

Abaixo houve delineamento com uma breve descrição, através de conceitos dos autores dos livros, embasando os dados coletados pela autora desse presente artigo.

Fluxo de Caixa: Toda empresa, não importando o seu porte, ou ramo de atuação, depende de algum dinheiro no caixa para cumprir com as necessidades que podem vir a surgir na empresa, e é através desse fluxo de caixa, que o administrador precisa ficar atento de quanto exatamente está disponível para

suprir suas necessidades futuras e atuais, para que não acorram possíveis faltas nas obrigações.

Nos registros dos recebimentos e pagamentos de caixa, a empresa poderá estar se programando melhor, para arcar com as suas necessidades financeiras, e bem como aplicar as possíveis sobras de caixa, de forma que deixe o gestor com maior segurança e tornando a empresa mais rentável.

O fluxo de caixa, pode ser considerado, um meio de manter a empresa diariamente informada sobre seus recursos financeiros.

Já, para a empresas rurais, a grande preocupação da maioria dos gestores do agronegócio, é conhecer seu custo de produção e sob ele tomar as possíveis decisões que podem a vir a surgir, decorrentes de negociações e imprevistos que possam ser ocasionados durante o andamento dos negócios.

Porém, de acordo com Bonaccini (2000, p.41) cita que:

> Há um grande espaço de desinformação a este respeito do fluxo de caixa: o custo da produção só é obtido após o fechamento do ano agrícola, época em que grande parte das decisões mais importantes já foram tomadas, com a escolha das culturas e a área a ser cultivada. Logo, ele é um instrumento para mostrar como foi o desempenho da produção, agrícola ou pecuária.

No entanto, para uma boa elaboração do fluxo de caixa dentro da empresa rural, são necessários aspectos importantes dentro da propriedade, tendo em vista, o controle sobre todas as movimentações da propriedade, um bom conhecimento do processo produtivo, saber escolher bem a que destinada cultura vai ser feito o ano safra, e após isso prever as ações mês a mês.

Escrituração na Empresa Rural: Para que seja alcançado um nível adequado de controle dentro da propriedade rural, mostra-se necessário a utilização da escrituração na empresa rural, que se feito da forma correta e simplificada, auxilia assim, na melhora dos resultados de controles, que busca por excelentes para o empresário rural.

De acordo com Bonaccini, (2000), escrituração da empresa rural, é todo o trabalho de anotar dados, arquivar documentos, obter e organizar informações, por mais simples que possam parecer, no dia-a-dia da propriedade, como: o total de despesas e receitas do mês, a lucratividade por exploração e a rentabilidade total do ano safra da propriedade.

Levando-se em consideração, que a partir daí todos os trabalhos serão desenvolvidos com mais eficiência no controle da propriedade, sejam eles de controle financeiro ou da produção.

Tendo isso como base, seria necessário que essa organização dos dados da propriedade, seja efetiva e eficaz, de preferência, quando elaborada dentro de um escritório, caso a propriedade possua, pois aí esse processo se tornaria mais simples.

Caso a propriedade não possua escritório, esse controle se torna mais difícil, tendo assim, que obter-se mais métodos, para que não haja futuros problemas que possam a vir ocorrer na propriedade. Por isso, o empresário rural teria que ficar atento, fazendo-o de forma correta, para que não haja possíveis erros no final.

Contabilidade Gerencial-Rural: A contabilidade pode ser conceituada, por um grupo de regras e princípios, que visam classificar os bens físicos e financeiros e os compromissos de uma empresa, de forma clara e objetiva. Tem como objetivo, avaliar a situação real e atender determinados problemas que poderiam passar despercebidos ao olho de um gestor, caso não sejam anotados, de acordo com Bonaccini (2000).

A contabilidade rural surgiu da necessidade de controlar o patrimônio das entidades rurais. Dessa forma, a contabilidade pode ser definida como a ciência que estuda e analisa o patrimônio, utilizando-o para registrar e analisar todas as movimentações de uma empresa rural.

Para Crepaldi (2011), a contabilidade rural no Brasil ainda é pouco utilizada, tanto pelos empresários rurais, quanto para os seus contadores. Isso tem ocorrido, devido ao desconhecimento desses empresários sobre a importância das informações obtidas através da contabilidade e o seu correto uso.

As informações obtidas através do uso correto da contabilidade rural, ocasiona uma maior segurança e clareza nas propriedades na tomada de decisão.

Crepaldi (2011, p.47) cita que:

> O grande problema para utilização efetiva da contabilidade rural está na complexidade e no custo de manutenção de um bom

> serviço contábil. A dificuldade de separar o que é custo de produção e o que é gasto pessoal do empresário rural, a inexistência de recibos, notas fiscais, avisos de lançamentos, cópias de cheques ou extratos de contas bancárias pessoais fazem com que não se possa adotar a contabilidade e a organização para esse fim.

Todas as atividades empresárias, sejam elas, rurais ou não, necessitam um controle eficiente, eficaz e efetivo para auxiliar na tomada de decisão. Muitas vezes, a não utilização da contabilidade rural, pelos empresários rurais, deve-se ao mau uso dessa ferramenta na propriedade, onde na maioria das vezes o produtor guarda os dados em sua memória, as informações que seriam de extrema importância ao lançamento contábil, dessa maneira com o passar do tempo, este, acaba se esquecendo, por não ter dado a devida importância ao seu lançamento ou anotação do controle contábil.

Não se utilizando dessas informações, na maioria das empresas rurais, os seus gestores não possuem condições para discernir, os resultados obtidos, com suas culturas, os custos de produção, verificação de quais seriam mais rentáveis, onde se houvesse um maior controle.

A falta de controle, muitas vezes faz com que o produtor rural não consiga distinguir o dinheiro que obteve, por exemplo, com a venda do milho, do recebido da venda do leite. De acordo, com Crepaldi (2011).

Para Crepaldi (2011), a contabilidade rural é um instrumento da função administrativa e tem como finalidade:

- ✓ Controlar o patrimônio das entidades rurais;
- ✓ Apurar o resultado das entidades rurais;
- ✓ Prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários das informações contábeis;

A contabilidade rural, auxilia o empresário rural nas informações de acordo, com o seu patrimônio, planejamento, tomado de decisão e controle das atividades a serem executadas na propriedade, possibilitando a melhor obtenção de análise dos resultados que poderá atender as necessidades exigidas.

Processo de Tomada de Decisão na Empresa Rural: Tomar decisões nunca foi fácil, tanto para empresas grandes ou de pequeno porte. O gestor necessita ter uma boa capacidade de análise, pois irá implicar diretamente no sucesso futuro da empresa. Decisões devem ser tomadas não apenas baseadas

em conhecimentos específicos de um determinado problema, mas sim, baseadas em fatos e dados que possam levar o empresário a determinada decisão correta.

De acordo com Reis, (2010), o processo da tomada de decisão está dividido em dois tipos: decisões estratégicas que são tomadas para se atingir os objetivos pré-definidos, e as decisões operacionais, as tomadas para adequar ou melhorar o processo. Decisões são tomadas para solução de problemas existentes, e, ou antecipadamente para evitar futuros problemas que possam vir a surgir.

As empresas rurais, e, o empresário rural, trabalham com determinantes variáveis de gestão, onde a tomada de decisão se torna mais complexa.

Reis, (2010, p.89) aponta, as diversas fases do processo de tomada de decisão para a resolução de problemas nas empresas rurais:

a) Percepção do problema;
b) Estabelecer objetivos;
c) Diagnosticar causa do problema;
d) Procurar soluções alternativas;
e) Avaliar consequências esperadas;
f) Escolher a melhor solução;
g) Implementar a escolha;
h) Avaliar a solução dos problemas;

Analisando, parte dessas oito fases do processo de tomada de decisão, para resolução de problemas, esta pode ser considerada como o processo, do qual será fundamental, tendo vários objetivos, que são almejados ao mesmo tempo. Quanto ao diagnóstico do problema, se torna importante, para identificar a causa deste, e a maneira mais adequada para uma solução satisfatória.

Muitas empresas rurais, por não obterem de uma tomada de decisão eficiente e eficaz, passam por fases relevantes, das quais a falta, ou uma má tomada de decisão acarreta em muitos problemas.

Visto que, a tomada de decisão é fundamental, e quando, faz-se com objetivo específico de motivação ao produtor rural e ainda ensiná-lo a se utilizar de técnicas e processos que o auxiliem em seus objetivos finais. Saber decidir e tomar a decisão correta é algo complexo, a sua importância é fundamental na empresa rural.

Ferramenta para gestão da qualidade 5S: A melhoria na empresa rural, não precisa necessariamente ser da qualidade do solo ou de técnicas utilizadas

para o bom plantio. A ferramenta para gestão da qualidade, faz o empresário rural enxergar sua propriedade com uma mudança comportamental na execução de tarefas simples, do dia-a-dia, que podem favorecer ao empresário, ganhos ainda maiores na execução de suas atividades.

Em âmbitos do crescimento globalizado, a competitividade tem por base o aumento da produtividade. A lucratividade da empresa rural, está diretamente ligada aos fatores de qualidade, competitividade e produtividade.

Em Reis, (2010), afirma-se este conceito, visualizando que as ferramentas de qualidade pretendem auxiliar o empresário rural a melhorar a sua atividade do campo, proporcionando-lhe maior disponibilidade de recursos financeiros, que geram no final o resultado pretendido.

Dar início ao emprego da ferramenta de qualidade dentro da empresa rural, se faz necessário para a melhoria em um todo, por ser um sistema gerencial que visa o reconhecimento das necessidades das pessoas, que atende patrões de qualidade e que melhora a organização em um contexto geral.

Os 5S, trata-se de uma atividade praticada pelos empregados da empresa, muito utilizada nas empresas do Japão, onde originou-se, o inicial S nas palavras: *Seiri,Seiton,Seiketsu e Shitsuke* (REIS, 2010).

Dando continuidade à linha de pensamento de Reis (2010, p.102), ele conceitua a ferramenta de qualidade 5S é utilizada no Brasil, através de 5 denominações:

1ºS – Senso de Utilização (SEIRI).
2ºS – Senso de Ordenação (SEITON).
3ºS – Sendo de Limpeza (SEISO).
4ºS – Sendo de Saúde (SEIKETSU).
5ºS – Senso de bons hábitos (SHITSUKE).

Dar início, à implantação dessa ferramenta de qualidade nas propriedades rurais, começando pelos seus colaboradores, pode ser, um bom caminho para a boa qualidade da gestão do administrador, visando que, um bom colaborador, e que está sempre tentando auxiliar a empresa da qual trabalha, a obter melhores resultados, procederia em uma melhora na gestão, pois a empresa, é o espelho de seus funcionários.

Obtendo-se, de alguns cuidados de implantação, a reação dos colaboradores devem ser aceitos, principalmente no que diz respeito, a

velocidade de que estamos tentando fazer essa mudança no pensamento destes.

E, na forma da qual for inserida essa ferramenta, no dia-a-dia da empresa, pois a ferramenta de qualidade 5S tem muito a ver com a mudança de hábitos e a conscientização para o processo de qualidade a ser seguido.

Planejamento: Na empresa rural, o planejamento é considerado como etapa mais importante, dentre todas que já foram citadas, neste.

Bonaccini (2000, p.27) cita:

> Planejar ou planejamento pode ser definido como: "racionalização de recursos e decisões com a finalidade de alcançar objetivos previamente estabelecidos". Ou ainda: "Um conjunto previamente ordenado de ações com o propósito de alcançar objetivos, compreendendo a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, prevendo também formas de avaliação".

O planejamento, é a atitude, que antecede a ação, pois não se pode começar um novo negócio, ou programar alguma coisa dentro da empresa, que não possua um planejamento da tomada de decisão.

Durante a execução deste planejamento, que deve ser bem executado, o empresário rural deve fazer um acompanhamento diário para corrigir eventuais problemas que possam a vir a surgir, até chegar ao destino final, com finalidade especifica traçada em seu início.

Planejar, executar, controlar e corrigir, essas são funções do empresário rural, dentro de uma empresa rural. Assim, com os benefícios do planejamento ficam evidentes, Bonaccini (2000, p.27) cita alguns benefícios:

> Desenvolve o habito de pensar com antecedência;
> Prioriza o que deve ser feito;
> Visualiza resultados;
> Evita o retrabalho;
> Melhora a coordenação dos esforços da empresa rural;
> Delega responsabilidades, distribuindo tarefas;
> Antecipa a ação ante as ameaças e oportunidades;

Tendo os cinco elementos de benefícios do planejamento, e eles, estando bem associados e bem administrados podem gerar melhoria no processo, e, mudança no controle da organização.

A sua aplicabilidade na empresa rural, proporciona ao empresário satisfação, melhoria na execução das atividades, lucratividade e melhorias na sua produção ano a ano.

4.3 Explicar Como Utilizá-los na Empresa Rural

Identificados os controles internos administrativos e adequados à empresa rural, conforme o subtítulo 4.1, e os mais adequados na Empresa Rural subtítulo 4.2, originou-se o subtítulo 4.3 que explica como utilizar esses controles internos administrativos para auxiliar o administrador rural.

O primeiro controle interno apresentado é o fluxo de caixa.

QUADRO 3 – Demonstração de como é feito a distribuição dos lançamentos ao final do ano agrícola

ATIVIDADE	MESES DO ANO AGRÍCOLA 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12
Fluxo de caixa	12 meses
Escrituração financeira	12 meses
Cultura 1 (Ciclo 90 dias)	Março, Abril, Maio.
Cultura 2 (Ciclo 120 dias)	Abril, Maio, Junho, Julho.
Pecuária	Agosto, Setembro, Outubro.
Fechamento dos custos de Produção	Dezembro
Avaliação dos resultados	Dezembro

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Através do quadro observa-se que, nesta ferramenta estão registradas todas as entradas e saídas do ano agrícola. O lançamento das receitas e despesas da empresa rural é elaborado em contas agrupadas, como: salários dos colaboradores, fertilizantes, ração animal, medicamentos veterinários, venda de produtos, compra de materiais para uso e consumo, compra de sementes, prestação de serviços, compra de maquinários, dentre outros.

Com um lançamento bem especifico, através de planilha, que seria o ideal, o empresário rural estaria facilitando os seus cálculos e controle na hora da tomada de decisão, onde o processo se tornaria muito mais simples, eficiente e organizado.

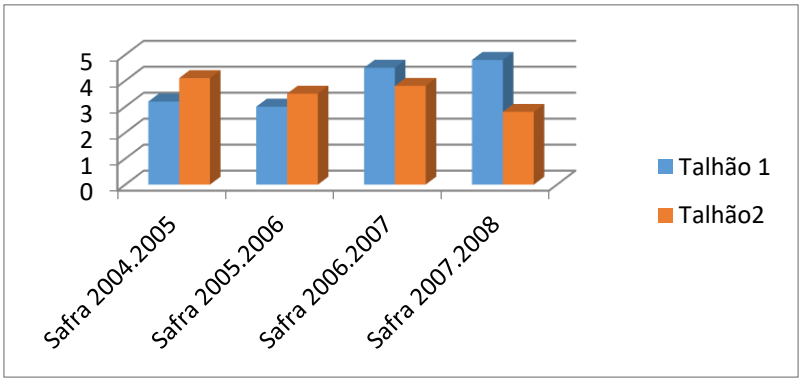
De acordo com, Bonaccini (2000, p.42) para a elaboração correta do fluxo de caixa na empresa rural, os passos são os seguintes:

a) Todas as ações que ocorrem durante o ano agrícola, sejam de compra ou venda, são descriminadas todo mês;
b) depois são agrupadas por afinidade, gerando os seguintes grupos:
Despesas administrativas (material de escritório, informática, telefone, internet, secretária);
Despesas gerais (energia elétrica, impostos, tributos e taxas);
Salários diretos (tratoristas, capatazes, peões, auxiliares de lavoura; safristas; diaristas; cozinheiras);
Salários indiretos (pró-labore, administrador, contador, assistência técnica);
Investimentos (construções de casas, galpões, reformas, cercas, currais, estradas, compra de máquinas, implementos, veículos);
Insumos (combustíveis, lubrificantes, sementes, mudas, fertilizantes, defensivos, aditivos, rações, sal mineral, vacinas, medicamentos veterinários);
Manutenção de máquinas (filtros, rolamentos, reparos, peças, tintas, pneus);
Manutenção do patrimônio (cimento, cal, areia, fios elétricos, lâmpadas, madeira, vidro, serviço de roçadas, capina da sede e da estrada).
c) E os seguintes grupos de receitas:
Venda de soja;
Venda de milho;
Venda de bezerros;
Venda de leite;
Venda de boi;
Venda de máquinas e implementos.

Os grupos de receitas e despesas, deverão ser adequados à realidade de cada fazenda. O administrador ou empresário rural, terá que fazer esse processo detalhado e especificamente, para que possa obter resultados consistentes, tornando a organização desses, mais eficientes.

O segundo controle interno diz respeito a escrituração na empresa rural, ou seja, a escrituração da produção, conforme quadro 4.

QUADRO 4 – Produtividade da Soja



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo, com o quadro 4, dois talhões de soja com área em boas condições de plantio que vem apresentando produtividade regulares, muito distintas uma da outra. Tendo em vista, essas informações, é considerado possível tomar medidas rápidas para a correção desse problema que tem ocorrido ao decorrer dessas safras, conforme destacado no quadro, e, com dados fictícios, somente para demonstração.

Entre os controles da gestão administrativa na empresa rural, considerada mais simples é a escrituração, seja ela para quaisquer finalidades forem, sua importância é fundamental.

No controle interno contabilidade gerencial rural, destaca-se o balanço patrimonial na figura 3.

Balanço Patrimonial

Ativo		Passivo	
Circulante	**20.000,00**	**Circulante**	**15.000,00**
Caixa	10.000,00	Contas a pagar	8.000,00
Contas a receber	5.000,00	Impostos a recolher	6.000,00
Estoques	5.000,00	Outras dívidas	1.000,00
Realizável no L.P.	**20.000,00**	**Exigível no L.P.**	**30.000,00**
Títulos a receber	20.000,00	Financiamentos	30.000,00
Permanente	**50.000,00**	**Patrimônio Líquido**	**45.000,00**
Investimentos	30.000,00	Capital Investido	30.000,00
Imobilizado	20.000,00	Lucros acumulados	15.000,00
Total	**90.000,00**	**Total**	**90.000,00**

FIGURA 3 – Exemplo de Balanço Patrimonial:
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Por meio da figura 3, analisa-se um exemplo de balanço patrimonial, com dados fictícios, com objetivo de demonstrar como é realizado e feita a separação e organização dos dados, para se obter informações que gerem um histórico, e, sejam a base para uma correta tomada de decisão.

Por isso, a organização do balanço patrimonial tem foco no controle de gerenciamento administrativo, que deve ser feito por um contador, para obtenção de resultados corretos.

As informações que serão lançadas nesse balanço patrimonial, servirão como base para abertura dos lançamentos do novo ano agrícola.

Outro controle interno para a empresa rural é o processo de tomada de decisão, conforme a figura 4.

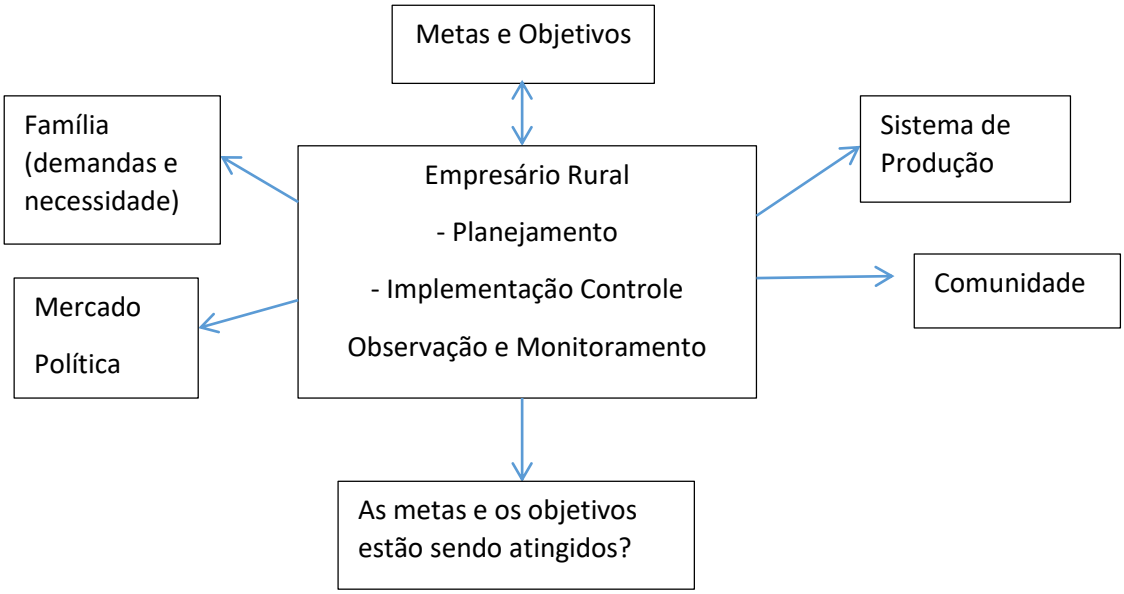


FIGURA 4 – Processo de tomada de decisão do empresário rural:
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observando as informações da figura 4, o empresário rural pode ser considerado o centro do processo da tomada de decisão, onde vários objetivos são almejados ao mesmo tempo, as vezes uns de maior importância que outros, e observando-se que nem todos podem ser atingidos.

Para a primeira fase, o empresário rural, tem que estar atento ao problema. Na segunda fase, ele precisa alavancar quais são as principais metas e objetivos que precisam ser alcançados. Só através desse processo de tomada de decisão é possível obter-se o controle administrativo dentro da empresa rural.

O controle interno 5S é utilizado como ferramenta para gestão de qualidade. O uso do 5S na empresa rural pode se fazer, através de algumas etapas previamente definidas, logo depois, coloca-se a experiência em prática.

Na aplicação do 5S inicialmente, é feita somente em um setor da empresa rural, logo após elaborada uma apresentação dos resultados, onde os outros setores da empresa ao verem as mudanças ocorridas se motivem e queiram utilizá-lo também.

No Planejamento, a forma mais fácil de explicar a organização e a elaboração deste, na empresa rural, seria buscando informações e dados, organizando de acordo com as necessidades da propriedade.

Primeiro passo, definição de qual é o negócio da empresa, exemplo: produção de grãos, venda de animais.

Segundo passo, analisar as necessidades do mercado a ser atingido e qual será público-alvo, nesta hora, conhecer as necessidades do cliente é muito importante.

Terceiro passo, destacar os pontos fortes e fracos da empresa, para que ao decorrer do tempo eles possam ser adequados.

No quarto passo, definição dos objetivos, procurando saber aonde se quer chegar com o negócio.

E, finalmente, no quinto e último passo, estabelecer metas, e, definir os controles, fazendo um cronograma de atividades, que poderão estar auxiliando nos resultados que já estão sendo obtidos, na hora do gestor tomar uma decisão correta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passando-se a utilizar técnicas e processos de apoio administrativo, como é o caso do controle interno, pode conseguir uma melhora efetiva e significativa nas ações e destinações da empresa rural.

Demostrando-se, através do fluxo de caixa, os ativos disponíveis para pagamentos e onerações financeiras. Com sua utilização pode-se acompanhar o desempenho financeiro da atividade rural em seu último ano ou ciclo de plantio.

Na escrituração da empresa rural, anotar dados, arquivar documentos, obter e organizar informações. Essa organização de dados pode ser utilizada não e tão somente para confirmar gastos feitos, mas bem como fazer análises futuras para ajudar em futuros investimentos.

Na contabilidade gerencial rural, é importante o controle do patrimônio, bem como, utilizando-se de dados contábeis para registrar e analisar todas as movimentações de uma empresa rural.

Com a análise dos dados angariados nos temas anteriores pode-se facilitar as ações de processo de tomada de decisão, que, por se tratar de um processo, determina-se não apenas uma ação, mas uma sequência delas, baseadas em fatos e dados que possam levar o empresário a determinada decisão correta.

Na Ferramenta da Gestão da qualidade 5S, propõe-se, especificamente aos colaboradores da empresa, que, o senso de utilização, ordenação, limpeza saúde e bons hábitos, ocasionam uma significativa melhora na qualidade de vida.

Partindo do planejamento, executar, controlar e corrigir, essas são funções do empresário rural, dentro de uma empresa rural, onde a sua aplicabilidade na empresa rural, proporciona ao empresário satisfação, melhoria na execução das atividades, lucratividade e melhorias na sua produção anual.

Visando aumento de produção, o gestor necessita de um contato direto com a sua empresa rural. Sabendo tudo o que acontece e de que forma está acontecendo, com as informações corretas, identificar quais as informações e qual o papel fundamental do gestor, nesse contexto global em que está inserido o agronegócio hoje.

Informações de, como está se desenvolvendo a fazenda, detém grande valia, para a obtenção de bons resultados. As adoções desses cuidados se fazem necessárias, pois, com as informações corretas, a tomada de decisão é mais rápida e melhor executada.

É indispensável que as empresas, não importando a que fins se destinem, façam com seriedade um bom controle interno, pois sem capital, planejamento e estratégia, a empresa não funciona, ou seja, são fatores de prioridade, para que a organização possa criar projetos e traçar metas. Portanto, devem ser controlados para garantir a sua correta aplicação.

A importância dessa temática de estudo, justifica-se pelo aspecto dado a tornar a empresa rural competitiva e ajustada às necessidades crescentes do mercado moderno, onde o empresário rural, possa estar se adequando a necessidade encontrada em sua empresa rural.

Estar presente, atuando e observando diariamente as ações de produção, estar anotando fatores que estão ocorrendo dentro ou fora da propriedade, é muito importante, para se obter um maior controle de dados, e, também, para que haja uma tomada de decisão com eficiência, eficácia e efetividade.

Sugere-se para estudos futuros uma maior abrangência, e, a sua aplicabilidade em um estudo de caso, da utilização real desses modelos de controle interno administrativos, em propriedades rurais, detalhadamente, em todos os processos, técnicas e métodos de gestão citados.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. Auditoria conceitos e aplicações. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
BARRETO, Maria da Graça Pitia. Controladoria na Gestão: a relevância dos custos da qualidade. São Paulo: Saraiva, 2008.

BONACCINI, Luciano Alfredo. A nova empresa rural: como implantar um sistema simples e eficiente de gestão. Cuiabá: SEBRAE, 2000.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria e controle interno na administração pública: evolução do controle interno no Brasil. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Rural: Uma Abordagem decisorial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, J. C. Contabilidade rural. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração – Teoria Geral. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, Luis Filipe Sousa Dias. Agronegócios Qualidade na Gestão. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

ANÁLISE DOS INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO: Um Estudo das Empresas de Energia Elétrica da BM&FBOVESPA

Carla Priscila de Almeida[3]

Deisy Braun Machry[4]

Fabiane Popik[5]

RESUMO

As organizações buscam analisar a sua situação financeira e econômica para a tomada de decisão, sendo o índice de endividamento o indicador utilizado para evidenciar a situação financeira da empresa e sua estrutura de capital. Com isso, o objetivo principal neste artigo é analisar os índices de endividamento das empresas do segmento de Energia Elétrica da BM&FBovespa, por meio da análise das Demonstrações Contábeis, verificando os fatores que estão impactando no endividamento. Para identificar os indicadores e fatores determinantes do endividamento das empresas pesquisadas, realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa por meio de procedimento documental, utilizado como objeto de estudo as empresas Cemig, CPFL e Eletrobrás, onde foram coletados os dados das mesmas nos relatórios anuais e demonstrativos contábeis aplicando as fórmulas de Marion (2010, p. 95). Os resultados da pesquisa apontam que a empresa que mais se destaca como endividada nos três anos foi a empresa CPFL Energia que é do setor privado, pois possui o índice mais alto em capital de terceiros e o mais baixo em capital próprio em relação a Cemig e Eletrobrás que são estatais. Os fatores determinantes do endividamento, além de custos elevados, taxas de juros, curtos prazos para pagamento das dívidas e aumento da taxa Selic, o diferencial do segmento é devido ao acionamento das usinas térmicas quando há escassez de água, sendo uma usina de custo maior. A tendência é que as empresas pesquisadas vão continuar endividadas no próximo ano, salvo ocorra mudanças em suas obrigações e ou em recursos próprios.

Palavras-chave: Endividamento. Índices Financeiros. Energia Elétrica.

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis são utilizadas para fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em

[3] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: carla_almeida17@hotmail.com.br

[4] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: deisy_lrv@hotmail.com

[5] Mestre em Ciências Contábeis. Professora orientadora do artigo

geral. Com base nestas se aplica os índices de endividamento, que segundo Oliveira; et al (2010) relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros.

Segundo Lauer (2015) descreve, endividamento não identifica apenas a proporção ideal entre capital próprio e de terceiros, correlacionam também as obrigações que a empresa contrata e assegura em manter, sobre diferentes fontes de financiamentos, como porte, rentabilidade, estrutura das atividades, estrutura de ativo, fatores relacionados recursos de mercado.

Conforme a revista Exame, das melhores e maiores empresas publicado em 2016, a área de Energia Elétrica chamou atenção nas empresas classificadas como as mais endividadas no Brasil no ano de 2015, como também em publicação de agosto de 2016 sobre março 2016.

Partindo desse cenário, tem-se como problema de pesquisa: quais os fatores que impactaram sobre o endividamento das empresas do ramo de energia elétrica da BM&FBovespa nos anos de 2014 a 2016? Portanto, o objetivo principal neste artigo é analisar os índices de endividamento das empresas do segmento de Energia Elétrica da BM&FBovespa, por meio da análise das Demonstrações Contábeis, verificando os fatores que estão impactando no endividamento.

Especificamente, busca-se com o estudo: a) calcular os índices que possibilitem identificar o endividamento das organizações pesquisadas; b) analisar os fatores que estão influenciando nas variações do endividamento; c) comparar entre as empresas pesquisadas, os índices de endividamento e os fatores que impactam em tal indicadores.

Procurou-se aplicar os estudos dos índices de endividamento, por meio da analises das demonstrações contábeis e comparabilidades dos determinantes em empresas da área de Energia, classificadas na BM&FBovespa, para identificar o que está influenciando no endividamento efetivamente nesse setor.

O estudo justifica-se por aplicar na prática a teoria sobre as análises das demonstrações com quocientes, e identificar com o estudo o que ocasiona o endividamento nas empresas Cemig, CPFL e Eletrobrás que são do segmento de energia elétrica. O mesmo terá como contribuição para os usuários externos da contabilidade, o conhecimento sobre os fatores que levam uma empresa a se

endividar e gerar para os gestores a visão dos cuidados que devem ter, para não chegar a esses índices.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Organizações e o Endividamento

As organizações estão evoluindo com o passar dos tempos, se tornando mais complexas e precisando cada vez mais do uso da contabilidade nas empresas. Os gestores precisam de informações detalhadas, e para isso é necessário a análise financeira e econômica que é feita com a utilização das demonstrações contábeis da entidade, onde as mesmas compreendem o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

Por meio de índices é uma das formas que é possível analisar as demonstrações contábeis, que segundo Oliveira; et al (2010) consiste na confrontação entre os diversos grupos ou contas patrimoniais e de resultado de forma que se estabeleça uma relação lógica que possibilite a mensuração da situação econômica e financeira da empresa. O endividamento das organizações é um dos índices de grande importância que é analisado.

Johnson (1997) (apud PÁVOA, 2013) descreve que os modelos teóricos do endividamento estão relacionados com as variações do tamanho das empresas, reputação, custos de monitoramento, oportunidade de investimento e probabilidade de problemas de substituição de ativos colaterais. O autor também destaca que está associado nas porcentagens de ativos fixos sobre o total de ativos da empresa. A ideia é que, quanto maior a participação dos ativos fixos, maiores os custos de liquidação, ou seja, maior o endividamento das empresas.

Os recursos financeiros impactam diretamente ao nível de endividamento das organizações, e nas decisões de financiamentos das companhias sobre a retratação de taxas de juros que tornam os custos de financiamento muito significativos conforme menciona (LAUER, 2013).

Percebe se que empresas que estão em situação de endividamento, trabalham no aprimoramento das soluções, que sejam cabíveis para encontrarem respostas rápidas, que tragam uma boa rentabilidade financeira e soluções que possibilitem encontrar a saída desta fase crítica de endividamento

que estão passando, e futuramente aprimorar seus recursos e estabelecer a sua competitividade sobre o mercado, visando em sua estabilidade financeira.

2.2 Fatores Determinantes Para o Endividamento

São vários os fatores que impactam sobre o endividamento das organizações, sendo eles determinantes sobre as dívidas das empresas. De acordo com Bastos e Nakamura (2009) (apud SANTANA e SILVA, 2015) o grau de endividamento de uma empresa pode ser tanto o desempenho financeiro quanto o econômico, e também o próprio ambiente que a organização possa estar inserida. Para Santana e Silva (2015, p. 5) fatores determinantes para a estrutura de capital são o nível de tangibilidade, o tamanho da empresa, a rentabilidade, o risco, a oportunidade de crescimento, o grau de imposto de renda e os benefícios fiscais

Segundo Silva e Valle (2008) o tamanho da empresa é um dos determinantes, entendendo que, quanto maior o tamanho de uma empresa, maior o seu potencial de endividamento. O que justificaria isso seria que as empresas pequenas têm dívidas de menor prazo, sendo geralmente bancárias. As empresas maiores conseguem ter dívidas de longo prazo devido ao acesso ao mercado financeiro, e assim aumenta as chances de ficar endividada.

O valor do ativo que a empresa possui também é significante para determinar o endividamento, pois segundo Silva e Valle (2008), as empresas que tem altos ativos tangíveis são vistos com bons olhos perante os bancos para conceder empréstimos, pois tem maiores bens para ser dados como garantia. Já se a empresa tiver mais ativos intangíveis, diminui os índices de endividamento, pois os intangíveis os bancos dificilmente aceitam como garantia devido a incerteza do valor dos benefícios futuros, e assim as empresas devem usar os recursos próprios, diminuindo os financiamentos e assim também o endividamento. Conforme cita Kayo; et al (2005) existe relação de endividamento com os ativos intangíveis, pois em geral mostram uma relação negativa entre os investimentos em intangíveis e o endividamento, isto é, quanto maior a intangibilidade, menor o nível de dívidas.

O vencimento dos ativos também é determinante, pois ativos com vencimentos de longo prazo, e dívidas de curto prazo, ocasionaria a ineficiência

do caixa da empresa. Sendo assim, segundo Kayo; et al (2005), as empresas deveriam combinar os vencimentos dos ativos com os passivos para diminuir as chances de endividamento.

Segundo Kayo; et al (2005) as variações de endividamento são direcionadas pela necessidade dos recursos externos e não pela tentativa de alcançar uma estrutura ótima de capital, sendo assim não temos um nível de endividamento ótimo, e sim o endividamento altera-se em função do desequilíbrio dos fluxos de caixa internos e as oportunidades de investimento.

Dessa forma, se as empresas utilizassem primeiramente de recursos próprios para se manter, e só depois se for muito necessário, elas recorreriam ao financiamento externo com terceiros, as empresas diminuíram os índices de endividamento. Empresas pouco lucrativas, tendem a ser mais endividadas pelo fato de necessitarem utilizar maior proporção de recursos de terceiros (BREALY; MYERS, 2006 apud SANTANA; SILVA, 2015), sendo que as empresas que conseguem gerar resultados positivos, vão conseguir ter menos nível de endividamento.

Cury (2011) cita vários autores e seus estudos feitos sobre o endividamento em empresas brasileiras, e os determinantes vão ao encontro do que outros autores já citaram, como o Harris e Raviv (1991) (apud CURY, 2011), que descreve ser os elementos de aumento do endividamento o valor dos ativos fixos tangíveis, valor das vantagens fiscais, oportunidades de crescimento, e tamanho da firma. Sendo determinante também para a redução do endividamento, onde inclui a volatilidade dos lucros, as despesas de publicidade, a probabilidade de falência, a rentabilidade e a unicidade do produto. Já Tedeschi (1997) (apud CURY, 2011) continua argumentando sobre os mesmos determinantes e ainda completa, que quanto maior for o investimento em novas oportunidades, menor o endividamento, e quanto maior a rentabilidade, menor também o endividamento.

Pode-se perceber com a revisão da literatura que são variados os determinantes do endividamento, mas alguns autores seguem a mesma corrente teórica, onde resume-se que os a principais determinantes são o tamanho da empresa, os ativos tangíveis, intangíveis, vencimento dos ativos, lucratividade, investimento e benefícios fiscais.

2.3 Indicadores de Endividamento

O endividamento pode ser detectado através de indicadores aplicados com dados do balanço patrimonial da empresa, mostrando o grau de capacidade de pagar as dívidas, visto que o grau elevado nesse indicador mostra que a empresa terá dificuldade de honrar com seus compromissos com os credores.

Para Marion (2010, p. 93) "são os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários", indicando também se os recursos de terceiros têm seu vencimento em maior parte a curto prazo que é o circulante, ou a longo prazo que é exigível a longo prazo. Esses indicadores de endividamento podem ser calculados através de fórmulas, conforme apresentado no quadro 1.

QUADRO 1- Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais:

$$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Capital de Terceiros+Capital Próprio}} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total + PL}} = \frac{\text{PC+ELP}}{\text{PC+ELP+PL}}$$

Fonte: Marion (2010, p. 95).

No quadro 1 a fórmula mostra a porcentagem (%) que dos recursos totais originam-se de capitais de terceiros. O endividamento pode ser medido pelo grau da dívida, que é o capital de terceiros dividido pelo patrimônio líquido (PL).

Em época inflacionária é melhor trabalhar mais com Capital de Terceiros que com Capital Próprio, sendo evidenciada essa tendência por Marion (2010, p. 95), quando maior parte do capital de terceiros é composto de exigíveis que não geram encargos financeiros, como juros de fornecedores, impostos, encargos sociais, etc. Já uma participação do Capital de Terceiros exagerado em relação ao Capital Próprio se torna uma situação desfavorável, e as instituições financeiras não estarão dispostas a conceder financiamentos para empresas nessa situação.

O quadro 2 mostra o indicador que demonstra quantos reais (R$) de capital próprio que possui como garantia, para cada R$ 1,00 de Capital de Terceiros.

QUADRO 2- Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros.

$$\frac{\text{Capital Próprio}}{} = \frac{\text{PL}}{} = \frac{\text{PL}}{}$$

Capital de Terceiros	Exigível Total	PC+ELP

Fonte: Marion (2010, p. 95).

A composição do endividamento é representada no quadro 3.

QUADRO 3- Composição de Endividamento.

$\frac{PC}{\text{Capital de Terceiros}}$	=	$\frac{PC}{\text{Exigível Total}}$	=	$\frac{PC}{PC+ELP}$

Fonte: Marion (2010, p. 96).

A composição do endividamento é representada no quadro 3, mostrando o % dos capitais de terceiros que vencerão a curto prazo. Para o autor, a proporção favorável seria de maior participação de dívidas a longo prazo, que proporcionam a empresa maior tempo para os recursos serem gerados e cumprir com os compromissos. Um exemplo seria a expansão e modernização da empresa, pois ela deve ser financiada com recursos a longo prazo e não pelo passivo circulante, porque os recursos que tendem a serem gerados pelas mesmas, tendem a retornar a longo prazo.

Caso apresentar significativa concentração no passivo circulante que é o curto prazo, a empresa poderá ter dificuldades no caso que ocorrer reversão de mercado e poucas alternativas no caso de uma crise, pois ela terá que vender seus estoques a um preço baixo, assumir novas dívida a curto prazo, com juros altos, aumentando assim as despesas financeiras. Se a empresa tivesse maior concentração a longo prazo, nesse momento de crise, teria mais tempo para planejar sua situação, sem precisar desfazer dos estoques a qualquer preço.

Segundo Marion (2010), pode se perceber a qualidade da dívida por alguns exemplos, como empréstimos e custo do dinheiro. Os empréstimos, se eles forem a curto prazo são mais onerosos, ou seja, possuem mais gastos e encargos, que os de longo prazo, então se uma empresa tem dívidas concentradas em curto prazo, a qualidade não será boa, já no caso de equilíbrio entre curto e longo prazo, a qualidade é melhor. Excesso de desconto de duplicatas propicia custo elevado da dívida, que seria uma qualidade ruim.

A análise da composição do endividamento é bastante significativa, sendo endividamento a curto prazo, normalmente utilizado para financiar o Ativo Circulante, já o endividamento a longo prazo, para financiar o Ativo Permanente.

2.4 Cenário Econômico das Empresas do Setor de Energia

Conforme descrito na Revista Exame de outubro de 2015, a situação das companhias brasileiras está na fase de endividamento, pois segundo a publicação demonstra que o total de dívidas das empresas abertas e fechadas representam na média de 81% do patrimônio sendo que em 2005 era de 56%.

Quando a economia estava crescendo as empresas conseguiram usar parcelas dos lucros para pagar as dívidas, porém o dinheiro que era farto acabou diminuindo. Em média, as despesas com o pagamento de juros consomem um terço da geração de caixa das empresas locais, de acordo com o FMI — no México e na China, o percentual é de apenas 15%.

As empresas de energia passaram por momentos difíceis também no ano de 2016 segundo a Revista Exame (fevereiro de 2016). Elas estão com dívidas pesadas e o momento era de acesso restrito ao mercado de crédito. Segundo a pesquisa, essas dívidas estão ligadas a taxa Selic que aumentou 14,25% sendo uma das maiores taxas nas últimas décadas devido a momentos de inflação que o governo brasileiro está enfrentando. Outro fator determinante é o contexto de falta de liquidez e de crédito do mercado brasileiro.

As geradoras de energia viram suas dívidas cresceram depois que uma forte seca derrubou os níveis de água das usinas hidrelétricas para mínimas recordes em 2015, forçando o religamento das usinas de energia termelétrica, que é mais cara. O aumento dos custos veio também depois que a presidente Dilma Rousseff exigiu cortes de 20% (vinte por cento) nos preços médios da energia para conter a inflação, em 2013, cita a revista.

Na queda dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos (BNDES), o setor de energia sofreu os efeitos com a elevação dos preços, conforme mencionado na revista Exame publicado em julho de 2016. As empresas contavam com o desembolso do BNDES, porém não foi isso que ocorreu, tornou se um choque no mercado, com um dos maiores juros sobre as contas de luz.

Portanto, o setor de energia elétrica está passando por momentos difíceis. O que ocasiona também uma crise no setor é a questão de secas, onde tendem a diminuir os níveis de água e impactar nas usinas hidrelétricas, como também

a economia do país, pois em momentos de crise, ocorre aumento dos custos e corte nos preços, deixando as empresas em uma situação delicada.

3 METODOLOGIA

Para identificar os indicadores e fatores determinantes para o endividamento das empresas de energia elétrica da BM&FBovespa, realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa por meio de procedimento documental.

Os estudos descritivos conforme Cervo e Bervian (2002) favorecem na pesquisa mais ampla e completa das tarefas, da formulação clara do problema e da hipótese como tentativa de solução, sendo a pesquisa descritiva para observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

A pesquisa destaca-se ainda quanto à sua abordagem de problema como quantitativa, pois conforme Marconi e Lakatos (2011) no método quantitativo os pesquisadores usam amostras amplas e de informações numéricas, com técnicas estatísticas para o tratamento das informações. Em relação aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como documental, tendo em vista que ela se utiliza de documentos a fim de poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características, estudando a realidade presente (CERVO; BERVIAN, 2002).

A presente população da pesquisa compreende as empresas dos setores de energia elétrica listadas na BM&FBovespa selecionadas por meio de pesquisa na Revista Exame Abril, sobre empresas que mais estavam endividadas, sobre o período de março de 2016, sendo publicado em agosto de 2016. A publicação citava as 20 empresas mais endividadas de vários segmentos, sendo que se destacaram três deles, o de Alimentos e Bebidas, Papel e Celulose e o de Energia Elétrica que foram citados três vezes cada. O setor de energia elétrica chamou atenção devido a ser um segmento que não aparentava motivos para se endividar, devido ao alto preço pago pelos consumidores para obter os serviços, e não faltar demanda pelo mesmo, sendo o setor escolhido para ser objeto do estudo.

Foram selecionadas para o estudo as empresas citadas na publicação, sendo as empresas Cemig com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais; CPFL Energia em São Paulo capital; e Eletrobrás em Rio de Janeiro capital, e analisado os demonstrativos de 2014 a 2016. Os dados de cada empresa analisada encontram-se dispostos no quadro 4.

QUADRO 4 - Empresas pesquisadas.

EMPRESA	FUNDAÇÃO	PESSOA JURIDICA	PRESIDENTE	BOVESPA
Cemig – Centrais Elétrica de Minas Gerais	1952	Estatal	Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Sem classificação
CPFL Energia	1912	Privada – State Grid	André Dorf	Novo Mercado
Eletrobrás	1962	Estatal	Wilson Ferreira Junior	Sem classificação

Fonte: BM&FBovespa (2017).

Conforme o Quadro 4, percebe se que as empresas não foram fundadas na mesma década, e a mais nova já tem 55 anos desde a fundação. Na década de 50 e 60 foram fundadas as estatais, e a privada é a mais velha com já 105 anos, sendo ela a que está inclusa no novo mercado na classificação da BM&FBovespa, sendo as demais sem classificação.

Após a escolha das companhias no site da BM&FBovespa, foi coletado os demonstrativos, relatórios da administração e relatórios anuais e de sustentabilidade no site de cada empresa, e salvo os do ano de 2014 a 2016.

Após a coleta, os dados foram tabulados em planilha do Excel para o cálculo dos índices de endividamento. Foram coletados os valores de cada ano nas contas específicas que são necessárias para o cálculo dos indicadores de participação de capitais de terceiros sobre recursos totais, garantia do capital próprio ao capital de terceiros e composição do endividamento. Após coletados, foram verificados quais os índices encontrados em cada ano, em cada empresa, e foram feitos uma análise dos resultados obtidos, que serão colocados em gráficos e tabelas para melhor entendimento, como objetivo de verificar os fatores que levaram ao endividamento e posteriormente termos a visão da situação financeira e econômica da empresa.

4 APRESENTAÇÃO E ANALISE DOS DADOS

4.1 Empresas Pesquisadas

4.1.1 Cemig

A empresa Cemig surgiu no dia 22 de fevereiro de 1951 pelo governador Kubitschek, na qual redigiu de próprio punho a estratégia da criação da empresa, mas apenas no ano seguinte é realizada sua inauguração. A grande parte do sucesso da Cemig, foi dada pelo primeiro presidente Lucas Lopes. Cemig é a primeira empresa estatal de energia fundada no Brasil, sobre a estrutura de recursos estaduais e federais, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e soluções energéticas.

Constituída por 200 empresas e 17 consórcios, é o maior grupo de distribuição de energia do país, com destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ela criou a primeira maior hidrelétrica, a de Três Marias inaugurada em 1962. Corresponde cerca de 79 usinas hidrelétricas, 27 eólicas, 2 térmicas e 1 solar. Assim totaliza 8,1 GW de capacidade instalada e 9,5 mil km de linhas de transmissão.

A dívida bruta da empresa em março de 2016 era de 15.300 milhões, sendo um aumento de 17,19% do ano de 2015 para 2016, segundo revista Exame publicada em agosto de 2016.

4.1.2 CPFL Energia

A CPFL Energia iniciou fazendo histórias nos municípios do interior do Estado de São Paulo, na qual as cidades passaram a se desenvolver, as ruas foram ganhando iluminação e ganhando forma ao anoitecer, melhorando ao decorrer do tempo.

A companhia Paulista surgiu em No ano de 1912 surgiu a companhia Paulista de Força e Luz, sobre a fusão de quatro empresas do interior paulista. No ano de 1986, a companhia de energia foi considerada a primeira do Brasil a realizar contrato da compra da energia de biomassa proveniente da cana açúcar.

Durante o ano de 2002, devido a necessidade de uma gestão mais eficiente e sinergia entre as empresas do grupo, criou-se a chamada CPFL

Energia. Mais tardar, o Grupo CPFL Energia realiza sua primeira oferta pública na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e na Bolsa de Nova Iorque (Nyse). Na qual em 2008, a CPFL Energia constituiu a CPFL Bioenergia, empresa especializada em negócios a partir da biomassa, geração de energia limpa.

Um ano depois, após ser vencedora do primeiro Leilão de energia eólica no Brasil, a CPFL Energia ampliou seu portfólio de investimentos em energia renovável. Sobre segmento de distribuição de energia, a CPFL é líder com 14,3% de participação no mercado brasileiro, atendendo a 9,1 milhões de clientes. Na geração de energia elétrica, é o terceiro maior agente privado do país.

A CPFL Energia é uma empresa nacional que atua em 12 estados brasileiros, sobre a geração e distribuição de energia, com oito principais distribuidoras (CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Mococa, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari e Rio Grande Energia) o grupo é o terceiro maior agente privado do país, sobre a distribuição de energia eólicas, plantas solares, pequenas centrais hidrelétricas, usinas termoelétricas movidas à biomassa.

A dívida bruta da empresa em março de 2016 era de 20.434 milhões, sendo um aumento de 0,71% do ano de 2015 para 2016, segundo revista Exame publicada em agosto de 2016.

4.1.3 Eletrobrás

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas. O projeto enfrentou grande oposição e só foi aprovado após sete anos de tramitação no Congresso Nacional.

No dia 11 de julho de 1962 a empresa realiza sua instalação, na sessão do Conselho Nacional de Águas e Energias Elétrica, no Rio de Janeiro sobre a presença do presidente João Goulart.

Em 2004, a nova regulamentação do setor excluiu a Eletrobrás do Programa Nacional de Desestatização (PND). E atualmente, a companhia controla subsidiárias que atuam nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Eletrobrás corresponde por 231 usinas, sendo 47 hidrelétricas, 121 termelétricas, duas termonucleares, 60 eólicas e uma usina solar, as maiores e

mais importantes: Tucuruí, a parte brasileira de Itaipu Binacional, o Complexo Paulo Afonso, Xingó, Angra 1 e Angra 2, Serra da Mesa, Furnas e Sobradinho.

Além disso, atua na área de distribuição de energia por meio das empresas Eletrobrás Distribuição Amazonas, Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Roraima, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Piauí e Eletrobrás Distribuição Alagoas. A dívida bruta da empresa em março de 2016 era de 46.861 milhões, sendo um aumento de 2,67% do ano de 2015 para 2016, segundo revista Exame publicada em agosto de 2016.

4.2 Indicadores e Fatores de Endividamento da Empresa Cemig

No relatório anual da empresa, encontrou-se nas demonstrações contábeis, o balanço patrimonial da empresa, onde foram coletados os dados do passivo e patrimônio líquido para a aplicação das fórmulas de Marion (2010, p. 95), referente os anos de 2014, 2015 e 2016, para encontrar os indicadores de endividamento da empresa Cemig, que seguem na Tabela 1.

TABELA 1- Indicadores do endividamento Empresa Cemig.

CEMIG			
INDICADORES DO ENDIVIDAMENTO	2014	2015	2016
Participação Capital de Terceiros	67,76%	68,21%	69,23%
Garantia do Capital Próprio ao de Terceiros	47,59%	46,60%	44,45%
Composição do Endividamento a Curto Prazo	42,69%	46,91%	39,34%
Composição do Endividamento a Longo Prazo	57,31%	53,09%	60,66%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Ao analisar a empresa Cemig, os indicadores de endividamento mostram que em relação a participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais, os índices subiram consecutivamente, sendo de 2014 para 2016 1,47% de aumento, mostrando que 69,23% dos recursos totais no último ano de 2016, são de recursos de terceiros. Os indicadores nos mostram uma situação desfavorável devido a apenas 30,77% ser de capital próprio da empresa, o que reflete também na garantia ao capital próprio em relação ao capital de terceiros que caiu de 2014 a 2016 consecutivamente, sendo de R$ 0,48 de capital próprio para R$ 1,00 de capital de terceiros em 2014, para R$ 0,44 de capital próprio em 2016. A composição do endividamento subiu 4,22% de 2014 para 2015, mas

diminuiu em 2016, 7,57% do capital de terceiros que vencerão a curto prazo, já o longo prazo que é a diferença da porcentagem da composição do curto prazo ocorreu a mesma variação.

A empresa Cemig possui altos índices de capitais de terceiros, e pouco capital próprio para dar como garantia, o que se torna desfavorável, devido a não conseguir financiamentos quando está nessa situação. Já o capital que vence a curto prazo é menor que o longo prazo, tornando uma situação favorável para a empresa, tendo mais chance de se estabilizar em 2016, possuindo mais tempo para os recursos serem gerados, para cumprir com os seus compromissos.

Buscou-se nos relatórios anuais e de sustentabilidade da empresa Cemig, os fatores que influenciaram para a empresa estar endividada e encontraram-se justificativas da mesma sobre a dívida que possuía em 2014 a 2016.

A composição do endividamento é reflexo das fontes de recursos sobre as taxas de juros. O custo médio da dívida CEMIG corresponde em 15,89% a.a. Apesar das condições do mercado, a administração da empresa tem estudado uma gestão que possa alongar o prazo das dívidas, para evitar o fluxo caixa e as propostas de refinanciamentos das dívidas.

A dívida do grupo, no final de dezembro de 2016, correspondia em R$15.179 milhões, com prazo médio de amortização de dois anos e oito meses. A situação financeira de dezembro de 2015 resultou valor de R$15.179 milhões, com prazo médio de dois anos e oito meses, operação estimada pelo curto prazo realizadas em 2015, uma das ações mais negociadas da Bovespa.

As atividades financeiras do ano de 2014 resultaram um endividamento no valor de R$ 13.509 milhões, com cronograma de amortização no prazo médio de 4,1 anos, prazos de vencimento para o ano de 2015, decorrente ao curto prazo realizado em 2014.

Diante da situação financeira da companhia, esta tem propósito de levantar os principais temas de monitoramento das perdas, endividamento, liquidez e sobre a probabilidade de ocorrências de risco, identificando os riscos relacionados ao uso da água, manejo de vegetação, acidentes ambientais entre outros que ocasionaram a situação financeira do grupo.

Os fatores que foram evidencias nos seus relatórios, são as taxas de juros altas, o curto prazo para pagamentos das dívidas, e situação financeira da empresa devido a altos custos.

4.3 Indicadores e Fatores de Endividamento da Empresa CPFL Energia

No relatório da administração da empresa CPFL Energia, foram encontrados os dados no balanço patrimonial para a aplicação das fórmulas do autor Marion (2010, p. 95), e obteve os indicadores de endividamento da empresa. A tabela 2 apresenta os indicadores do endividamento da CPFL.

TABELA 2- Indicadores do endividamento Empresa CPFL

CPFL ENERGIA			
INDICADORES DO ENDIVIDAMENTO	2014	2015	2016
Participação Capital de Terceiros	73,26%	75,01%	75,40%
Garantia do Capital Próprio ao de terceiros	36,50%	33,32%	32,62%
Composição do Endividamento a Curto Prazo	28,81%	31,33%	28,36%
Composição do Endividamento a Longo Prazo	71,19%	68,67%	71,64%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Conforme a Tabela 2, ao analisar a empresa CPFL Energia, os indicadores de endividamento mostram que em relação a participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais, os índices subiram consecutivamente, sendo de 2014 para 2016 2,47% de aumento, mostrando que 75,40% dos recursos totais do ano de 2016, são de recursos de terceiros.

Os indicadores nos mostram uma situação desfavorável devido a apenas 24,60% ser de capital próprio da empresa, o que reflete também na garantia ao capital próprio em relação ao capital de terceiros que caiu de 2014 a 2016 consecutivamente, sendo de R$ 0,36 de capital próprio para R$ 1,00 de capital de terceiros em 2014, para R$ 0,33 de capital próprio em 2016, mostrando que possui poucos recursos próprios da empresa, sendo desfavorável também, pois não conseguirá financiamentos estando nessas situações, levando em consideração que o seu capital já gira em torno de financiamentos e empréstimos, e já possui muitas obrigações a pagar.

A composição do endividamento subiu 2,52% de 2014 para 2015, mas diminuiu em 2016, 2,97% do capital de terceiros que vencerão a curto prazo e longo prazo, sendo positivo para empresa, por estar com maior porcentagem de endividamento em longo prazo, mostrando que está conseguindo manter prazos

com os fornecedores, possibilitando o tempo de giro dos seus recursos para o pagamento.

Buscaram-se nos relatórios da administração da empresa CPFL Energia, os fatores que influenciaram para a empresa estar endividada e encontrou-se justificativas da mesma sobre a dívida que possuía em 2014 a 2016.

Na análise final de 2014, a dívida financeira do grupo atingiu R$ 18.555 milhões, com aumento de 11,1% referente a 2013. Já as análises do final de 2015 as dívidas financeiras brutas da companhia de energia, foram de R$ 19.489 milhões, sendo um aumento significante de 5,0% referente a 2014.

Sobre o endividamento financeiro, o grupo optou por estratégias de expansão dos negócios sobre a concepção dos prazos das dívidas, de 18 até 24 meses. Com o aumento aproximado de 12,6%, da taxa Selic, aumentou o tempo para pagamento das dividas, passando 3 anos, a 6 meses, sendo evidenciado que a taxa Selic é uns dos fatores que levou a CPFL a se endividar.

Com aumento das dívidas financeiras o grupo viu-se na estratégia de melhorar a captação das dívidas, sobre prazo de 18 a 24 meses. Essas dívidas são referentes a financiamentos de projetos. Já a dívida nominal decorreu sobre aumento aproximado de 10,2% ao ano, uns dos fatores correspondentes seria a taxa Selic.

Fator predominante sobre o endividamento, sendo um risco para a empresa, é que a energia vendida pelas controladas é produzida por usinas hidrelétricas. Então se tiver um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, acarretando em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas devido a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento.

Os fatores determinantes para o endividamento da CPFL, que foram notáveis em seus relatórios, foram devidos a taxa Selic, dívidas financeiras com projetos e aumento de custos na aquisição da energia. Mas já possuem projetos para aumento do prazo da amortização das dívidas e quitação das mesmas.

4.4 Indicadores e Fatores de Endividamento da Empresa Eletrobrás

No relatório da administração e demonstrações financeiras da empresa Eletrobrás, foram encontrados os dados no balanço patrimonial para a aplicação das fórmulas do autor Marion (2010, p. 95), e obteve os indicadores de endividamento da empresa, conforme segue na Tabela 3.

TABELA 3- Indicadores do endividamento Empresa Eletrobrás

ELETROBRÁS			
INDICADORES DO ENDIVIDAMENTO	2014	2015	2016
Participação Capital de Terceiros	60,69%	72,11%	74,16%
Garantia do Capital Próprio ao de terceiros	64,76%	38,68%	34,85%
Composição do Endividamento a Curto Prazo	21,97%	26,04%	24,63%
Composição do Endividamento a Longo Prazo	78,03%	73,96%	75,37%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Ao analisar a empresa Eletrobrás, os indicadores de endividamento mostram que em relação a participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais, os índices subiram consecutivamente, sendo de 2014 para 2016 com 13,47% de aumento, mostrando que 74,16% dos recursos totais do ano de 2016, são de recursos de terceiros.

Os indicadores nos mostram uma situação desfavorável devido a apenas 25,84% dos recursos da empresa são de capital próprio em 2016, o que reflete também na garantia ao capital próprio em relação ao capital de terceiros que caiu de 2014 a 2016 consecutivamente, sendo de R$ 0,65 de capital que a empresa possui para R$ 1,00 de capital de terceiros em 2014, para R$ 0,35 de capital próprio em 2016. Os índices mostram que a empresa possui poucos recursos próprios, tendo mais de terceiros, sendo que houve uma piora do índice em 2014 para 2016 de uma redução de 30%, sendo esta uma porcentagem de declínio muito significativa.

A composição do endividamento subiu 4,07% de 2014 para 2015, mas diminuiu em 2016, 1,41% do capital de terceiros que vencerão a curto prazo, sendo positivo para empresa, devido a estar conseguindo ter maiores prazos para os pagamentos e estar se mantendo, por ter maior endividamento a longo prazo.

Buscou-se nos relatórios da administração da empresa Eletrobrás, os fatores que influenciaram para a empresa estar endividada e encontrou-se justificativas da mesma sobre a dívida que possuía em 2014 a 2016.

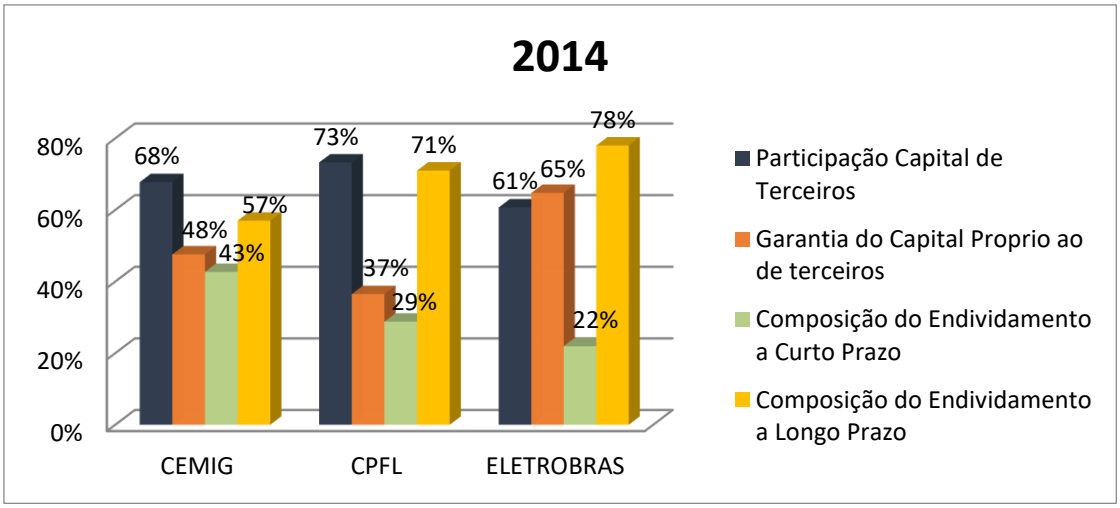
A Eletrobrás apresentou, no ano de 2016 lucro líquido de R$ 1.394 milhões, porém o seu prejuízo correspondeu R$ 3.898 milhões, durante o primeiro trimestre do ano. O final do ano 2015, teve prejuízo líquido descrito em R$ 14.442 milhões, aumento de 22,5% na receita operacional do grupo e despesa que correspondem sobre as revendas de energia. O ano de 2014, receita liquida já era R$ 695 milhões, a despesa liquida em R$ 1.699 milhões, passando se para ano de 2015. A variação ocorreu devido ao crescimento dos encargos da dívida, que passava de R$ 3.449 milhões, para o valor R$ 6.340 milhões, para o ano 2015.

Uns dos fatores que impactaram a situação financeira da companhia, é crise hídrica afetando a produção das hidrelétricas tornando o acionamento das usinas térmicas de reservas, cujo combustível é mais caro, situação que prejudicou a situação financeira do grupo, ocasionando prejuízos financeiros.

4.5 Comparabilidades dos Índices e Fatores nas Empresas Pesquisadas

Nas demonstrações contábeis das empresas Cemig, CPFL e Eletrobrás possuem os Balanços Patrimoniais, formados pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. A participação de capital de terceiros é constituída pelo passivo total sobre o passivo mais o patrimônio líquido e no ano de 2014, as três empresas possuíam participação de capital de terceiros elevados, sendo a CPFL a empresa que possuía maior índice (73%), conforme segue no Gráfico 1.

GRÁFICO 1- Comparabilidade dos indicadores das empresas no ano de 2014

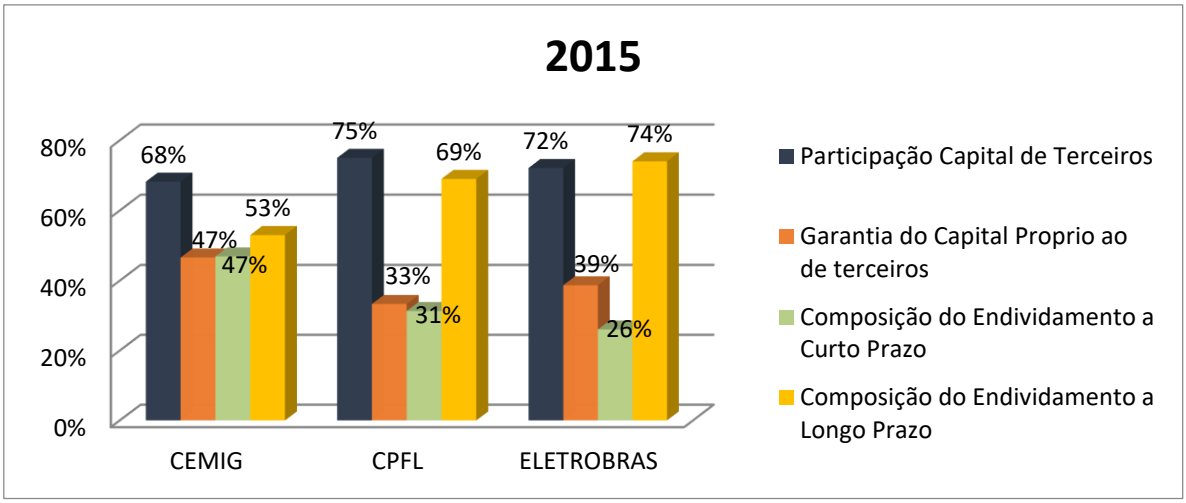


Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Nota-se em 2014 que em relação à garantia do capital próprio que é o patrimônio líquido em relação ao capital de terceiros, a CPFL possuía o menor índice (37%) justamente devido a ter mais recursos vindos de terceiros que da própria empresa, tornando uma situação desfavorável para a empresa. Já a empresa Eletrobrás se destacou por ter maior porcentagem de capital próprio (65%), sendo positiva para a empresa. Em relação à composição do endividamento a curto prazo, quem estava com maior índice é a Cemig (43%) e a longo prazo a Eletrobrás (78%),

No ano de 2015, a realidade das empresas não houve muitas alterações, pois, a empresa CPFL continuou com maior índice de participação de capital de terceiros (75%), e menor de capital próprio (33%), e a CEMIG com maior índice (47%) de garantia ao capital próprio, mas também com maior em composição do endividamento em curto prazo (47%) se tornando desfavorável para a mesma. Houve uma mudança negativa para a empresa Eletrobrás, pois teve um decréscimo no índice de garantia do capital próprio (39%), mas continuou com altos índices de composição do endividamento em longo prazo (74%), mostrando que suas dívidas têm negociações a prazos maiores, podendo ter retorno dos seus recursos para pagamento de obrigações, conforme mostra no Gráfico 2.

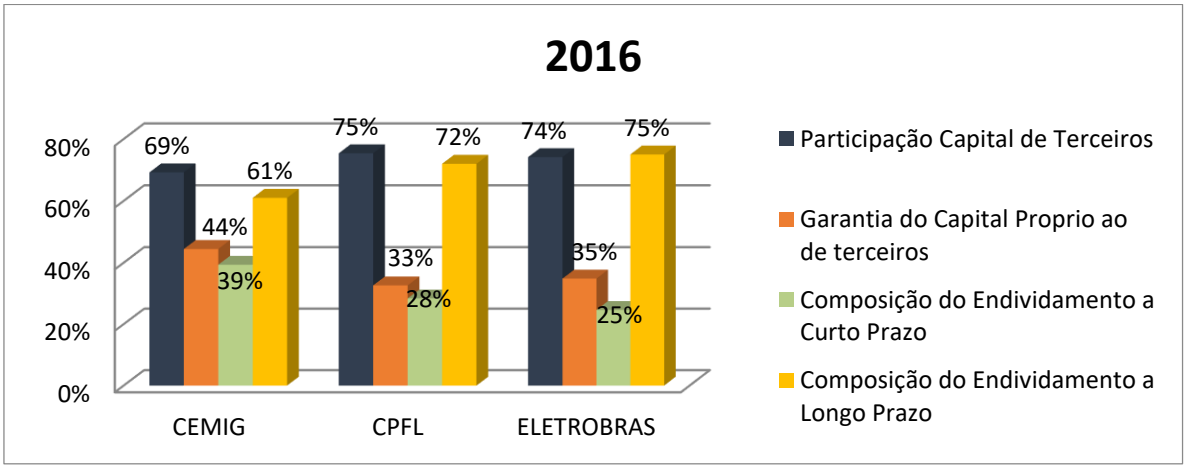
GRÁFICO 2- Comparabilidade dos indicadores das empresas no ano de 2015



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

As empresas permaneceram estáveis em 2016, com indicadores altos de participação de capital de terceiros, sendo a CPFL em pior situação nesse índice, pois possui a maior participação (75%), e menor em recursos próprios (33%). Já a empresa Cemig está a melhor nesse indicador devido a possuir o menor índice de capital de terceiros (69%), e o maior em capital próprio (44%), e mesmo que a empresa continua possuindo o maior índice de endividamento a curto prazo (39%) em relação as demais, esse índice não é agravante, pois todas estão com mais dividas a longo prazo, sendo benéfico para as empresas. A empresa Eletrobrás se destaca com a menor em composição do endividamento a curto prazo (25%), mostrando que conseguiu negociar prazos com fornecedores para o pagamento das dívidas, mas possui ainda altos índices de capital de terceiros, conforme segue no Gráfico 3.

GRÁFICO 3- Comparabilidade dos indicadores das empresas no ano de 2016



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Com a análise dos índices de endividamento das três empresas em 2014, 2015 e 2016, percebe-se que a empresa que mais se destaca como endividada nos três anos foi a empresa CPFL Energia que é do setor privado, pois possui o índice mais alto em capital de terceiros e o mais baixo em capital próprio, mostrando que possui muitas dívidas com terceiros. A Eletrobrás possui maior participação de capital de terceiros, e menor em capital próprio que a Cemig em 2015 e 2016.

Já em relação a composição do endividamento, a Cemig que possui maior participação em curto prazo que a Eletrobrás nos três anos, sendo esse um índice irrelevante quando analisado no modo de que o melhor é ter endividamento a longo prazo que a curto, e as três empresas possui porcentagem maiores de longo prazo nesse índice. Levando em consideração a participação de capital de terceiros e garantia ao capital próprio, a empresa que vem logo atrás da CPFL é a Eletrobrás, seguida pela Cemig em relação a quem está mais endividada.

Conforme o referencial teórico, os autores citaram os fatores que levam as empresas a se endividarem. Aplicando esses fatores a realidade das empresas pesquisadas, verifica-se que o critério de tamanho da empresa, citado por Santana e Silva (2015) as três se enquadram, pois, são empresas de grande porte, e como foram citadas pelos autores, as empresas de tamanho maior tendem a possuir maior grau de endividamento devido a conseguirem com mais facilidade empréstimos e financiamentos, resultando em aumento de capital de terceiros, o que leva a ter altos índices de endividamento.

Segundo os autores citados no referencial teórico (SANTANA; SILVA, 2015; SILVA; VALLE, 2008; KAYO; et al, 2005) quanto maior a intangibilidade, menor o nível de dívidas. A empresa Cemig em 2014 possuía mais bens tangíveis que intangíveis, mas em 2015 e 2016 já possuía mais os intangíveis, que tangíveis e como a Cemig possui altas dividas, a intangibilidade não é fator determinante para a mesma. Já a CPFL e a Eletrobrás possuem mais tangíveis que, segundo os autores citados, quem tem mais bens tangíveis consegue empréstimos com mais facilidade devido a ter bens para garantia e aumentando os índices de endividamento e afirma o que os autores citaram sobre intangibilidade.

Outro fator é a rentabilidade, que é o lucro líquido sobre o capital próprio, onde está muito aquém nas três empresas, o que influencia para o endividamento ser maior. É o caso das empresas Cemig e CPFL que a rentabilidade caiu drasticamente de 2014 para 2016 influenciando para o endividamento nessas empresas. A Eletrobrás que estava com rentabilidade negativa conseguiu se recuperar em 2016, mesmo com um índice baixo, consequentemente influenciando sobre a situação de endividamento da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O endividamento das empresas é numeroso em termos de pesquisa, sendo um tema com correntes teóricas diversas, mas linhas de pensamentos semelhantes, principalmente em determinantes do endividamento. Percebe-se que as dividas estão sendo explicadas nos relatórios anuais e relatórios da administração das empresas, mostrando que as mesmas se preocupam com o esclarecimento sobre o assunto e como vão amortizar as mesmas, aos seus acionistas e usuários das demonstrações.

O estudo que teve como objetivo principal, as análises dos índices de endividamento das empresas de energia elétrica da BM&FBovespa, apresentam que a empresa CPFL Energia do setor privado foi a que mais está endividada, com participação de capital de terceiros em 2014 com 73% e, 2015 e 2016 com 75%. Ela é a que menos possuiu garantia ao capital próprio ao de terceiros, com 37% em 2014 e 33% em 2015 e 2016. No índice de composição do endividamento as três empresas possuíam maior participação no longo prazo que no curto prazo mostrando que nesse requisito elas estão conseguindo os prazos com os seus devedores para o pagamento das dívidas.

A Eletrobrás vem logo atrás da CPFL, com índices insatisfatórios de capital de terceiros nos três anos e de 61%, 72% e 74% respectivamente e garantia ao capital próprio estava com 65% em 2014 sendo um índice satisfatório, mas que caiu para 39% e 35% em 2015 e 2016 respectivamente se tornando negativo para a mesma. A Cemig também possui altos índices de participação de capital de terceiros, mas são menores que da Eletrobrás, e garantia ao capital próprio são maiores, tornando índices da Cemig melhores que da Eletrobrás, sendo que ambas são do setor estatal.

Os fatores que levam ao endividamento das empresas do ramo de energia elétrica são listados, como resultado dessa pesquisa, os custos elevados, taxas de juros e os curtos prazos para pagamento das dívidas em 2014 e 2015 sendo o caso da empresa Cemig. Economia brasileira, altas taxas de juros, dívidas com financiamentos de projetos, dividas financeiras, custos elevados e principalmente o aumento da taxa Selic na empresa CPFL Energia. Já para a Eletrobrás destaca-se o prejuízo no primeiro trimestre de 2016 e 2015 devido as altas despesas relacionadas com os encargos da dívida e o acionamento das usinas térmicas de reservas. As três empresas tiveram como fator determinante os elevados custos devidos à escassez de água e o acionamento de outras usinas.

Constatou-se com o estudo, que as três empresas do segmento de energia elétrica, possuem os fatores de endividamento semelhantes às demais empresas. O que se pode perceber sendo o fator diferencial para as dívidas nesse setor, é quando diminui os níveis de água das usinas hidrelétricas, forçando o religamento das usinas de energia termelétrica, que possuem custos mais elevados.

O tema ainda oferece inúmeras oportunidades de estudo, podendo ser aplicados em outras empresas do segmento de Energia Elétrica, ou em outro segmento que apresenta estar endividado, para identificar se os índices se comportam da mesma maneira e podendo identificar outros fatores que também influenciam para as empresas ficarem endividadas.

REFERÊNCIAS

BM&FBOVESPA. Empresas listadas. 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 04 de março de 2017.

CEMIG. Relatório Anual e de Sustentabilidade. 2017. Disponível em:<http://ri.cemig.com.br/static/ptb/relatorios_anuais.asp?idioma=ptb>. Acesso em: 09 de abril de 2017.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CPFL ENERGIA. Relatórios da Administração. 2017. Disponível em: < http://cpfl.riweb.com.br/show.aspx?idCanal=XT/PY6RMQc3sWt4SWPAcQw== &linguagem=pt >. Acesso em: 09 de abril de 2017.

CURY, Andre Del Bel. Determinantes do endividamento e risco financeiro no Brasil. 2011. Tese de Doutorado. Fundação Getulio Vargas. Escola De Economia De São Paulo.

ELETROBRAS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade. Disponível em: < http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/Demonstracoes-Financeiras.aspx >. Acesso em: 09 de abril de 2017.

EXAME. Revista Eletrônica. Ano 2016. Disponível em:<http://exame.abril.com.br/negocios/as-20-empresas-mais-endividadas-do-pais/ >. Acesso 18 de março de 2017.

_____. Revista Eletrônica. Ano 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/endividadas-empresas-sofrem-com-os-juros-altos-e-a-recessao/>. Acesso 18 de março de 2017.

KAYO, Eduardo Kazuo; TEH, Chang Chuan; BASSO, Leonardo Fernando Cruz. Ativos intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. Revista de administração, v. 41, n. 2, p. 158-168, 2006.

LAUER, Patrícia Cristina Vincensi. A relação entre a crise financeira de 2008 e o nível de endividamento das empresas de capital aberto brasileiras. Ano 2015. Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva M. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, J.C. Análise das Demonstrações Contábeis. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de; et al. A análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. Revista Eletrônica: Gestão e Negócios, V. 1. nº 1. 2010.

PÁVOA, Angela Cristiane Santos. Estrutura de dívida: um estudo sobre os padrões e determinantes do endividamento das empresas que atuam no Brasil. Ano 2013. Tese doutorado em Administração de Empresas. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013.

SANTANA, Camila; SILVA, Tarcísio. Fatores determinantes da estrutura de capital de empresas brasileiras de tecnologia. JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management (Online), v. 12, n. 3, p. 687-708, 2015.

SILVA, Ariadne; DO VALLE, Mauricio Ribeiro. Análise da estrutura de endividamento: um estudo comparativo entre empresas brasileiras e americanas. Tese. P. 201-229. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2008.

ANÁLISE NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES FINANCEIROS E ECONÔMICOS: Estudo em uma Empresa do Ramo de Construção Civil

Lucielli Portela[6]

Simone Alves Ferreira[7]

Fabiane Popik[8]

RESUMO

A análise dos demonstrativos contábeis permite verificar a situação econômica e financeira de uma empresa através de índices que permitem obter-se resultados necessários a tomada de decisões internas, e principalmente informações de interesse de financiadores e investidores acerca da empresa. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a situação econômica e financeira de uma empresa do município de Lucas do Rio Verde – MT, enquadrada no regime de tributação do lucro presumido, que atua na atividade de estruturas metálicas e produtos de concretos de cimento, aplicado no ramo da construção civil, no período de 2014 a 2016, através dos indicadores econômicos e financeiros. Objetiva-se identificar e calcular os indicadores a partir dos demonstrativos elaborados pela empresa, comparando a situação da empresa analisada com outras empresas do mesmo setor, e apresentar ao final da análise sugestões de melhoria para seus resultados. Desta forma, através do método de abordagem descritiva e com base na abordagem qualitativa, utilizou-se do procedimento de estudo documental dos demonstrativos contábeis, sendo eles Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultados, elaborados pela empresa para apurar os índices econômicos e financeiros obtidos pela empresa no período analisado. Permitiu-se verificar através dos resultados apresentados que a empresa não possui risco de falência, verificando-se índices de liquidez satisfatórios, porém com estrutura de capital significativamente comprometido com terceiros, além de ter obtido índices de rentabilidade e lucratividade insatisfatórios para o período analisado, resultados que devem levar em consideração a crise enfrentada pelo setor neste período analisado.

Palavras-chave: Demonstrativos Contábeis. Indicadores Econômicos e Financeiros. Situação Econômica e Financeira.

1 INTRODUÇÃO

[6] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017.
[7] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017.
[8] Mestre em Ciências Contábeis. Professora orientadora do artigo.

A Contabilidade tem ganhado cada vez mais espaço e importância no decorrer dos anos. Com a adoção da Lei 11.638/2007 a qual define as disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, trazendo a convergência da contabilidade aos pronunciamentos internacionais traduzidos no Brasil pelos CPC´s, os quais trazem três critérios contábeis sendo eles de reconhecimento, mensuração e evidenciação/divulgação, a ênfase é dada focada nos interesses de financiadores ou de investidores e em segundo plano os interesses da diretoria da empresa, ou seja, tanto a necessidade de informações no mercado econômico externo, bem como a tomada de decisões internas, transferem ainda mais importância a Contabilidade.

Conforme Marion (2009, p. 28) “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”. A contabilidade apresentada pelos demonstrativos contábeis são as informações geradas pela empresa em determinado período. Conforme CPC 00 (2011), representam os negócios realizados pela empresa, sua capacidade de gerar resultados, seus recursos materiais ou imateriais em relação aos quais a empresa obteve o controle e que gerarão benefícios econômicos futuros mensuráveis, e suas obrigações presentes da entidade. Os principais demonstrativos contábeis são Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado.

Através da análise dos Demonstrativos Contábeis obtêm-se as diversas informações sobre a situação da empresa. A análise é realizada através de índices, os quais podem ser de liquidez, lucratividade e rentabilidade, estrutura de capital, endividamento, entre outros, além da análise vertical e horizontal.

A análise dos dados encontrados nos demonstrativos contábeis de empresas do ramo da Construção Civil a nível de Brasil, permitiu verificar que o setor passou por uma crise nos anos de 2014 a 2016. Conforme dados da Revista Exame - Melhores e Maiores (2016) verifica-se que as empresa do ramo apresentaram retração de seus resultados neste período, demonstrando-se desta forma a importância da análise das Demonstrações Contábeis para as empresas, não apenas deste ramo, mas de todos os ramos para verificação dos resultados apresentados.

Baseado neste contexto este estudo tem como problemática: qual é a situação econômica e financeira de uma empresa do ramo da construção civil

nos anos de 2014, 2015 e 2016, instalada no município de Lucas do Rio Verde – MT? O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a situação econômica e financeira desta empresa através dos indicadores econômicos e financeiros. Especificadamente tem como objetivo identificar e calcular os indicadores a partir dos demonstrativos elaborados pela entidade, comparar a situação da empresa com demais entidades deste ramo, e apresentar sugestões para melhoria dos seus resultados.

A análise econômica e financeira dos seus demonstrativos irá permitir verificar com mais exatidão a situação da empresa nos anos de 2014 a 2016, sendo possível buscar melhorias para contribuir nos resultados da entidade, e também melhoria nos resultados do mercado em que a empresa está inserida.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis representam as informações financeiras e patrimoniais da empresa. As mesmas são tratadas de acordo com o tipo de constituição da sociedade empresarial, ou seja, S.A. ou companhia com capital dividido em ações, que pode ser de capital aberto, aquelas que negociam suas ações na bolsa de valores, ou de capital fechado, e LTDA que possui seu capital divido por quotas. De acordo com a Lei 11.638/2007, bem como exposto no CPC 26 (2011) , são exigidas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração do Valor Abrangente (DRA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a qual é dispensada apenas para as S.A. de capital fechado com PL inferior a R$ 2.000.000,00; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual é exigida apenas para as S.A. de capital aberto; e Notas Explicativas.

Ainda de acordo com o CPC 26 (ano, p. 5), item 9:

> As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa

> da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.

Porém as principais informações utilizadas para análise financeira, conforme Marion (2012) são identificadas no balanço patrimonial e as econômicas são identificadas no balanço patrimonial em conjunto a demonstração de resultado de exercício.

Desta forma, considerando que a maior parte das informações acerca da estrutura financeira e patrimonial da entidade está presente no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de Resultado, estes serão os dois relatórios utilizados para análise neste estudo.

2.1.1 Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial, segundo Marion (2009), é o mais importante relatório gerado pela contabilidade, onde através deste pode se identificar a saúde financeira e econômica da empresa. Ainda segundo Assaf Neto (2015, p. 63), “o balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento”.

Sendo dividido em Ativo e Passivo, o Balanço Patrimonial é constituído pelos bens e direitos (Ativo, lado esquerdo), e pelas obrigações com terceiros e com os sócios (Passivo e Patrimônio Líquido, lado direito). Ou seja, o Balanço Patrimonial representa o conjunto de bens capazes de gerar benefícios futuros para a entidade, bem como suas obrigações presentes.

2.1.2 Demonstração do resultado do exercício

O Demonstrativo de resultado representa os ganhos e desembolsos efetuados pela entidade em determinado período. Na DRE são apresentadas todas as receitas obtidas pela atividade principal da empresa, e as recebidas como outras receitas, podendo ser financeiras ou qualquer outro ganho do período que não fazem parte da atividade principal da empresa. São também apresentadas todas as despesas da entidade no período analisados, ou seja, todos os desembolsos necessários praticados pela entidade.

Segundo Assaf Neto (2015) a Demonstração do Resultado do Exercício visa fornecer de forma esquematizada os resultados obtidos pela entidade em determinado período, os quais são transferidos para contas de patrimônio líquido.

Ou seja, no Demonstrativo de Resultados são verificados os ganhos ou perda da empresa em determinado período, os quais serão transferidos ao Balanço Patrimonial. A subtração de todas as despesas em relação a soma das receitas do período é o resultado apurado pela entidade, sendo ele positivo (lucro) ou negativo (prejuízo).

2.2 Indicadores Econômicos e Financeiros

A situação econômica e financeira de uma empresa pode ser analisada através de diversos índices gerados a partir da análise das demonstrações contábeis, permitindo a comparação do desempenho da entidade de anos anteriores com o atual, e confrontar as contas patrimoniais e as de resultado. De acordo com Iudícibus (2017, p. 103):

> O uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade de análise é mais do que retratar o que aconteceu no passado; as informações pregressas fornecem sempre algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro e assim identificar tendência que podem contribuir para decisões preditivas.

Os indicadores econômicos irão apresentar e mensurar a situação contábil da empresa, a partir do resultado positivo ou negativo gerado no período, enquanto os indicadores financeiros irão analisar a situação de caixa da empresa, os rendimentos e os desembolsos gerados no período. De acordo com Alcantara (2014, p. 133):

> A apuração de indicadores ou quocientes fornece uma ampla visão da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa, e sua análise deve ser realizada através da construção de uma série história com os números encontrados, os quais são apurados através da relação entre contas ou grupo de contas que integram as demonstrações contábeis.

Cada índice representa uma parte da análise, sendo que os mesmos devem ser verificados em conjunto, pois o bom resultado apresentado em um dos índices isoladamente não é suficiente para identificar a real situação da demonstração analisada.

Os índices podem classificar-se em liquidez, endividamento, rentabilidade e lucratividade, solvência pelo método de Kanitz, além da análise vertical e horizontal, os quais foram objeto de análise neste estudo.

2.2.1 Índices de liquidez

As análises dos índices de liquidez permitem verificar a capacidade da empresa de saldar suas obrigações com terceiros. Conforme Alcantara (2014, p. 142), “o objetivo do estudo da liquidez é avaliar o grau de solvência da empresa, ou seja, capacidade financeira para saldar seus compromissos”. Os principais índices de liquidez são apresentados na tabela 1.

TABELA 1 - Indicadores de liquidez

Índice	Fórmula	Definição
Liquidez Geral	(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	Capacidade de pagamento da empresa, se desconsiderados os seus investimentos, imobilizados e intangíveis.
Liquidez Corrente	(Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)	Capacidade da entidade de cumprir suas obrigações de curto prazo, apenas com seus bens e direitos também de curto prazo.
Liquidez Seca	(Ativo Circulante-Estoques) / (Passivo Circulante)	Capacidade da empresa de cumprir as obrigações de curto prazo apenas com os bens e direito de curto prazo, porém sem considerar o montante de estoques.
Liquidez Imediata	(Disponibilidades) / (Passivo Circulante)	Capacidade de pagamento da empresa se fosse necessário liquidar as obrigações de curto prazo de forma imediata, ou seja, apenas com o capital já disponível na entidade, caixa, banco e segundo Marion (2012) também as aplicações financeiras de curtíssimo prazo, neste caso liquidáveis em até 90 dias.

Fonte: Alcantara (2014) e Marion (2012).

Para índice de liquidez satisfatório a empresa deverá apresentar resultados superiores a 1, ou seja, para cada R$ 1,00 de passivo a empresa apresenta pelo menos R$ 1,00 de ativo para liquidar sua obrigação.

2.2.2 Índice de endividamento

O grau de endividamento, segundo Alcantara (2014, p. 147) será o quociente do capital de terceiros, sendo ele o passivo circulante mais o passivo não circulante, e o patrimônio líquido, conforme a fórmula:

Grau de endividamento: (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) x 100

Patrimônio Líquido

Este índice analisa quantas vezes o patrimônio líquido da entidade está comprometido em relação a captação de recursos com terceiros. Além de apresentar se a composição do endividamento da entidade é de curto ou longo prazo.

2.2.3 Índice de lucratividade e rentabilidade

O índice de lucratividade é a variável que indica o lucro que a entidade obtém em relação ao seu lucro líquido e a receita total, ou seja, ajuda os gestores da empresa a identificar qual a margem de lucro que se pretende auferir com a venda de seus produtos, considera o valor de aquisição para que se defina o valor de venda. O cálculo quando positivo demonstrará que as vendas foram suficientes para pagamento dos custos, despesas e capaz de produzir lucro. A tabela 2 representa os indicadores de rentabilidade e lucratividade.

TABELA 2 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade

Índice	Fórmula
Rentabilidade sobre o PL	Resultado líquido / Patrimônio Líquido
Margem Bruta	Resultado Bruto / Receita Operacional Líquida
Margem Operacional	Resultado Operacional / Receita Operacional Líquida
Margem Líquida	Resultado líquido

	Receita Operacional Líquida

Fonte: Alcantara (2014).

Distinto do índice de lucratividade, a rentabilidade demonstra o retorno sobre os recursos aplicados, índice este que são o mais relevante para aos sócios. Os índices de rentabilidade propiciam análises e conclusões comparativas com terceiros através de indicadores como: margem bruta, que apresenta lucro em relação aos custos; margem operacional, sendo o resultado operacional em relação a receita liquida; e margem liquida, relação entre lucro líquido e receita líquida. Conforme Alcantara (2014, p. 151):

> É possível avaliar o desempenho global de um empreendimento através do estudo das taxas de retorno. Esta análise busca a identificação do retorno sobre o investimento total, o retorno sobre as vendas e o retorno sobre o capital próprio, portanto, uma avaliação não apenas da produtividade, mas, sobretudo, da lucratividade do negócio.

Enquanto a rentabilidade analisa a empresa como um todo verificando qual é o retorno do investimento em relação ao patrimônio líquido da empresa, a lucratividade analisa o resultado da empresa em determinado período, verificando qual é o retorno do resultado bruto, operacional ou líquido, em relação a receita operacional líquida apresentada em determinado período, obtendo-se desta forma os resultados de margem bruta, operacional e líquida respectivamente.

2.2.4 Solvência pelo método de Kanitz

Solvência para análise financeira e para a contabilidade é a capacidade de cumprir com seus compromissos com terceiros, onde na contabilidade é representada pelo ativo total maior que passivo circulante mais passivo não circulante.

O método de Kanitz, desenvolvido pelo Professor Stephen Chaler Kanitz em 1978, avalia a solvência da empresa, buscando identificar a possibilidade de falência através do “termômetro de insolvência” obtido pela fórmula do fator de solvência, o qual é extraído a partir da multiplicação do índice de taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, liquidez geral, seca e corrente, e endividamento, com

os fatores apresentados pelo método, obtendo-se resultados que são posteriormente aplicados a fórmula desenvolvida pelo Professor Stephen. Conforme Souza (ano???, p. 3) o professor Kanitz revelou que com experiências em vários estudos as empresas acusam sinais antes de atingirem o ponto crítico de falência.

O fator de insolvência é extraído e obtido pela multiplicação dos índices com os fatores expostos na tabela 3.

TABELA 3 - Fatores de Kanitz

1	Taxa de retorno sobre o PL	0,05
2	Liquidez geral	1,65
3	Liquidez seca	3,55
4	Liquidez corrente	1,06
5	Endividamento geral sobre o PL	0,33

Fonte: Souza (2015)

Após obtenção dos resultados aplica-se a fórmula: 1 + 2 + 3 – 4 - 5.

O resultado obtido no Fato de Solvência deverá ser classificado de acordo com a classificação de Kanitz, apontado na tabela 4.

TABELA 4 - Resultado fatores de insolvência

0 e 7	Solvente
0 e -3	Região de penumbra
-3 e -7	Zona de insolvência

Fonte: Souza (2015).

Este estudo ainda não possui muitas bibliografias escritas, porém os diversos resultados já apresentados utilizando-se deste método foram satisfatórios, permitindo uma análise de situação de solvência da empresa analisada, a partir da combinação dos índices utilizados no estudo.

2.2.5 Análise vertical e horizontal

A análise vertical no balanço patrimonial, conforme Alcantara (2014, p. 112), “permite analisar qual a real importância de uma conta ou de um grupo de contas em relação ao total do ativo ou total do passivo”. Enquanto no

demonstrativo de resultados, a análise vertical permite verificar qual a porcentagem de participação de determinada receita ou despesas, ou de terminado grupo e receita ou despesas em relação a receita operacional líquida apurada no período analisado.

Desta forma, na análise vertical verifica-se a real relevância de determinada conta ou grupo em relação ao total do Ativo ou Passivo no Balanço Patrimonial, ou em relação ao total das receitas líquidas no Demonstrativo de Resultados.

A análise horizontal, conforme Alcantara (2014, p. 111) “permite analisar a evolução de determinada conta, ou grupo, tanto do balanço patrimonial quanto do demonstrativo de resultado, em relação ao ano anterior, ou ao longo de período sucessivos”, trabalhando principalmente com os efeitos causados pelo resultado obtido sem revelar suas causas, sendo importante no estudo de tendências.

Ou seja, a análise horizontal permite verificar qual foi a porcentagem de evolução ou retração de determinada conta o grupo em relação ao ano base utilizado na análise.

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se com base nos objetivos pelo método descritivo, o qual busca observar, registrar e analisar os fenômenos sem interferir em seus resultados. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 52) “Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador”, ainda para Prodanov e Freitas (2013, p. 52) “Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O presente estudo teve como base a abordagem quantitativa onde utilizou-se de dados analisados para explicar a situação da empresa analisada, e conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 70):

> A abordagem quantitativa é empregada em vários tipos de pesquisas, inclusive nas descritivas, principalmente quando buscam a relação causa-efeito entre os fenômenos e também pela facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos

> dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos.

O procedimento utilizado foi o estudo documental, que para Prodanov e Freitas (2013, p. 55 - 56) “a utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta”. Porém a pesquisa também se utilizou do procedimento bibliográfico, já que todo estudo necessita de pesquisas em livros e materiais já publicados para embasamento teórico.

O estudo trata-se da análise econômica e financeira de uma empresa, enquadrada no regime de tributação do lucro presumido, que atua na atividade de estruturas metálicas e produtos de concretos de cimento, aplicado no ramo da construção civil, tendo início de suas atividades em agosto do ano de 2010.

Além disso, esta empresa faz parte do mercado econômico do município de Lucas do Rio Verde, o qual apesar de ser movido principalmente pelo agronegócio, apresenta também significativa participação da construção civil principalmente na geração de empregos.

Os dados foram coletados a partir dos demonstrativos contábeis, sendo Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados, dos anos de 2014, 2015 e 2016, além de informações sobre as atividades conduzidas pela entidade, obtidos junto a direção da empresa.

Verificou-se nos demonstrativos apresentados pela empresa o montante referente aos seus recursos materiais e imateriais, além de suas obrigações, apresentados nos Balanços Patrimoniais, bem como os resultados obtidos nos períodos e apresentados nos Demonstrativos de Resultados.

A partir dos Balanços Patrimoniais e Demonstrativos de Resultados fornecidos pela empresa, foram dispostas as informações em excel, calculando-se os índices econômicos e financeiros da empresa para os períodos de 2014 a 2016.

Para análise dos índices foram consideradas as informações descritas pelos autores Assaf Neto (2015), Alcantara (2014) e Marion (2012).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Empresa Pesquisada

A empresa, instalada no município de Lucas do Rio Verde que surgiu da união de duas empresas no ano de 2010, trabalha com produtos de estruturas metálicas, pré-moldados e artefatos de concreto, e obras industriais, buscando propiciar atendimento diferenciado a seus clientes, voltado a gerar soluções e benefícios ao ramo da construção civil no qual está inserida.

Enquadrada no regime de tributação do lucro presumido, a empresa é considerada uma empresa de médio porte, com faturamento superior a 40 milhões por ano. Os dados apresentados neste estudo foram coletados a partir dos demonstrativos contábeis, dos anos de 2014 a 2016, fornecidos pela diretoria da empresa, e além dos resultados apresentados pela empresa levou-se em consideração também a análise realizada no mercado da construção civil neste mesmo período

4.2 Análise dos Indicadores Econômicos e Financeiros da Empresa Pesquisada

Neste estudo é apresentado a análise dos indicadores de liquidez, lucratividade e rentabilidade, estrutura de capital e solvência pelo método de Kanitz da empresa apresentada, verificando a situação dos resultados apresentados nos demonstrativos contábeis de 2014 a 2016, obtendo-se a situação contábil e financeira da entidade.

4.2.1 Análise de liquidez

Analisando os dados apresentados pela empresa no período de 2014 a 2016, verificou-se que os para os índices de liquidez corrente, seca e geral a empresa apresenta resultado satisfatórios superiores a 1, sendo capaz de cumprir com todas as suas obrigações com terceiros, de acordo com a tabela 5.

TABELA 5 - Índices de liquidez

	2016	2015	2014

Liquidez imediata	0,038	0,059	0,032
Liquidez corrente	1,723	1,528	1,241
Liquidez seca	1,412	1,395	0,880
Liquidez geral	1,060	1,080	1,073

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Somente para a liquidez imediata a empresa apresenta índices insatisfatórios, não sendo capaz de cumprir com suas obrigações com terceiros apenas com suas disponibilidades. Este resultado pode ser explicado com a política adotada pela empresa, conforme a NBC TG 17, Resolução CFC Nº 1.411/12 e as normas internacionais de contabilidade, a qual está evidenciada em notas explicativas da empresa e em conta específica do seu Balanço Patrimonial, classificada como Contratos de Construção. De acordo com a norma o estágio de reconhecimento da receita e das despesas tem como referência o estágio de execução do contrato.

Como a empresa trabalha com contratos de construção civil, os quais são de valores relevantes, a mesma reconhece em seu ativo o direito de receber referente as obras que estão sendo executadas, e as mesmas são reconhecidas como receita ou despesa de acordo com o trabalho realizado, por método de porcentagem completada. Desta forma, as disponibilidades da empresa, que representaram apenas 1,71% de seu ativo em 2016, são baixas gerando índice de liquidez imediata insatisfatório, enquanto a conta Contratos de Construção representaram 40,34% do total do ativo no ano de 2016.

4.2.2 Análise de lucratividade e rentabilidade

A empresa nos períodos analisados de 2015 e 2016 apresentou resultado líquido inferior a 5% em relação ao total de suas receitas líquidas dos respectivos períodos, fator que pode ser explicado pela crise do setor nestes anos.

Conforme dados da revista Exame (2016, p. 56) “para 2015 o setor da Indústria da Construção apresentou retração em 39,9% das vendas líquidas em relação ao ano de 2014, e retração de 65,2% na variação dos lucros”, verificando-se a crise pela qual o setor enfrentou, o que explica a diminuição das receitas líquidas da empresa analisada em 17,62% em 2015, e 61,86% em 2016, relação ao ano base 2014.

Esses dados ficam evidenciados nos índices de lucratividade e rentabilidade apresentados pela empresa, de acordo com a tabela 6.

TABELA 6 - Índices de rentabilidade e lucratividade

	2016	2015	2014
Rentabilidade sobre o PL	0,022	0,115	0,568
Rentabilidade sobre o ativo	0,004	0,024	0,127
Margem bruta	0,254	0,274	0,294
Margem operacional	0,147	0,238	0,263
Margem líquida	0,020	0,047	0,168

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Tanto para os índices de lucratividade, como também de rentabilidade, a empresa não apresentou em suas demonstrações contábeis resultados satisfatórios, tendo ocorrido queda dos índices dos períodos analisados de 2014 a 2016.

No ano de 2016, o resultado líquido da empresa apresentou rentabilidade de apenas 0,022% em relação ao Patrimônio líquido da empresa, ou seja, houve baixíssima rentabilidade do negócio. Estes dados também são verificados no Balanço Patrimonial da empresa, onde o Patrimônio Líquido representou apenas 15,69% do total do passivo no de 2016 em relação ao ano base 2014, sendo que para os anos de 2015 e 2014 o Patrimônio Líquido da empresa representava mais de 20% do passivo total da empresa.

Em relação aos resultados apresentados pela empresa nos períodos analisados, os índices também foram insatisfatórios. A empresa apresenta mais de 70% de sua receita líquida absorvida por custos, ou seja, mais de 70% da receita líquida obtida nos períodos analisados foi gasta com custos. Em 2016 os custos representaram 74,64% do total da receita líquida da empresa, em 2015 a porcentagem foi de 72,60% e em 2014 70,60%. Apesar de se verificar redução dos custos de 59,67% em relação ao ano base 2014 deve-se atentar a redução de 61,86% da receita líquida apresentada, em relação ao mesmo ano base de análise.

Nota-se que o lucro líquido da empresa em relação ao seu faturamento líquido, ou seja, a margem líquida, representou 0,02% no ano de 2016. Percebe-

se também uma retração de 95,43% do resultado líquido da empresa em 2016 em relação ao ano base.

4.2.3 Análise de estrutura de capital

Conforme apresentado por Alcantara (2014, p. 147) “sendo o endividamento o quociente entre o passivo circulante mais não circulante com o patrimônio líquido”, a empresa apresentou os seguintes resultado para os períodos analisados, conforme tabela 7.

TABELA 7 - Índice de endividamento

	2016	2015	2014
Endividamento geral sobre o PL	5,374	3,781	3,453
Composição do endividamento de curto prazo	52,77%	69,20%	83,43%
Composição do endividamento de longo prazo	47,23%	30,80%	16,57%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Verifica-se que para os três períodos a empresa obteve alto grau de comprometimento de seu capital próprio com terceiros, sendo seu capital próprio insuficiente para liquidar suas obrigações.

O elevado grau de endividamento fica também evidenciado no Balanço Patrimonial pelo aumento dos recursos captados com terceiros em 111,83% em 2015, e 98,56% em 2016, em relação ao ano base 2014, devido ao cenário desfavorável apresentado pelo setor, onde houve elevação dos custos de produção por metro quadrado, devido ao aumento do custo da mão de obra, matéria-prima com estruturas metálicas, e também a instabilidade política enfrentada no país que refletiu diretamente em toda a economia nacional.

Outra elevação verificada no Balanço Patrimonial é em relação aos mútuos com partes relacionadas. Em 2016 os mútuos de longo prazo cresceram 467,92% em relação ao ano base 2014, ou seja, a empresa não buscou recursos apenas com entidades financeiras, mas também com suas partes relacionadas, gerando elevado índice de endividamento com terceiros. Os mútuos de longo prazo representaram em 2016, 37,52% do total do passivo, enquanto o patrimônio líquido da empresa representa apenas 15,69% do total do passivo do período.

Ainda, verificou-se pela análise da composição do endividamento da entidade que no decorrer dos períodos analisados o endividamento passou a crescer no longo prazo. Em 2014, a empresa possuía apenas 16,57% de seu endividamento no longo prazo, o qual em 2016 passou a representar 47,23% do endividamento, ocorrendo um aumento de 30,66% do endividamento com terceiros no longo prazo.

4.2.4 Análise de solvência da empresa pelo método Kanitz

Conforme método de análise de solvência desenvolvido pelo Professor Stephen Chaler Kanitz, a empresa apresentou para os três períodos analisados resultados superiores a 0, ou seja, está enquadrada no índice de solvência.

Para o ano de 2014 a empresa apresentou resultado de Kanitz de 2,469, sendo que através deste resultado e conforme estudo do Professor Kanitz a empresa seria solvente e não estaria com risco de falência. Já em 2015 o índice apresentou melhora passando a apresentar resultado de 3,872, ou seja, de 2014 a 2015 a empresa apresentou melhora em sua solvência, porém voltou a decrescer em 2016 onde o resultado foi de 3,164, sendo ainda superior ao do ano base de 2014.

O índice de Kanitz permite analisar a combinação de diversos índices, verificando que a empresa possui capacidade de solvência, não estando em risco de falência.

4.3 Comparação dos Resultados com Resultados de Outras Empresas do Ramo

A análise do mercado do setor de construção civil para os anos de 2014 a 2016 apresentou que o setor passou um período de crise, com queda de quase 40% de suas vendas líquidas, conforme dados apresentados pela Revista Exame (2016) no ano de 2015 em relação a 2014. Ainda conforme pesquisas apresentadas na Revista o ano de 2016 apresentou retração de 6,1% em relação a 2015.

Foram consideradas para comparação com a empresa analisada duas empresas classificadas entre as 100 maiores a região centro-oeste, nesta mesma edição da Revista Exame (2016), as quais atuam no mesmo setor da

indústria da construção da empresa analisada, localizadas na região Centro Oeste do Brasil.

As empresas selecionadas foram Centrad e Via Engenharia, ambas localizadas no Distrito Federal – DF. Para comparação dos dados foram consideradas as informações divulgadas pelas empresas na Revista, como o montante de vendas líquidas e percentual de crescimento em relação ao período anterior.

Ambas as empresas utilizadas no estudo comparativo apresentaram retração nos períodos analisados, sendo que a empresa Centrad apresentou retração de 43,6% e a Via Engenharia de 69,8%. Esses resultados estão dispostos na tabela 8.

TABELA 8 - Comparação de resultados com outras empresas do setor

Empresas	Vendas líquidas em milhões de R$	Crescimento (%)
Centrad	292,5	-43,6
Via Engenharia	275,2	-69,8
Empresa Analisada	35	-17,6

Fonte: Revista Exame (2016) e dados da pesquisa (2017).

Verifica-se desta forma que assim como a empresa analisada, que apresentou retração de 17,6% no ano de 2015 em relação ao ano de 2014, demais empresas do setor apresentaram resultado insatisfatórios, apresentando retração de seus resultados.

4.4 Sugestões de Melhoria de Resultados

Conforme dados apresentados na análise de rentabilidade e lucratividade da entidade, no tópico 4.2.2 deste estudo, verificou-se que mais de 70% do faturamento líquido da empresa foi absorvido por custos. Verifica-se desta forma que a empresa possui um elevado custo de produção, o qual se analisado e melhor estruturado pode apresentar melhora de resultados.

Ainda, verificou-se um elevado aumento de captação de recursos com partes relacionadas. No ano de 2016 houve aumento de 467,92% das operações de mútuo em relação ao ano base de 2014, o que contribuiu significativamente para o consequente aumento dos resultados de endividamento da empresa.

Sendo que o capital social da empresa representa apenas 0,54% do total de seu passivo, um possível aumento de integralização da capital por parte das partes relacionadas apresentaria melhora dos resultados.

Uma análise realizada em relação ao montante de mútuo da empresa de longo prazo como possível integralização de capital apresenta os resultados na tabela 9.

TABELA 9 - Simulação de endividamento

	2016	2015	2014
Endividamento geral sobre o PL	0,88	1,39	2,00

Fonte: Dados da pesquisa,2017

Para os anos analisados de 2014 a 2016, se o montante contabilizado como mútuo com partes relacionadas de longo prazo fosse transformado em integralização de capital, os índices de endividamento apresentariam grande melhora.

Outro fator que pode ser estudado é a mudança de opção de enquadramento tributário para a empresa. Como a mesma possui grande parte de seu faturamento absorvido por custos, e tem nos últimos períodos reduzido significativamente seu faturamento, bem como seu lucro, a opção pelo Lucro Real poderia ser mais vantajosa, diminuindo o recolhimento dos impostos de Imposto de Renda e Contribuição Social, os quais no lucro real passam a ser calculados pelo Resultado obtido pela empresa e não mais pelo faturamento bruto. Porém, para isto, seria necessário desenvolver um estudo e viabilidade tributária, considerando todos os aspectos de operação da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos demonstrativos contábeis de uma empresa permite verificar a situação contábil e financeira a partir de indicadores que apontam a situação do capital próprio em relação ao capital de terceiros, a capacidade de liquidação de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, além de a combinação destes índices permitir avaliar o seu risco de falência. Ainda a análise destes indicadores permite avaliar o desempenho da empresa em relação a períodos anteriores, verificando quais foram os montantes que mais causaram impactos

no resultado obtido. Informações as quais são de interesse de financiadores e investidores, além de serem úteis para a tomada de decisões internas.

A partir da análise dos demonstrativos contábeis da uma empresa do setor de construção civil, instalada no município de Lucas do Rio Verde – MT, verificou-se que a empresa não possui risco de falência, resultado obtido pela análise de Kanitz a qual constatou resultados superiores a 0 para o período de 2014 a 2016. Sendo este indicador a combinação dos demais indicadores analisados neste estudo.

A empresa possui indicadores de liquidez satisfatórios, sendo capaz de cumprir com todas as suas obrigações com terceiros. Apenas não seria capaz de cumprir suas obrigações com terceiros de curto prazo, contando apenas com suas disponibilidades, mas este resultado insatisfatório de liquidez imediata justifica-se pelas políticas adotadas pela empresa para reconhecimentos de seus contratos de construção.

Além disso, a empresa possui uma estrutura de capital comprometida com terceiros principalmente no curto prazo. Seu endividamento geral com capital de terceiros em relação ao seu capital próprio gerou resultados insatisfatórios. Sendo que, para o ano de 2016 o endividamento foi de 5,374, resultado que também pode ser verificado no Balanço Patrimonial com o aumento da captação de recursos com terceiros, tanto com entidades financeiras como com suas partes relacionadas. Ainda para os períodos analisados, os indicadores de rentabilidade e lucratividade, assim como de estrutura de capital, também foram insatisfatórios.

Com base neste estudo verifica-se que a empresa apesar de apresentar indicadores com resultados satisfatórios, também apresentou indicadores com resultado insatisfatórios, sendo que sua real situação deve levar em consideração todos os resultados obtidos. Apesar de possuir capacidade de cumprir com todas suas obrigações juntos a terceiros, deve ser verificado que a empresa aumentou significativamente a captação de recursos com suas partes relacionadas, além de possuir elevados custos que consomem grande parte de seu faturamento líquido, fatores estes que podem incorrer em resultados insatisfatórios em períodos futuros.

Além disso, a empresa analisada também apresentou índices de rentabilidade líquida insatisfatória, o que poderia tornar viável a mudança de

regime de tributação para lucro real, já que neste a apuração dos impostos, imposto de renda e contribuição social, são calculados a partir do resultado final obtido pela empresa. Porém deve-se observar que o período analisado foi de crise para todo o setor da construção civil, onde apresentou-se retração da produção industrial no ano de 2016 de 6,1% em relação ao ano de 2015, o qual busca formas de se recuperar para melhorar os resultados que vem apresentando no mercado econômico.

Sugere-se para pesquisas futuras, o estudo mais aprofundado dos custos e gastos da empresa, bem como uma reestruturação de gestão interna, o que poderia ocasionar em melhora de resultados para a organização.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Alexandre da Silva. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Publicado em 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm> acesso em: 30 abr. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: Pronunciamento Técnico CPC 00: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_ CPC00_R1.pdf> Acesso em: 30 abr. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: Pronunciamento Técnico CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011. Disponível em: <http://static.cpc. mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2009.pdf> Acesso em: 30 abr. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, Jose Carlos. Contabilidade Básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, Jose Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2.ed. Rio Grande Do Sul: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias /8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho %20Cientifico.pdf> Acesso em: 08 abr. 2017.

REVISTA EXAME, Melhores e maiores. Volume 50, nº 13. Editora Abril, jul. 2016.

SOUZA, Udson Pacheco de. Construção de um termômetro de insolvência. 2015. Disponível em: <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Udson-Pacheco-da-Silva-Constru%C3%A7%C3%A3o-de-Um-Term%C3%B4metro-de-Insolv%C3%AAncia.pdf> Acesso em: 03 de abr. 2017.

CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS E SUAS APLICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Daiana Naiara Rodrigues[9]

Débora Aline da Silva Soares Affonso[10]

Leandro Franz[11]

RESUMO

O artigo elaborado traz a evidenciação dos custos de uma empresa listada na B3 (BM&FBovespa), no segmento de produção de carnes e seus derivados como abordagem principal. Através da leitura de obras e pronunciamentos técnicos contábeis, bem como análise das demonstrações contábeis padronizadas consolidadas, notas explicativas, relatórios administrativos (e parecer da auditoria) da empresa BRF S.A, uma das seis empresas listadas nesta categoria foram obtidos os resultados deste estudo. Percebeu-se que, as informações relativas à custos da entidade no período são satisfatórias para que o usuário das informações contábeis da companhia possa formar sua opinião, bem como, respeitam às exigências pré-estipuladas pelos pronunciamentos técnicos e as leis.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Custos. BRF S.A. BM&FBovespa B3.

1 INTRODUÇÃO

No atual mercado de negócios, centavos podem fazer total diferença. Empresas procuram seguidamente obter mais lucros e o consumidor, devido à crise financeira nacional, está cada vez mais cuidadoso na hora de efetuar suas compras, buscando cada vez mais, economizar. Nesta hora, o menor preço é o que certamente irá satisfazer mais quem está comprando. Levando isto em consideração, e que o preço de venda da mercadoria está intimamente ligado ao valor de mercado, quem produz busca, assim como o consumidor, reduzir seus custos para ofertar a mercadoria por um valor menor que a concorrência.

---

[9] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: daia.naiara.rodrigues@hotmail.com

[10] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: debora_amos@hotmail.com.

[11] Mestre em Ciências Contábeis. Professor orientador do artigo.

No entanto, é necessário que uma análise rigorosa seja feita e que desta resulte um bom entendimento de qual é a situação da entidade. A cada dia, profissionais especializados em gestão de custos são contratados para conhecer o processo operacional da empresa e, analisar os resultados obtidos pela mesma, para que assim, encontre formar de minimizar os gastos relativos a produção.

> A preocupação primeira dos Contadores, Auditores e Fiscais foi a de fazer da Contabilidade de Custos uma forma de resolver seus problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado, não a de fazer dela um instrumento de administração. Por essa não-utilização de todo o seu potencial no campo gerencial, deixou a Contabilidade de Custos de ter uma evolução mais acentuada por um longo tempo (MARTINS, 2010, p. 21).

Para que este profissional possua sucesso em suas atividades, é necessário que as demonstrações contábeis da entidade estejam de acordo com o que está realmente acontecendo na empresa, é de extrema importância que estas estejam respeitando as normas contábeis. No entanto, atualmente, nem sempre é isto que acontece nas entidades.

A partir disto, tem-se a seguinte problemática: Como os custos são evidenciados nas demonstrações contábeis das empresas do ramo de produção de alimentos, mais especificadamente, na produção de carnes e seus derivados, que possuem seus demonstrativos listados na B3[12]?

Seguindo isto, o objetivo geral deste artigo é apresentar como os custos são evidenciados nas demonstrações contábeis das empresas do ramo de produção de carnes e seus derivados. Como objetivos específicos tem-se: buscar quais são os métodos utilizados para rateio dos custos; verificar como estão sendo reconhecidos os custos dentro da entidade; e por fim analisar e verificar se as demonstrações contábeis da empresa analisada satisfazem as necessidades do usuário quanto ao bom entendimento da formação dos custos dos produtos da entidade.

[12] A B3, que teve por muitos anos seu nome como BM&FBOVESPA, é uma companhia que tem por objetivos principal administrar mercados organizados de Títulos e Valores Mobiliários, além dos Contratos Derivativos. No mais, atua também como garantidora de liquidações das operações que são realizadas nela dela.

O trabalho é estruturado em cinco partes, onde inicia-se pela introdução, seguida pela fundamentação teórica, metodologia de pesquisa utilizada, o desenvolvimento e análise, posteriormente, as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Evidenciação Contábil

Hoje, a contabilidade brasileira possui uma vasta lista de obrigações a serem entregues ao fisco, e consequentemente um longo acervo de documentos que auxiliam na análise da saúde da empresa. Estas obrigações são compostas por declarações tributárias, Sped, e as demonstrações contábeis:

> DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Peça em forma técnica que evidencia um fato patrimonial, um conjunto de tais fatos ou todo um sistema de Contas [...]. Tais demonstrações foram impropriamente denominadas "Financeiras" pela Lei das Sociedades por Ações em razão da cópia do termo traduzido *Financial Statements*.
> As demonstrações contábeis visam, precipuamente oferecer uma ordem lógica para a análise de fenômenos patrimoniais. São utilizadas, desde que se tem notícia, dos primeiros registros contábeis, da Idade Antiga. Os sumérios e os babilônios nas mais antigas dinastias já utilizavam processos demonstrativos de fatos patrimoniais. A tendência moderna é de ampliar o número de demonstrações, especialmente de expressão e interesse econômico (SÁ; SÁ; 1995, p. 143).

Como já anteciparam Sá e Sá (1995), é notável que realmente a modernidade trouxe novas demonstrações contábeis, principalmente após as mudanças que ocorreram nas normas contábeis no ano de 2007, onde o Conselho Federal de Contabilidade[13] buscou que as mesmas ficassem mais parecidas às normas internacionais.

Baseando-se em leis e pronunciamentos técnicos (CPC), o contador da empresa pode montar as demonstrações de acordo com o seu entendimento,

[13] O Conselho Federal de Contabilidade adota a abreviatura CFC e tem sede em Brasília.
Órgão supremo da Classe Contábil destinado a registrar profissionais, controlar e orientar os Conselhos Regionais de Contabilidade e estabelecer normas para a fiscalização do exercício da profissão de contador [...]. Criado pelo Decreto-lei 9.295 de 27-5-1946[...]. (SÁ; SÁ, 1995, p. 83).

uma vez que os CPC's não são extremamente detalhados, deixando uma abertura para que o profissional monte seu próprio entendimento. No entanto isso não esquiva a entidade de possíveis questionamentos e notificações do fisco.

> As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte: (a) ativos; (b) passivos; (c) patrimônio líquido; (d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; (e) alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e (f) fluxos de caixa. Essas informações, juntamente com outras informações constantes das notas explicativas, ajudam os usuários das demonstrações contábeis a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a época e o grau de certeza de sua geração (CPC 26, 2011, p. 5).

Atualmente, as demonstrações contábeis que permitem uma melhor análise dos custos da empresa, são: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), DVA (Demonstração do Valor Adicionado); DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) e Notas Explicativas, e cabe ao contador da empresa montar estas de acordo com as normas sem deixar que o governo, sócios e outros usuários destas demonstrações consigam fazer um bom entendimento dos dados apresentados através delas.

Além destes, para fins de administração e análise gerencial, muitos outros relatórios são desenvolvidos, principalmente com ajuda dos softwares, para melhor análise dos dados.

2.2 Contabilidade de Custos

Para poder manter sua produção e/ou continuar efetuando suas vendas e prestações de serviço, uma empresa precisa aplicar dinheiro em muitos pontos, do contrário não poderá ofertar seu produto no mercado, e em consequência

disso em um curto período de tempo fechará suas portas. Os gastos que a empresa tem são necessários para que ela possa continuar em funcionamento. Mas tecnicamente falando, o que são gastos?

Para gastos temos a seguinte definição: “os valores monetários de todos os desembolsos e compromissos assumidos pela empresa no desempenho de suas operações[...]” (BOMFIM e PASSARELLI, 2008, p. 49). Ou seja, o que é necessário para que a empresa continue atuando no mercado onde está inserida. No entanto se gasto é o montante aplicado para o desempenho das atividades da empresa, o que seriam os custos?

Tem-se para custos “a mensuração econômica dos recursos (produtos, serviços e direitos) adquiridos para a obtenção e venda dos produtos e serviços da empresa” (PADOVEZE, 2006, p. 4), e “gastos diretamente relacionados com a produção dos bens e serviços destinados, pela empresa, à comercialização” (BOMFIM e PASSARELLI, 2008, p. 49). Sabemos então que custo é uma subdivisão dos gastos, além desta categoria, a subdivisão compreende outros grupos, que são: despesas, investimentos, perda e desperdício.

Levando em consideração que custos são gastos relacionados com produtos para comercialização, qual é a real diferença entre custo e despesa? O custo está ligado ao valor que é investido para produção e/ou aquisição do produto até que ele esteja pronto e disponível para venda, já a despesa são os gastos relacionados à parte de apoio, administração e vendas (quando a empresa em questão não é uma revendedora, ou seja, sua atividade principal seja efetivamente a venda de um produto e não a sua fabricação e ou a prestação de serviços, neste caso o valor investido na parte de vendas seriam custos).

Todos os demais gastos que são destinados ao administrativo, esforços de vedas e financiamento são chamados e reconhecidos como despesa, conforme (MARTINS, 2010).

Sendo assim, custo é aquele gasto que pode ser facilmente distinto por sua necessidade no processo de produção, já as despesas são aquelas que a empresa necessita para sua operação, no entanto, não é ligado a parte operacional da entidade.

2.3 Custos

De acordo com Martins (2010), historicamente falando, o custo de um produto era o valor pelo qual a mercadoria havia sido adquirida. Caso o produto fosse feitio da empresa, muitas vezes o seu custo era calculado de acordo com a matéria prima utilizada e a mão de obra aplicada no produto.

Muitos podem pensar, mas o que mudou então? Sabemos que muitas empresas, principalmente aquelas de pequeno porte e/ou negócios de família, ainda tratam como custo somente esta pequena parte de gastos com o produto, e é por causa desta consideração que muitas empresas precisam recorrer ao processo de recuperação judicial ou decretar falência.

Com a atual tecnologia, o marketing incessante e a ampla concorrência, é de extrema importância que a entidade faça o cálculo apropriado de todos os gastos da empresa, de acordo com a sua real natureza, para que assim ela possa entender quais são os gastos fixos e variáveis da empresa e principalmente qual é o efetivo valor que custa a aquisição/produção de uma mercadoria para posteriormente formar o seu preço de venda.

> Com o significativo aumento de competitividade que vem ocorrendo na maioria dos mercados, seja industrial, comerciais ou de serviços, os custos tornam-se altamente relevantes quando da tomada de decisões em uma empresa. Isto ocorre pois, devido à alta competição existente, as empresas já não podem mais definir seus preços apenas de acordo com os custos incorridos, e sim, também, com base nos preços praticados no mercado em que atuam (MARTINS, 2010, p.22).

É nesta hora que o administrador legal da empresa deve ser um entendedor da atividade na qual está inserida e principalmente ter o conhecimento de formação de custos, ou como muito acontece, deve contratar um contador para que o mesmo aplique seus conhecimentos técnicos e auxilie-o.

> A contabilidade de custos, criada para avaliar estoques, constituiu-se em importante instrumento de controle e atribuição de custos aos produtos, sem se preocupar, no entanto, em fornecer informações para o gerenciamento da produção e comercialização. Para exemplificar, as decisões necessárias à atribuição do preço de venda aos produtos tinham por fundamento somente o custo de fabricação; para alcançar a lucratividade desejada, não havia outras preocupações, desconsiderando-se, inclusive, os fatores externos relacionados ao mercado (RIBEIRO, 2009, p. 13).

Os custos podem ser classificados como custos fixos, variáveis, diretos e indiretos. Os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com o montante produzido, já os fixos são aqueles que estão sempre presentes, um exemplo no caso de uma fábrica seria o salário de um operador de máquinas.

Ao mesmo tempo que o salário é um custo fixo, ele é um custo indireto, pois o serviço prestado por ele na fábrica contribui para a confecção de vários tipos de produtos. Ou seja, custo indireto é aquele onde o valor aplicado em determinada atividade vai beneficiar a fabricação de mais de um produto.

> [...]. Após essas análises, podemos verificar que alguns custos podem ser diretamente apropriados aos produtos, bastando haver uma medida de consumo (quilogramas de materiais consumidos, embalagens utilizadas, horas de mão-de-obra utilizadas e até quantidade de força consumida). São os Custos Diretos com relação aos produtos. Outros realmente não oferecem condição de uma medida objetiva e qualquer tentativa de alocação tem de ser feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária (como o aluguel, a supervisão, as chefias etc.). São os Custos Indiretos com relação aos produtos.
> Portanto, a classificação de Direto e indireto que estamos fazendo é com relação ao produto feito ou serviço prestado, e não à produção no sentido geral ou aos departamentos dentro da empresa (MARTINS, 2010, p. 48, 49).

Deste modo, o conhecimento do processo de produção da empresa é de extrema importância para o profissional que irá fazer a análise dos custos através dos resultados dos demonstrativos e relatórios apresentados a ele.

2.3.1 Custos diretos

Custo direto é todo aquele que pode, facilmente, ser reconhecido como parte do produto, como exemplo temos a matéria prima, máquinas de utilização específicas a cada produto, operadores que atuem somente na fabricação de um produto (Mão de Obra Direta).

Segundo Padoveze (2006), os custos diretos são aqueles que podem ser alocados de forma direta e objetiva ao produto em questão:

> Custos diretos são aqueles que podem ser fisicamente identificados para um segmento particular em consideração. Assim, se o que está em consideração é uma linha de produtos,

> então os materiais e a mão-de-obra envolvidos na sua manufatura seriam custos diretos. Dessa forma relacionando-os com os produtos finais, os custos diretos são os gastos industriais que podem ser alocados direta e objetivamente aos produtos. Podem ser fixos e variáveis (PADOVEZE, 2006, p. 41).

"Custos diretos são aqueles que podem ser facilmente atribuídos a um produto ou objeto de custo. São exemplos a mão de obra direta e as matérias-primas" (SOUZA; DIEHL, 2009, p. 17).

Em essência, custo direto é representado por valor que podem ser facilmente correlacionados com um produto em específico.

2.3.2 Custos indiretos

De acordo com Bomfim e Passarelli (2008), os custos indiretos são aqueles que compõem o valor de duas ou mais linhas de produtos fabricados/vendidos pela empresa, ou seja, ele compõe o valor da mercadoria, mas não é exclusivo de somente um tipo de produto. Temos como exemplo deste os fretes, energia elétrica da fábrica, seguro, salário do gerente de produção, etc.

O custo, neste caso, deve ser distribuído entre todos os produtos que usufruíram dos benefícios gerados por este custo. Por exemplo: Em uma mercearia onde são vendidos vários produtos, foi feita uma compra de arroz, feijão, farinha de trigo e fubá, e estes vieram de outra localidade, gerando assim um custo de frete para este produto.

Suponhamos que o frete custou para a mercearia um montante de R$ 500,00 e foram adquiridos 100 pacotes de arroz, 80 pacotes de feijão, 40 pacotes de farinha de trigo e 30 pacotes de fubá, totalizando assim uma compra de 250 itens. Para conhecer qual o montante de frete que será pago por cada produto devemos calcular quanto de frete é pago por item:

a) 500 reais / 250 itens transportados = R$ 2,00 por item;

Este cálculo é conhecido como rateio e existem vários métodos e inúmeras variantes para se adquirir o montante por produto. Os custos indiretos só podem ser apropriados via rateio aos produtos, não há como vincular diretamente ao mesmo, isto significa que podem haver arbitrariedades na apuração de valores, principalmente quando a empresa precisa passar por auditoria externa de suas demonstrações.

> Quando a empresa fabrica apenas um único produto, todos os custos são considerados diretos em relação a esse produto, não havendo, portanto, custos indiretos.
> Todos os Custos indiretos só podem ser apropriados, por sua própria definição, de forma indireta aos produtos (CREPALDI, 2010, p. 93).

Deste modo, os custos indiretos são primordiais para a formação do preço da mercadoria, no entanto, não devem ser apropriados diretamente ao preço do produto, e sim, deve-se aplicar o rateio primeiramente.

2.3.3 Rateio e seus métodos de aplicações

É importante, como primeiro passo para escolha do método de rateio, analisar a natureza do custo indireto para que assim, a aceitação do resultado obtido seja a maior possível. No momento da escolha dos métodos de rateio, é importante que o profissional seja cauteloso e tenha conhecimento do processo de produção, além disto, é necessário que os responsáveis pelo processo de produção estejam envolvidos neste processo de escolha.

> Todos os Custos Indiretos só podem ser apropriados, por sua própria definição, de forma indireta aos produtos, isto é, mediante estimativas, critérios de rateio, previsão e comportamento de custos etc. Todas essas formas de distribuição contêm, em menor ou maior grau, certo subjetivismo; portanto, a arbitrariedade sempre vai existir nessas alocações, sendo que às vezes ela existirá em nível bastante aceitável, e em outras oportunidades só a aceitamos por não haver alternativas melhores (MARTINS, 2010, p. 79).

Deve-se levar em consideração, na hora de efetuar o rateio, dados como qual foi o tipo de serviço ou consumo foi efetuado, após isto, verificam-se quais dos departamentos ou produtos utilizam deste tipo de serviço, e depois de efetuar esta classificação é que se escolhe como melhor aplicar o rateio (mão-de-obra, produção, área, horas, etc.)

> O Custeio Baseado em Atividades, conhecido como ABC (Activity-Based Costing), é um método de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos, [...].
> O ABC pode ser aplicado, também, aos custos diretos, principalmente à mão- de-obra direta, e é recomendável que o seja; mas não haverá, neste caso, diferenças significativas em relação aos chamados “sistemas

> tradicionais". A diferença fundamental está no tratamento dado aos custos indiretos (MARTINS, 2010, p. 87).

Nota-se que se houver um controle correto dos custos indiretos e os métodos de rateio forem aplicados corretamente a cada mercadora, a composição do custo da mercadoria será correta e isto auxiliará o administrador da empresa na formação do preço de venda da mercadoria, no entanto, caso os custos indiretos não sejam rateados corretamente, o preço da mercadoria será composto através de um custo total incorreto, acarretando assim em um preço de venda errôneo, e dependendo do grau de gravidade do erro, pode-se apurar um prejuízo na venda da mercadoria.

3 METODOLOGIA

O delineamento metodológico deste artigo foi desenvolvido através de pesquisa, de caráter descritiva. Quanto ao problema verifica-se uma abordagem qualitativa, já aos procedimentos adotados, se enquadram como documental.

A BRF S.A. é uma empresa brasileira, fruto da fusão de dois grandes nomes do ramo, a Sadia e a Perdigão. Atualmente é uma das maiores companhias do mundo, no ramo alimentício. Atua na comercialização de seus produtos nos cinco continentes, em mais de cento e cinquenta mil países, e é detentora de grandes marcas em seu catálogo de produtos, dentre as mais conhecidas é possível citar: Perdigão, Sadia e Qualy.

Devido à recente deflagração da Operação Carne Fraca, pela Polícia Federal Brasileira, optou-se então por efetuar a análise de dados de uma empresa do setor de produção de carnes e seus derivados que esteja listada na B3, devido a maior facilidade de acesso às demonstrações contábeis da companhia.

Tendo em vista isso, verificou-se que há, em maio de 2017 cinco empresas listadas, e destas, a BRF, está presente no município de Lucas do Rio Verde, sendo fator primordial na decisão de escolha da entidade a ser analisada.

A coleta de dados se deu através do site da B3, onde é possível JBS S.A. encontrar os demonstrativos contábeis das empresas listadas, devido as mesmas serem de capital aberto e terem suas ações negociadas na bolsa de valores.

Após o filtro por setor de atuação das empresas listadas, verificou-se que na data, no setor de consumo não cíclico, subsetor alimentos processados, segmento carnes e derivados as empresas listadas na B3, são citadas no quadro 1.

QUADRO 1 - Empresas listadas na B3 no segmento de Carnes e seus derivados.

Razão Social	Nome de Pregão	Segmento
BRF S.A.	BRF SA	NM
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	EXCELSIOR	
JBS S.A.	JBS	NM
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	MARFRIG	NM
MINERVA S.A.	MINERVA	NM
MINUPAR PARTICIPACOES S.A.	MINUPAR	

Fonte: B3 (2017).

Desta forma, dentre as existentes, a empresa BRF foi escolhida para ser objeto de estudos para este trabalho. Após a escolha, foram selecionadas então as demonstrações financeiras[14] padronizadas com data base em 31/12/2016 para que as análises fossem efetuadas. Dentro ainda das demonstrações padronizadas, foram escolhidas as demonstrações consolidadas e as notas explicativas, bem como foram incluídos na análise o relatório da administração da empresa e parecer da auditoria, para verificar se houve algum apontamento referente ao controle de custos da entidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Empresa Pesquisada

A BRF S.A. é uma das mais conhecidas, se não a mais conhecida, empresa no ramo de produção de carnes e seus derivados no Brasil. Inserida no mercado brasileiro desde o ano de 2009, ela é resultado da fusão das então maiores empresas no ramo de produção de frango no Brasil, Sadia e Perdigão.

[14] Um segundo entendimento do que são as demonstrações contábeis; passou a receber este nome após a Lei 6.404/76, conhecida também como Lei das Sociedades por Ação.

Seu faturamento no ano de 2016 foi de R$ 33.732.866 bilhões superando os anos anteriores de 2015 e 2014, com faturamento de R$ 32.196.601 e R$ 29.006.843 bilhões respectivamente.

A companhia conta com cinco centros de inovação, cinquenta e três unidades produtivas, quarenta e nove centros de distribuições, vinte e dois escritórios comerciais e mais de 104.605 mil colaboradores ao redor do mundo, com maior concentração de unidades e colaboradores no Brasil.

A fusão só foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 2011, após algumas medidas serem acordadas entre o órgão e as empresas envolvidas no processo, como por exemplo, a venda de algumas fábricas, abatedouros e marcas, e suspensão temporária de produtos, para evitar o monopólio de mercado. Segundo Olavo Zago Chinaglia, conselheiro do Cade na data da aprovação da fusão, esta operação foi a maior da história do Brasil, superando outras conhecidas como por exemplo, Ambev, fruto da união da Antarctica e Brahma.

A BRF está presente nos cinco continentes, e somando em todos os países onde está presente, possui mais de 30 marcas em seu catálogo.

Por ser uma empresa de capital aberto, isto é, suas ações estão disponíveis na bolsa de valores para negociação, suas demonstrações estão disponíveis no endereço eletrônico da B3.

4.2 Os Custos nas Demonstrações Contábeis

O custo é essencial para a apuração do resultado do exercício, sem ele, é impossível chegar ao lucro ou prejuízo do período. Esta informação é essencial também para o preenchimento de outras demonstrações contábeis exigidas de algumas entidades (de capital aberto e sociedades de grande porte), pelo CPC 26, e outros CPC's. Dentre elas podemos citar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC):

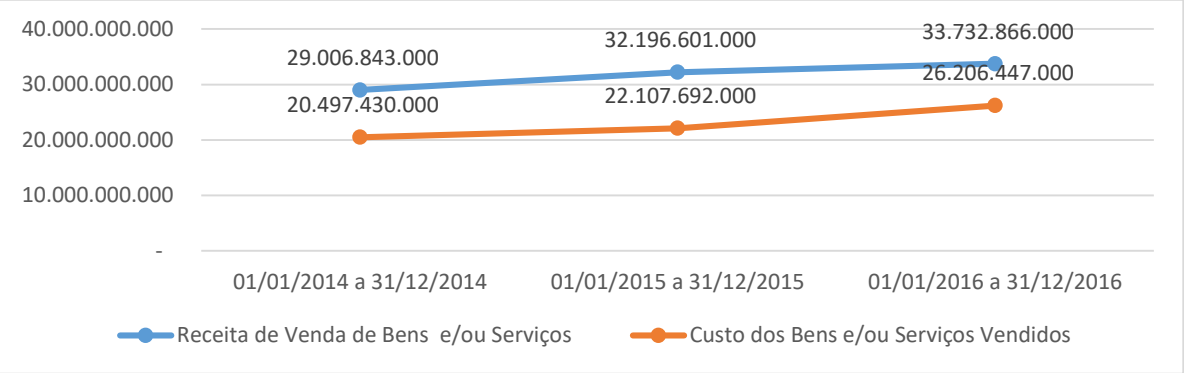
Dentre outras informações, o custo é uma das principais informações sobre a atividade da empresa, aos olhos do usuário das demonstrações.

4.3 Evidenciação dos Custos nas Empresas Pesquisadas

A empresa BRF S.A. obteve ao final do ano de 2016 um resultado consolidado negativo, ou seja, um prejuízo de -R$ 367.339 milhões, de acordo com o DRE apresentado pela empresa no site da B3.

Ao primeiro olhar na DRE consolidada da empresa, nota-se que o custo apurado no ano de 2016 é mais elevado do que os dois anos anteriores, e sua receita também. No entanto, enquanto nos anos de 2014 e 2015, 29% e 31% respectivamente, da receita bruta, compuseram o resultado bruto da entidade, o ano de 2016 obteve apenas 22%. Ou seja, houve uma variação negativa em relação aos anos anteriores, conforme gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Comparativo de receitas e custos (2014-2016) / BRF S.A.

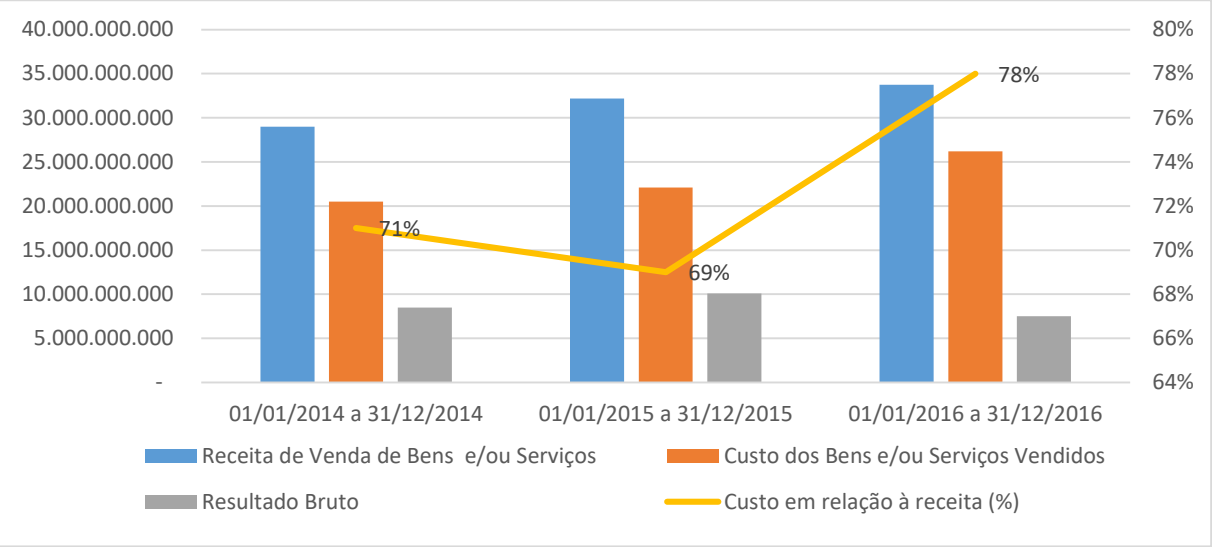


Fonte: B3 (2017).
Nota 1: Para a receita, considera-se o saldo apurado após as deduções e abatimentos.
Nota 2: Dados conforme demonstração do resultado do exercício consolidada, data base de 31/12/2016.

No ano de 2016 os custos da empresa, segundo a DRE, representaram 78% da receita total do período, já nos anos anteriores representaram 69% (2015) e 71% (2014). Percebe-se que o custo gerado pela companhia para poder disponibilizar seu produto para a venda foi 23% superior à média dos dois anos anteriores (R$ 21.302.561,00).

Conforme o gráfico demonstrativo abaixo, pode-se notar que nem sempre o aumento do custo é proporcional e/ou relativo ao aumento da receita, pois, se esta linha de pensamento fosse certa, o valor do custo deveria ser em torno de 70% da receita total, que equivaleria à R$23.613.006 bilhões, ou seja, R$ 2.593.441 bilhões a menos, de acordo com o gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Relação Receita x Custos (2014-2016) / BRF S.A.



Fonte: B3 (2017).
Nota 1: Dados conforme demonstração do resultado do exercício consolidada, data base de 31/12/2016.

Ainda observado que, no ano de 2015, mesmo que a receita – e os custos – do período tenham sido efetivamente maiores que o ano de 2014, a proporção de custos foi menor (-2%) do que no ano de 2014, e se, a empresa desejasse seguir esta linha, deveria apresentar um custo de aproximadamente R$ 22.601.020.000,00, que representariam 67% da receita do período.

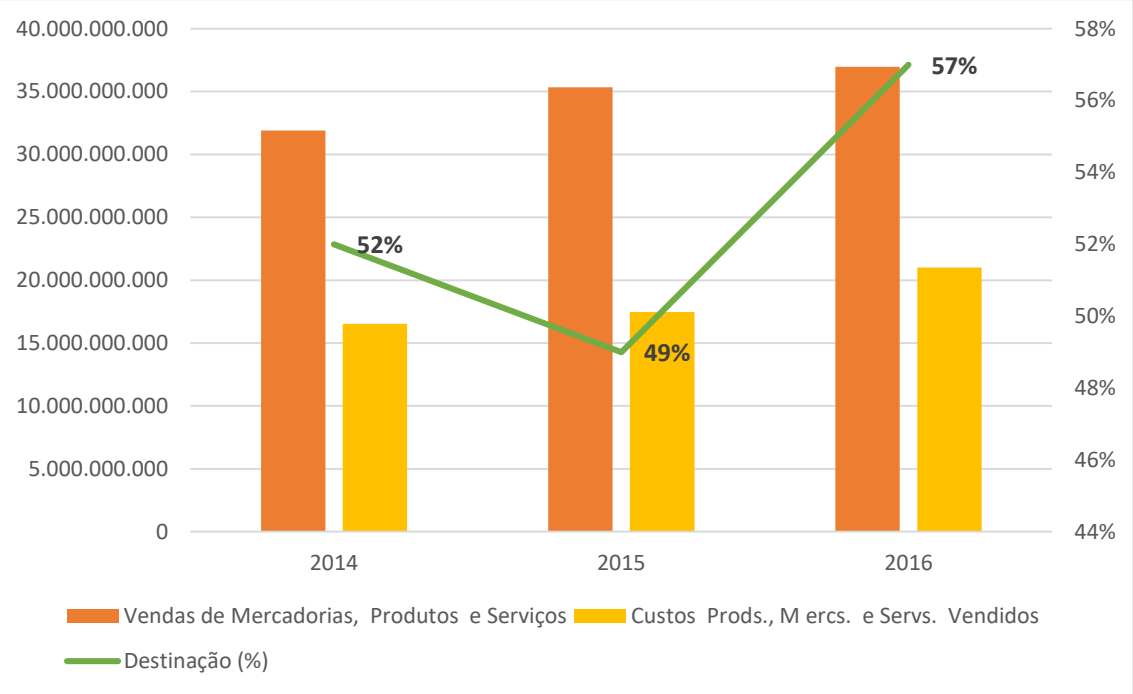
Segundo o relatório administrativo da empresa, o cenário econômico brasileiro foi uma variante de alto impacto nos custos - e consequentemente no prejuízo apurado para o período. Além deste, um dos principais fatores no aumento do custo em relação aos anos anteriores foi o aumento do preço do farelo de soja e do milho, que são matérias primas na produção de ração para os animais. Impactando assim, no custo da ração, e por fim, o custo da carne vendida (e seus derivados).

Mesmo havendo uma redução de preço do farelo de soja e do milho no quarto trimestre de 2016, o montante pago por estas matérias primas ainda foi maior que nos anos de 2015 e 2014, fazendo com que assim, o resultado final tenha sido inferior aos anos anteriores. Outro fator, apontado no relatório, que afetou diretamente o aumento da proporção do custo em relação à receita no ano, foi a redução no número de frangos alojados nós aviários brasileiros, enquanto no exterior o número se manteve, fazendo assim o comércio internacional muito mais competitivo nas exportações.

Em análise à DVA, percebe-se que os custos de produção, mercadorias vendidas e serviços prestados são, em disparada, o que mais consomem recursos da empresa.

Através do gráfico é possível notar que, das destinações da receita obtida pela empresa através da sua atividade principal, a maior parte está voltada para os custos da empresa, seja custo de venda de mercadoria, produção ou ainda de serviços prestados. O gráfico 3 apresenta a destinação das receitas.

GRÁFICO 3 – Destinação de Receita de Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços para os Custos (2014-2016) / BRF S.A.



Fonte: B3 (2017).
Nota 1: Dados conforme demonstração do valor adicionado consolidada, data base de 31/12/2016.

Segundo as notas explicativas da entidade, a DVA da companhia é elaborada de acordo com os "[...] termos da Deliberação CVM nº 557/08, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP[15]. Para IFRS representam informação financeira adicional" (NOTAS EXPLICATIVAS/BRF S.A., 2016, p. 19).

Sobre os estoques, tem-se a seguinte informação no subitem 3.10, da nota explicativa número 3:

[15] GAAP é a abreviatura de Generally Accepted Accounting Principles, que em tradução livre significa Princípios contábeis geralmente aceitos, são antecedidos por letras que

> Estoques: são avaliados ao custo médio de aquisição ou formação e inferiores aos valores de mercado. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas adquiridas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos Produtos em condições de venda. Provisões para obsolescência, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente em outros resultados operacionais (NOTAS EXPLICATIVAS/BRF S.A., 2016, p. 11).

Sendo assim, sabe-se que os o método de controle e avaliação de estoques adotado pela entidade é o custo médio, ou estoque de média ponderada como ainda é conhecido. E nota-se que tanto os custos diretos quanto os indiretos compõem o valor do produto final.

Existem ainda outras variantes que compõem o valor da mercadoria, como por exemplo o ajuste ao valor presente, exigido através do CPC 12[16].

Na nota explicativa número 10, que é voltada especificamente para os estoques, tem-se que no valor apontado na DRE como custo do período (R$ 26.206.447 bilhões) estão inclusos todos os valores referente adições e reversões para perda de estoque, e que, em 31/12/2016 não haviam estoques dados em garantias.

Já na DFC, não existe uma linha clara e específica que demonstre o quanto foi efetivamente desembolsado para pagamentos à gastos que compõem o custo, no período em questão. Caso esta informação seja necessária, é preciso verificar a composição dos grupos estoques, fornecedores e outros, e selecionar os dados relacionados às operações que envolvem o custo das atividades desenvolvidas pela companhia.

Por fim, a companhia ainda demonstra nas notas explicativas, por natureza, os resultados obtidos, conforme a figura 1.

---

indicam o país em questão. Exemplo: BR GAAP representam os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A Doutrina Contábil aceita o GAAP como um conjunto de normas que regem a contabilidade no Brasil, este conjunto é formando por normas emitidas por diferentes órgãos.

[16] CPC 12: PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12; Ajuste a Valor Presente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	**31.12.16**	31.12.15
Custos dos produtos vendidos				
Custos dos estoques	**15.915.793**	13.588.537	**18.994.038**	15.338.966
Depreciação	**1.197.681**	1.040.871	**1.290.520**	1.080.910
Amortização	**3.891**	3.472	**5.950**	4.520
Salários e benefícios a empregados	**3.363.075**	3.056.979	**3.716.325**	3.394.443
Outros	**1.909.241**	2.050.491	**2.199.614**	2.288.853
	22.389.681	19.740.350	**26.206.447**	22.107.692

Figura 1 - Resultado por natureza
Fonte: B3 (2017).
Nota 1: Dados conforme notas explicativas da empresa, data base de 31/12/2016.

Através deste demonstrativo inserido na nota explicativa de número 36, podemos perceber quais são, efetivamente os componentes do grupo de custos da BRF S.A. Se fazendo possível perceber a presença de custos diretos, como o custo dos estoques, e de custos indiretos, como os salários e benefícios a empregados.

Em leitura do parecer dos auditores independentes (Ernst & Young, Auditores Independentes S.S.), não se encontrou nenhuma ressalva nem comentário sobre os custos da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal apresentar como os custos são evidenciados nas demonstrações contábeis das empresas do ramo de produção de carnes e seus derivados, e como objetivos específicos buscar quais são os métodos utilizados para o rateio de custos; verificar como estão sendo reconhecidos os custos dentro da entidade; e por fim analisar e verificar se as demonstrações contábeis da empresa analisada satisfazem as necessidades do usuário quanto ao bom entendimento da formação dos custos dos produtos da entidade.

Para encontrar respostas às problemáticas acima citadas, foi realizada primeiramente uma pesquisa teórica para houvesse um embasamento e uma explicação do que são os custos dentro de uma entidade e quais são as demonstrações contábeis e a importância de sua apresentação para os usuários das informações contábeis. Tendo feito isso, foram analisadas e estudadas as demonstrações padronizadas consolidadas da empresa BRF S.A. – objeto de estudo para este artigo - disponíveis no site da B3.

Após análise detalhada dos demonstrativos e relatórios citados neste artigo, é possível concluir que os custos da empresa BRF S.A. estão sendo calculados de apropriados como foi estudado na parte teórica deste trabalho, de forma direta e indireta, e que os custos indiretos são rateados entre os produtos, não apenas reconhecidos em um geral, conforme demonstrado nas notas explicativas da empresa. No entanto, a empresa não citou em nenhuma das demonstrações e/ou relatórios qual os métodos de rateio e apropriação de custos à cada produto é utilizado pela empresa.

Devido à grande diversidade na área de atuação e ao grande número de empresas que pertencem ao grupo, seria quase impossível apresentar nas demonstrações a qual produto cada parte da conta sintética 'custos' está relacionada. Sendo assim, tanto no relatório administrativo, quanto nas notas explicativas a empresa procurou demonstrar seus resultados sobre várias perspectivas: por continentes, por segmentos específicos, etc.

Desta forma, conclui-se que a empresa apresenta de forma satisfatória informações sobre os custos apurados no período e ainda, buscou explicar o motivo do aumento proporcionalmente grande em relação aos períodos passados deste grupo, em específico. Satisfazendo assim, os usuários das informações contábeis desta empresa, seja este usuário uma instituição financeira, um acionista, o governo ou outros interessados nos resultados da companhia.

Para estudo futuro, tem-se a seguinte problemática: Como a operação carne fraca deflagrada pela Polícia Federal brasileira na segunda quinzena de março de 2017 afetou os resultados da companhia? Pode-se efetuar uma análise comparativa anual 2016/2017, ou ainda comparativa entre os trimestres que antecedem e que seguem a deflagração (1º e 2º do ano) - somente 2017 ou 2016/2017.

REFERÊNCIAS

B3 / BM&FBOVESPA. Demonstrações financeiras padronizadas consolidadas, Relatório da Administração, Parecer da Auditoria e Notas Explicativas da empresa

BOMFIM, E. de Amorim; PASSARELLI, J. Custos e Formação de Preços. 5 ed. São Paulo: IOB, 2008.

BRF S.A. Disponível em: < http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/index.htm > Acesso em 20/05/2017.

BRF, Onde Estamos. Disponível em: < https://www.brf-global.com/sobre-brf/onde-estamos > Acesso em 04/10/2017.

CREPALDI, S. Aparecido. Curso Básico de Contabilidade de Custos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011.

ISTOÉ. Os detalhes da fusão entre Sadia e Perdigão. Disponível em: < http://istoe.com.br/146549_OS+DETALHES+DA+FUSAO+ENTRE+SADIA+E+PERDIGAO/ > Acesso em 27/05/2017.

MARTINS, E. Contabilidade de Custos. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. Luís. Curso Básico Gerencial de Custos. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

RIBEIRO, O. Moura. Contabilidade de Custos. São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, A. Lopes de; SÁ, A. Mª. Lopes de. Dicionário de contabilidade. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SOUZA, M. Antônio de; DIEHL, C. Alberto. Gestão de Custos. São Paulo: Atlas, 2009.

ÉTICA EMPRESARIAL: Como as Empresas Devem Conduzir seus Negócios?

Marciano Beal[17]

Nelso Antonio Bordignon[18]

RESUMO
Muitas pessoas ainda acreditam que devem ter como objetivo o lucro a qualquer custo, principalmente se puder ser conseguido com o prejuízo da concorrência e até mesmo dos clientes. E, num ambiente em que aparentemente vale tudo, como no competitivo mundo empresarial, as considerações éticas são as primeiras a perder valor. No entanto, uma nova tendência vem crescendo a cada ano e hoje é quase uma realidade. Estamos falando das exigências do cidadão, que recaem na procura por produtos ou serviços de qualidade e que as empresas que forneçam os produtos sejam éticas. Mas afinal o que é uma empresa ética? A empresa é considerada ética se cumprir com todos compromissos éticos que tiver. Ou seja, agir de forma honesta com todos aqueles que têm algum tipo de relacionamento com ela. Estando envolvidos nesse grupo os clientes, os fornecedores, os sócios, os funcionários, o governo e a comunidade como um todo. Acredita-se e defende-se a ideia que a ética e os negócios podem caminhar juntos. Por isso qualquer profissional que queira se envolver seriamente com procedimentos administrativos e gerenciais não poderá esquecer esse importante campo do conhecimento.

Palavras-chave: Ética. Negócios. Responsabilidade Social. Liderança. Empresa.

1 INTRODUÇÃO

Acredita-se que administradores éticos são administradores eficazes e que um código sério de moralidade em qualquer negócio constitui o primeiro passo para o sucesso. Essas palavras destinam-se a todas aquelas pessoas que alguma vez sentiram a tentação de se desviar daquilo que sabe que é o certo a fazer. Destina-se também a gerentes que gostariam de saber o que fazer para criar um ambiente de trabalho sadio, onde ninguém tenha que trapacear para vencer.

Com o objetivo de sanar as dúvidas que o tema apresenta, neste competitivo mundo capitalista, é preciso mostrar a inusitada e surpreendente aproximação entre ética e os negócios. Também é necessário refletir sobre as

[17]Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: marciano.beal77@gmail.com
[18] Doutor em Educação. Professor orientador do artigo.

motivações que estão conduzindo as empresas a adotar um posicionamento mais ético em suas práticas de negócios, e identificar o importante papel que a liderança exerce na manutenção de uma postura ética por parte da empresa. Convida a reflexões sobre elementos relacionados às decisões e sugere recomendações.

Propõe o aprofundamento do estudo de ética relacionada com responsabilidade social nas empresas atuais que preferem substituir seus lucros pelo bem-estar da comunidade e garantir sua continuidade, onde no final todos saem ganhando.

Para um perfeito aproveitamento do entendimento do tema proposto será necessário observar a impressionante aproximação de agir corretamente ou não. A sociedade como um todo, prefere optar pela forma mais simples e vantajosa nas suas decisões, de forma egoísta, não levando em conta o futuro dos seus sucessores. A legislação por si só envolve aspectos abrangentes e não determina claramente como deve ser o comportamento das empresas, por isso que o tema é tão discutido. O problema aqui então é que os administradores e colaboradores das organizações, na ausência de moral e ética preferem agir de forma que satisfaça uma necessidade própria a curto prazo, pois a sociedade está cada vez mais exigente e de olho nestas empresas, dispostas a pagar mais caro, se necessário, pelos produtos e serviços que satisfaçam a sua expectativa física e interior. Será que as atitudes e decisões tomadas pelas empresas, têm efeito positivo sobre a sociedade quando se trata de planejamento futuro? Os líderes estão focados nos objetivos e resultados que a ética determina?

Então, propõe-se como problema, como deve ser o comportamento das empresas e empregados nas suas negociações em relação à ética com os clientes e fornecedores, respeitando os direitos da sociedade?

Tem como objetivo geral propor a análise dos motivos da preocupação das organizações com o comportamento ético dos colaboradores, administradores e diretores em relação à sociedade, aos fornecedores, aos clientes e aos acionistas para, o posterior reconhecimento, sucesso profissional e bem-estar social.

Para segmentar o objetivo principal da execução do trabalho pode-se estabelecer especificamente:

a) Refletir sobre as motivações que estão conduzindo as empesas a adotar um posicionamento mais ético em suas práticas de negócios;
b) Identificar o importante papel que a liderança exerce na manutenção de uma postura ética por parte da empresa;
c) Associar a ética com a responsabilidade social nas empresas que tem interesse na continuidade dos seus negócios e preocupação com a sociedade.

A escolha do tema ética deu-se pelo motivo que em nosso país subnutrido de educação, cada vez mais, em nossas relações, sentimos a falta de pessoas com valores e moral. Curiosamente a pessoa não nasce ética, nem com uma moral estabelecida, isto é, adquire com experiência de vida.

A globalização está influenciando fortemente a mudança de comportamento do mundo e por isso, as empresas precisam acompanhar os anseios dos consumidores, que cada vez mais exigentes ditam as tendências do mercado.

Ética e legislação têm algumas semelhanças. Ambas apresentam normas que devem ser seguidas por todos, propõe melhor convivência entre as pessoas e se orientam por valores próprios de cada sociedade.

A ética empresarial precisa ser mais aprofundada pelos administradores, pois por ser um tema cultural, necessita de algum tempo para ser inserido no comportamento e posterior mudança na cultura das pessoas. Não basta simplesmente, elaborar um código de ética, mas colocá-lo em prática.

Este trabalho será desenvolvido, iniciando-se pela metodologia, seguido do referencial teórico onde se falará de conceitos de ética, o comportamento ético nas empresas, na relação com os concorrentes, no desafio com os clientes, na elaboração dos produtos, nas práticas em vendas e negociações, o papel dos líderes nas organizações e por fim tratar-se-á da responsabilidade social e sua relação com a ética.

Espera-se contribuir para a conscientização dos envolvidos nas organizações em estabelecer uma conduta ética nas negociações.

2 METODOLOGIA

A esta pesquisa científica de investigação aplica-se o método de abordagem dedutivo, pois abrange um assunto generalizado e mostrará premissas que serão apresentadas como certas no decorrer do trabalho. É uma pesquisa qualitativa por ser imprevisível e seus aspectos não podem ser quantificados.

Quanto ao método de abordagem epistemológico possui caráter bibliográfico descritivo, dá suporte a todas as fases da pesquisa e auxilia na definição do problema, utilizando pesquisas em livros, documentos, normas e legislação pertinentes e web.

Após as pesquisas e leituras, construiu-se um problema com seus motivos e motivadores, para depois sim apresentar a solução que está sendo devidamente conduzida pelos envolvidos.

3 REVISÃO E DISCUSSÃO DA LITERATURA

3.1 Conceito de Moral e Ética

Falar de ética é falar de valores e moral, ou seja, de comportamentos. O homem é um ser social, sujeito às leis naturais e sociais, que por vezes são conflitantes. A convivência do homem em sociedade deve acontecer dentro de determinadas regras que regulem o relacionamento e sirvam de orientação quanto ao que é certo ou errado.

Esse relacionamento deve ocorrer de maneira que aconteça o bem para o maior número de pessoas possíveis. A este conceito se dá o nome de ética utilitarista, que teve como principais mentores Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1837). De acordo com Alencastro (2012, p. 43), o utilitarismo vê o bem como aquilo que é útil para a maioria. E o mesmo autor ainda cita as palavras de Mill na sua obra “El Utilitarismo” (1960, p.29-30):

> O credo que aceita a Utilidade ou Princípio da Maior Felicidade, como fundamento da moral, sustenta que as ações são boas na proporção com que tendem a produzir a felicidade; e más, na medida em que tendem a produzir o contrário da felicidade. Entende-se por felicidade o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, a dor e a ausência de prazer.

Em mais um conceito de ética nos negócios que expressa realmente seu o significado, está em Baumhart (1971) (apud LISBOA, 2010, p. 25) “é ético tudo o que está em conformidade com os princípios de conduta humana; de acordo com o uso comum, os seguintes termos são mais ou menos sinônimos de ético: moral, bom, certo, justo, honesto”.

> A palavra ética originou-se do grego "ethos", que significa modo de ser, costume ou hábito. [...]. A ética é a ciência da conduta humana, a teoria do comportamento moral das pessoas na sociedade. Ela busca a compreensão racional das ações ou atitudes dos homens (PORTAL EDUCAÇÃO, 2015, online).

Não tem como falar de ética sem conhecer o conceito de moral. Alencastro (2012, p.45) diz que “moral é o conjunto de hábitos e costumes efetivamente vivenciados por um grupo humano, e a ética é o estudo de uma forma específica de comportamento humano”. Os vários conceitos de ética estão relacionados com a moral ou conjunto de normas morais, sendo tudo o que for imoral será antiético. Conforme NASH (1993) (apud LISBOA, 2010, p.25) ética nos negócios seria:

> O estudo pela qual, normas morais pessoais se aplicam ás atividades e aos objetivos da empresa comercial. Não se trata de um padrão moral separado, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria seus problemas próprios e exclusivos à pessoa moral que atua como um gerente desse sistema.

As pessoas têm uma visão própria da vida e elas atribuem valores diferentes para fatos e coisas. Cada um tem sua própria reação, seu próprio comportamento diante de um mesmo fato. É como se tivéssemos duas piscinas com água na mesma altura e colocássemos uma pessoa em cada uma delas que não soubessem nadar e enquanto uma se debate na água a outra boia sobre a água, as situações são idênticas, mas a forma de reagir a ela é diferente. No entendimento de Lisboa (2010, p. 19), “uma visão clara da diferença entre os valores das pessoas e, em consequência, dos comportamentos pode ser vista naquilo que diz respeito ao atendimento de suas necessidades no dia a dia”.

O comportamento humano é relacionado com a influência das crenças e valores de cada pessoa. Portanto, os conflitos são inevitáveis nos diversos relacionamentos entre as pessoas que buscam objetivos diferentes. Como exemplo podemos identificar o caso de uma pessoa que entra em uma loja para

comprar, e certamente na loja encontrará outra pessoa que terá o objetivo de vender. Sendo necessário um relacionamento comercial para que os objetivos de ambos, seja concretizado (LISBOA, 2010). Este é apenas um dos vários relacionamentos que são estabelecidos pelo ser humano no cotidiano da sociedade. E esta convivência em sociedade transcende fronteiras entre as pessoas, pois elas têm objetivos diferentes, e este fato representa a própria sobrevivência humana.

Na Idade Média, a Igreja Católica era referência quando se tratava de assuntos éticos. Coordenava a economia como se fosse uma instituição financeira nos dias de hoje. Quando as pessoas tinham dinheiro sobrando levavam até a Igreja, pois acreditavam ser um local sagrado, e por isso seguro. Também na época, havia pessoas que precisavam de recursos recorrendo até lá para assim pegarem emprestado, nascendo assim uma relação financeira entre as pessoas. Mas esse negócio não visava cobrança de juros como nos dias de hoje, era imoral, considerado até pecado grave, pois significava receber sem investir trabalho (TECHIO, 2016).

Um homem moralmente bom é aquele que pratica ações corretas. Mas essas ações nem sempre por serem corretas podem ter comportamento moral adequado, ou vice-versa. A história de Robin Hood contada por Marinoff (2005, p. 44) pode exemplificar esta situação, “enquanto no ponto de vista de alguns, ele estaria roubando, sendo errado, para outros ele estaria praticando uma boa ação tirando de quem teria muito para oferecer aos mais carentes”. Esse comportamento pode ser considerado ético, mas ilegal perante o direito. Por isso que o estudo da ética provoca muitas discussões sobre o certo e errado, destacando sua importância na solução dos problemas morais na sociedade e consequentemente trazendo benefícios para os mesmos.

Blanchard (2007, p. 22 – 29) deixa as seguintes perguntas do teste de ética:

> É legal? Estarei violando a lei civil ou política da empresa? É imparcial? É justa com todos os interessados? Promove relacionamentos em que a maioria saia ganhando? Vou me sentir bem comigo mesmo? Posso me orgulhar da minha decisão? Como eu me sentiria se minha família soubesse?

Se ao responder alguma destas perguntas, os colaboradores e diretores das organizações houver dúvidas, é sinal que ainda será necessário algum aprofundamento no tema ou acréscimo de informações, pois esse teste revela na íntegra o caráter, a idoneidade e a cultura dos envolvidos.

Portanto, moral e ética estão muito próximas e se relacionam. Ambas traduzem o comportamento humano na sua plenitude e convertem o seu significado nas atitudes das pessoas, levando sempre em conta o bem-estar coletivo.

3.2 A Ética nas Empresas

A atividade de ganhar dinheiro sempre teve uma aliança desconfortável com o senso particular de moralidade das pessoas. Muitos executivos hoje, expressam um cinismo em relação à ética na prática gerencial das empresas. Por diversas razões, que vão desde a eterna ganância e os modos administrativos ultrapassados, embora alguns gestores defendam a necessidade de altos padrões éticos, tem sido difícil descrever a ética empresarial.

Foi no final dos anos 1960, conforme Alencastro (2012, p.59) que, “por conta de uma série de escândalos acontecidos no mundo empresarial norte-americano, a ética empresarial começou a ser debatida com mais intensidade”. A década de 1980 viu surgir uma série de seminários sobre ética nos negócios, criados em várias organizações e a disciplina de ética foi inserida no currículo de várias universidades.

A contribuição de Moreira (1999, p. 28) para a ética nos negócios, ou ética empresarial, é: “comportamento da empresa entendida com lucrativa quando age de conformidade com os princípios morais e as regras do bem proceder aceitas pela coletividade”. As empresas atuam em cenários cada vez mais complexos, praticando ações inovadoras, mesmo quando repetem atividades antigas. A ética tem a missão de padronizar e formalizar o entendimento da organização em seus diversos setores, assim como, evitar julgamentos contra seus princípios. A empresa precisa de liberdade de ação, pois do contrário fica privada de toda iniciativa, e com isso, de todo o progresso econômico. A empresa também, deve cooperar e manter-se solidária com as pessoas, isto é, além do próprio interesse, ela deve buscar também o bem comum. O mundo dos

negócios reconhece que sua responsabilidade não envolve somente eventuais resultados financeiros da empresa. Muitas organizações individuais, apontam para a ligação entre as atividades empresariais e a sociedade, bem como para a necessidade de considerar as responsabilidades econômicas, sociais e ecológicas.

Cada vez mais as decisões empresariais ficam submetidas ao crivo de uma cidadania disposta a retaliar as empresas que abusam da confiança e da credulidade de suas contratantes. Para que estas situações fiquem mais transparentes nas empresas, é necessário a elaboração dos chamados “códigos de ética”, pois como as leis de uma nação, precisam ser observados e obedecidos. Conforme Lisboa (2010, p. 46), pode-se afirmar que “a prática de qualquer ato que desrespeite uma regra estabelecida e aceita pela sociedade, independentemente de sua natureza, representa falta de ética. Essas regras éticas podem ser formais e informais”. As formais são as escritas publicadas e de conhecimento das pessoas envolvidas como exemplo o conjunto de leis de um país ou um regulamento de um condomínio, e as informais são as de origem cultural que não são escritas mas observadas pela maioria das pessoas como ceder um assento à pessoa idosa, não estacionar em local reservado à deficientes, não jogar lixo em via pública. Em qualquer que seja a sociedade sempre existirá alguém disposto a assumir o risco de sofrer penalidades por descumprir as regras impostas, isso porque no seu desenvolvimento, o ser humano vive impulsionado pela busca incessante em atingir seu objetivo de suprir suas necessidades, esquecendo e descumprindo das regras morais.

O código de ética é uma relação de práticas de comportamento que se espera ser seguida e respeitada no exercício da profissão e até mesmo nas empresas que visam o bem-estar de todas as pessoas envolvidas inclusive a sociedade. É a ética dos empresários, dos homens e mulheres de negócios que imprimirá uma cultura ética à empresa. O dia a dia das empresas refletirá essa cultura que vem de seus fundadores e das pessoas que eles nomearam para geri-las. Conforme Lisboa (2010 p. 58) “um dos objetivos de um código de ética profissional é a formação da consciência profissional sobre padrões de conduta”. Estes, propõem um conjunto de valores e regras a serem seguidas norteando a conduta pessoal e coletiva. Alguns princípios éticos, que não são respeitados pelas organizações, são transformados em leis com severas punições aos

contraventores. A empresa moderna atua em cenários cada vez mais complexos, praticando operações inovadoras, mesmo quando repetem atividades antigas. A ética tem a missão de padronizar e formalizar o entendimento da organização empresarial em seus diversos relacionamentos e operações. A ética não acredita que os fins justifiquem os meios em qualquer situação, a justiça é o tratamento razoável e adequado, e a devida recompensa, de acordo com padrões éticos ou legais.

Para avaliar as obrigações das empresas, o filósofo Thomas Donaldson (apud MATTAR, 2004, p. 317) utiliza a analogia de um "contrato" moral de negócios entre a empresa e a sociedade que traria vantagens e benefícios, assim como obrigações, para todos os envolvidos, e baseando-se na cláusula máxima de justiça. Esse "contrato" serviria para avaliar o desempenho das empresas da perspectiva moral. Quando falamos em relacionamento da empresa com a sociedade é interessante conhecer o conceito de *Stakeholders*.

Os *Stakeholders* são todos os afetados e que têm direitos e expectativas legítimos em relação às atividades da empresa, o que inclui os empregados, os consumidores, os fornecedores, os acionistas, o governo, assim como a comunidade. Por conta disso, se uma companhia não considera os interesses dos *Stakeholders*, pode sair prejudicada pois é provável que esses, insatisfeitos, exerçam pressão sobre a organização para que ela respeite seus interesses. De acordo com Mattar (2004, p. 317) a empresa seria então "uma rede de relações com os *Stakeholders*, que exerceriam uma espécie de vigilância sobre seu comportamento". O ato de emprestar seu trabalho a uma organização que age com ética constitui-se para o funcionário uma compensação de valor incalculável. Os procedimentos éticos fortalecem os laços de parceria empresarial com os clientes e com os fornecedores, isso ocorre em função do respeito e da confiança que os agentes éticos estabelecem com seus parceiros.

Cabe concluir esse tópico citando uma interessante teoria do Direito, a da desconsideração da responsabilidade jurídica. Em algumas situações as empresas podem ser utilizadas como instrumento de realização de fraude ou abuso de direito. Um juiz pode, nesse caso, ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, imputando os atos ilícitos e fraudulentos às pessoas físicas responsáveis por eles. A teoria da desconsideração da responsabilidade jurídica, portanto, indica com base na perspectiva estritamente legal, que não só as

empresas, mas também os administradores, podem ser responsabilizados pelos seus atos. A responsabilidade, portanto, não pode ser limitada à fachada jurídica da organização, as cobranças podem ser feitas não apenas contra os recursos da empresa, mas também de seus sócios. Poderíamos nesse sentido dizer que "o contrato social legal da empresa, que a define como responsabilidade jurídica, é desconsiderado em nome de um contrato social mais amplo", similar ao contrato de que Donaldson (apud MATAR, 2004, p. 317) fala. Da mesma forma como a relação entre o administrador e os acionistas pode ser desconsiderada em nome de um contrato social mais amplo, entre a empresa e os *Stakeholders.*

3.2.1 A ética no trato com a concorrência

A competição faz parte dos negócios. Como lidar com a concorrência não abrindo mão do fator competição sem incorrer em falhas éticas? É um problema complicado para quem está no mundo dos negócios. Alencastro (2012, p. 88) relata que:

> A competição no mundo dos negócios deve ser feita seguindo parâmetros éticos. A competição predatória literalmente cria um ambiente no qual prevalece a deslealdade, o que certamente provocará um grande desiquilíbrio nas relações comerciais. Por outro lado, empresas que competem de forma "limpa", ou seja, na qualidade de seus produtos e serviços e no valor agregado que oferecem aos seus clientes, constroem um ambiente saudável, no qual todos saem ganhando.

As leis, tal como disposto na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, art. 170, inciso IV), defende a "livre concorrência". O que seria então uma prática antiética num ambiente que defende a livre concorrência? A concorrência desleal, formação de cartéis, falsa demanda, espionagem industrial e concorrência parasitária são exemplos de práticas antiéticas.

A expressão concorrência desleal tem dois sentidos de certa forma distintos: macroeconômico, em que representa os atos decorrentes do abuso de poder econômico, e microeconômico, em que representa os atos praticados pela indústria ou comércio que prejudicam os concorrentes. Assim, enquanto as leis antitruste procuram garantir a liberdade de competição mediante o controle do

abuso do poder econômico, as leis de concorrência desleal procuram garantir a justiça na competição.

3.2.2 Relações com os clientes

O modelo econômico atual está em constante transformação por conta de uma figura chamada: cliente. A concorrência no mercado é extremamente acirrada e a ética cumpre um papel fundamental nesse contexto, que é contribuir para que as atitudes das pessoas e empresas sejam vantajosas para toda a sociedade, pois a maioria dos clientes insatisfeitos não reclama, e a maioria dos clientes que não reclama não voltam mais a comprar o produto ou serviço e além disso as empresas não ficam sabendo que perderam o cliente. Ainda, segundo Lisboa (2010 p. 116),

> A Wharton School da Universidade da Pensilvânia identificou algumas motivações diretas para empresas e gestores sobre a manutenção de padrões éticos:
> -Altos padrões éticos criam um ambiente de trabalho psicologicamente saudável;
> -Empresas com tais padrões têm menos problemas de furtos, sabotagens, discriminação, produtos defeituosos e depredação nas instalações;
> -Empresas éticas desenvolvem relações de confiança mais estáveis e lucrativas com seus clientes;
> -Minimizam-se riscos com escândalos que destroem companhias e carreiras;
> -Confiança é fundamental nas transações comerciais eficientes e certamente o comportamento ético é necessário para manter a confiança.

A integridade e a honestidade devem estar presentes na relação com os clientes e no calor da venda, no esforço para ganhar o cliente não podem ser esquecidos esses valores. Não é por que o cliente é a razão de ser das empresas que precisam fazer de tudo para tê-los consigo. Devem-se utilizar somente os meios que sejam aceitáveis sob o ponto de vista moral. Alencastro (2012, p. 88) afirma que “o cliente, quando descobre que foi enganado, vira as costas para a organização e, para piorar, ainda faz propaganda negativa contra ela”.

Os instrumentos normativos, como o Código de Defesa do Consumidor, são importantes porque protegem os clientes e consumidores de práticas abusivas, infelizmente ainda praticadas por organizações que não percebem o quanto isso é prejudicial para a criação de um ambiente de negócios saudável.

O importante é a ação proativa por parte das empresas na busca de práticas comerciais pautadas pelo respeito às pessoas que procuram por seus produtos e serviços.

3.2.3 Ética em relação a produtos

Imagina-se, por exemplo, nos produtos que viciam ou fazem mal. São eticamente questionáveis as decisões de promover e vender produtos para o consumidor, como cigarros, chicletes, balas, álcool etc. Deve-se, nesse caso, respeitar a liberdade de mercado e de escolha individual do consumidor ou o governo deveria restringir o que pode ser comprado e vendido.

Questões relativas à propaganda enganosa são também em geral abordadas na administração ética. Se de um lado podemos encarar a propaganda como criadora de necessidades, de outro lado temos que reconhecer que a propaganda é também um veículo de informação para a sociedade. Um exemplo antiético que ocorre muito nos dias de hoje, é a cobrança do ágio (valor cobrado, pelos vendedores de veículo, acima do preço de tabela por disporem do produto á pronta entrega ou com maior demanda), impondo danos ao comprador.

3.2.4 Obrigações para com os empregados

Quando o assunto se remete à ética, não se pode deixar de lembrar o tema/valor valorização das pessoas, que são o objeto da ética. As pessoas são o motivo para esse estudo sobre ética, pois se ética é uma escolha, ela deve ser realizada por alguém. O ser humano seria colocado em primeiro plano nas organizações. Nos séculos XVIII até início do século XX os donos das empresas escolhiam para ocupar os postos de trabalho pessoas honestas, de boa índole, dispostas a trabalhar, preocupadas com o próximo. Qualidades morais que eram requisitos cobiçados no mercado de trabalho.

Conforme Barros Filho (2013, p. 87) “o famoso empresário industrial Henry Ford (1863 – 1947) investigava secretamente a vida familiar e o comportamento fora da empresa para promover, dar aumento ou mesmo demitir os funcionários de sua fábrica”. Nesse contexto o dono da empresa era visto até como um pai pelos trabalhadores, e estes seriam denominados capital humano

da empresa que era denominado como o conjunto de capacidade, conhecimento, competência e atributos de personalidade que favorecem a realização do trabalho para produzir valor econômico. São os atributos adquiridos por um trabalhador por meio da educação, perícia e experiência. Uma economia exige capital tangível e capital humano para produzir bens e serviços.

Essa ideia de capital humano substitui o conceito marxista de “força de trabalho” que significa que não é o trabalho que é comprado pelo capitalista, mas a capacidade de trabalho do operário. Esta força de trabalho é paga pelo seu valor. Motivo pelo qual posteriormente era criado a repartição de Recursos Humanos (RH). Alguns economistas, na visão contábil, usavam a expressão “ativo intangível” para explicar a importância dos funcionários. Hoje, com o intuito de identificá-lo como parceiro é usada a denominação “colaborador”. Pensar na pessoa em primeiro lugar e colocar as metas da empresa em segundo plano pode funcionar. Algumas empresas implementaram a participação de lucros, bônus e outras iniciativas, além do salário fixo, para relevar ainda mais a importância do colaborador, dando a ele o gostinho do jogo.

Não é difícil se deparar com um conflito de interesses ao falarmos de ética. Este surge quando as pessoas precisam decidir sobre duas ou mais situações distintas. Uma seria moralmente mais aceitável enquanto outra condenável. Esta decisão deverá levar em conta os valores individuais e cada um. Em determinada empresa o responsável dos Recursos Humanos, no processo seletivo, precisa decidir entre dois candidatos à vaga de vendedor. O primeiro, com perfil mais adequado para a função, com experiência e currículo excelente, já o outro menos preparado e com perfil para trabalhar no administrativo, mas com indicação do diretor da empresa que é amigo do seu pai. Nesta situação há um conflito de interesses, que o responsável terá de decidir entre os dois candidatos. Ou beneficia a empresa com a contratação do mais preparado, ou faz a vontade do seu diretor.

3.3 A Ética em Vendas e Negociação

Uma das áreas mais vulneráveis às práticas antiéticas numa empresa é seu setor comercial. A comissão no final do mês, a tentação de fechar a venda “custe o que custar”, a adrenalina de fechar os negócios e a própria pressão por

parte da organização, para que o vendedor atinja as metas definidas, fazem com que essa área seja uma das mais complicadas. No mundo dos negócios, o que não falta são conflitos éticos. As atividades de uma empresa, para atingir seus objetivos nos negócios, podem colidir com o esforço de seus colaboradores para que alcancem seus próprios objetivos pessoais. Alencastro (2012, p. 97) pergunta:

> Qual seria a postura ética de um profissional envolvido com vendas e negociação? Confiança acima de tudo! Todo mundo conhece o valor da confiança mútua e o quanto a desconfiança gera gastos desnecessários de energia. Isso vale para todas as práticas humanas. Toda negociação conduzida sob suspeita e desconfiança é mais lenta e pouco lucrativa. É comum que nesses casos, para que as partes não sejam enganadas, gasta-se muito mais tempo na preparação de contratos longos com uma infinidade de cláusulas para prevenir os logros. Sendo assim, por mais que isso contrarie o senso comum, a confiança do negociador é um diferencial competitivo.

A confiança é mais um valor que merece consideração quando o assunto é negócios. A conduta alheia deve nos preocupar ou podemos dormir tranquilos? Se a pessoa deposita uma quantia em dinheiro num banco recebe pelo depósito um comprovante/extrato. Esse documento por si só tem o mesmo valor que dinheiro depositado, mas e se todas as pessoas resolvessem sacar, ao mesmo tempo, esse dinheiro que depositaram, o banco não teria para devolver. Nasce aí uma relação de confiança entre o depositante e a instituição financeira. A confiança trata-se de condição de existência dessas instituições.

Assim também é nas empresas onde os líderes não tem como estarem ao lado dos seus subordinados o tempo todo, por isso não há liderança sem confiança. E também não tem como dizermos “a partir de agora eu confio”. Confiança não é uma escolha e sim uma conquista. Toda confiança resulta de um passado de experiências. E se esse passado foi vivido com ética, com certeza o caminho para a confiança se torna mais curto. As empresas bem-sucedidas estabelecem essa relação de confiança com seus clientes por intermédio dos produtos que elas disponibilizam no mercado. Se o produto corresponde com a promessa da sua divulgação, se o consumidor se satisfaz ao usá-lo/consumi-lo, certamente essa relação de consumo se repetirá criando assim uma confiança entre fabricante e consumidor. Mas se determinado produto ou serviço não corresponde com o seu marketing, além de gerar

desconfiança, a empresa também agiu sem ética, prejudicando o cliente, e sua permanência no mercado.

Mas será que a ética dá lucro para a organização? Um exemplo que serve para nossa reflexão é apresentado por Robert Srour (2002) e trata do renomado Hospital de Clínicas de São Paulo. É o reconhecido caso da “fila dupla”, prática adotada pelo hospital: os pacientes de convênios particulares enfrentam filas bem menores dos do Sistema Único de Saúde (SUS) para ter acesso aos serviços hospitalares. Na ocasião, o diretor do hospital justificou esse procedimento defendendo a tese de que os pacientes do SUS já teriam que enfrentar um longo tempo de espera, mas que a facilidade concedida aos conveniados pagos serviria para atraí-los para o hospital, o que significaria aumento de receita (os particulares são 4,8% do total de pacientes, mas respondem por 30% do faturamento), condição indispensável para a continuidade das operações do hospital. Numa perspectiva deontológica, o sistema de ”fila dupla” deveria ser condenado, pois fere as normas da Constituição, que estabelece a universalidade, integralidade e igualdade no atendimento dos hospitais pertencentes ao SUS. Porém, numa visão teleológica, sem a “fila dupla” o hospital ficaria sem condições de funcionamento e a maioria seria prejudicada. Sendo assim justifica-se moralmente a atitude do hospital como um bem. A justiça paulista ratificou a solução adotada pelo hospital ao afirmar que o atendimento diferenciado é condição indispensável ao funcionamento e subsistência do hospital.

3.4 O Papel da Liderança

Os líderes empresariais que hoje comandam as grandes empresas tomam suas decisões visando interesses pessoais buscando poder e recursos financeiros para si próprios, e quando o interesse é coletivo a prioridade é a curto prazo. Mas a boa notícia é que há um conjunto de empresários emergentes que entendem que fazer negócios pensando nas gerações futuras é uma maneira positiva de construir um legado duradouro e positivo para a sociedade. Esta é a base de muitas empresas bem-sucedidas. Economistas, administradores, contadores e investidores têm como cenário o mundo dos negócios, trabalhando com o objetivo máximo do capitalismo que é obter dinheiro com o menor custo

possível, porém apesar de atuarem no mesmo campo, o mercado, e compartilharem o mesmo valor, o lucro, estes, possuem visões diferentes da ética, para todos eles ela é mais importante estar presente no lado oposto. O mercado é um jogo como qualquer outro. As empresas se mobilizam para seduzir os clientes e garantir suas vendas, como se conquistasse um troféu, e para isso acontecer nem sempre são trilhados os caminhos éticos, ficando aquele sentimento de dever cumprido, mas e "será que eu agi corretamente? "

Liderança e ética são temas estreitamente conectados. "O líder determina o tom moral da organização, representando e reformulando seus valores", relata (MATTAR, 2004, p.237). Stukart (2003) (apud ALENCASTRO, 2012, p. 108) estabelece:

> Quanto mais alto o executivo está na hierarquia da empresa, mais ético deve ser seu comportamento. O presidente de uma organização é o espelho dos valores que ela representa. Ele é o exemplo para todos na organização e sua conduta deverá estar acima de qualquer suspeita para que sua reputação e, consequentemente, da sua empresa não sofram desgastes.

O líder, ao conhecer as necessidades das pessoas que trabalham com ele, exerce um papel fundamental como elemento capaz de estimular a motivação de seus subordinados, criando assim um ambiente saudável para sua equipe.

McGregor (apud ALENCASTRO, 2012, p. 111), desenvolveu os conceitos denominados de "teoria X e Y", que concebem o homem de forma totalmente diversa, pois estão baseadas em visões de mundos diferentes e que permitem a determinação dos diversos estilos de liderança existentes.

A teoria X pode desencadear certos tipos de práticas gerenciais, como o paternalismo, o controle e a punição tornando a remuneração e a segurança, na famosa pirâmide de Maslow, as únicas formas de incentivo ao trabalho. Os indivíduos da teoria X se preocupam em satisfazer exclusivamente as necessidades fisiológicas.

Já na teoria Y, a forma de influência pregada é o da integração entre as necessidades e as aspirações do indivíduo e sucesso da empresa. O indivíduo que estiver comprometido com os objetivos da empresa não precisa ser controlado, pois a autodisciplina depende do grau de comprometimento do indivíduo com os objetivos da empresa.

Cortella (apud ALENCASTRO, 2012, p. 113-114) aponta algumas competências que um líder deve ter no sentido de uma liderança produtiva e ética.

> - O líder precisa ter a mente aberta e estar atento naquilo que muda e estar sempre disposto a aprender.
> - Ele também deve ser capaz de fazer sua equipe crescer.
> - Tem de criar um ambiente de trabalho alegre, pois as pessoas passam muito tempo no trabalho e precisam se sentir bem onde estão.
> - Todo líder deve ser capaz de reunir sua equipe e discutir de forma digna e ética os passos a serem dados na conclusão das tarefas.

Mantendo o mesmo ponto de vista chega-se à conclusão que os indivíduos Y são os que realmente levam a questão ética a sério, se preocupam com o crescimento das empresas e consequentemente o seu próprio sucesso, não se acomodam e pensam no futuro social, enquanto que os indivíduos X não tem anseios de auto realização e progresso profissional, dificultando até o trabalho de seus líderes.

3.5 Responsabilidade Social

Responsabilidade social é um tema muito importante e indispensável quando o assunto é ética. A referência usada como exemplo para iniciar esse tópico é a empresa Tramontina. Com sua matriz na cidade de Carlos Barbosa – RS, mas com várias filiais em diversos países. Os mais de 7 mil funcionários que atuam nas fábricas e demais unidades operacionais e comerciais são uma das forças que movem essa marca. Valorizá-los e qualificá-los é indispensável para o ideal de consolidar a própria Tramontina. As comunidades onde a empresa se insere fazem parte desse ideal. Dos processos fabris às estratégias de atuação, cada passo da Tramontina é dado em consonância com os mais rigorosos padrões de gestão ambiental e responsabilidade social. Um cuidado que se expressa na preservação do patrimônio cultural e na capacidade de proporcionar bem-estar social. Cidades se formaram em torno de suas unidades e hoje acumula um imenso patrimônio. A Tramontina acredita que empresas são feitas de pessoas, e todas as consequências das ações que foram pensadas no

passado são consequência desse sucesso. A ética empresarial é aquilo que guia essas ações. As ações são construídas para deixar um legado para a sociedade e o lucro é um reconhecimento de que a empresa está atendendo os anseios da sociedade. E esse resultado (lucro) deve vir acompanhado de valor inerente a todos os envolvidos como: funcionários, clientes, fornecedores, sociedade em geral e até o meio ambiente. A visão da empresa com certeza não é lucro a qualquer custo sem se preocupar com a maneira de como os negócios são gerados. Compreende que se o público que a rodeia estiver progredindo a empresa consequentemente também irá (TRAMONTINA, 2016).

A ética empresarial converte a pesquisa a mais alguns assuntos relacionados que são usados por organizações que almejam valorização na sociedade, como: responsabilidade social, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, que significa: “o reconhecimento de ser parte do todo”. Mas cuidado, a responsabilidade social tem se tornado uma expressão tão corriqueira no discurso institucional dos setores público e privado, que já não é dada a atenção devida. Aproveitando que é o assunto da moda, marqueteiros de plantão se aproveitam da situação para intitular suas organizações de “Empresa Cidadã”, ‘”Empresa Solidaria”, “Selo Social” entre outros. Mas o que é essa responsabilidade social?

Conforme Barros Filho (2013, p. 207), quando o assunto é responsabilidade social nas empresas logo vem à tona inúmeras ações “humanitárias” que tentam justificar as boas intenções de seus acionistas, proprietários e dirigentes. Surge, entretanto, imediatamente uma questão: até onde se estende a responsabilidade social das empresas? Uma visão mais estreita defende que a empresa praticamente não tem responsabilidade social. O critério de avaliação está aqui focado exclusivamente na maximização dos lucros, objetivo principal das organizações capitalistas. Assim, deve-se pensar exclusivamente em responsabilidade fiduciária da empresa para com seus acionistas.

Mas o que o mercado chama de “responsabilidade”, a teologia cristã chama de “caridade”. A ética e o direito definem responsabilidade como “a obrigação de responder pelas ações próprias e dos outros”. Responsabilidade social de uma empresa diz respeito aos impactos de suas ações, ao seu objeto de comercialização, e não às suas campanhas de ações solidárias. Mattar (2004,

p.316) destaca que, “as empresas teriam responsabilidade social para com as comunidades e nações em que estão inseridas, com o meio ambiente, com os clientes, com os distribuidores, fornecedores, colaboradores e até mesmo com seu concorrente”.

Independente do porte da empresa, nota-se que a responsabilidade social é cada vez mais considerada uma das principais estratégias para o crescimento do negócio, bem como para manter vantagem competitiva dos produtos e serviços. Os consumidores de hoje são altamente exigentes. Não buscam somente produtos de qualidade, mas também procura se identificar com a empresa. Com isso, ele faz avaliações buscando identificar o grau de comprometimento da empresa com a sociedade, com a preservação da saúde das pessoas, como por exemplo, produtos com prazos de validade adequado, avaliam onde a empresa coloca seus resíduos entre outros fatores. O que antigamente era um custo elevado para organização, hoje investir na responsabilidade social é fator de vantagem competitiva.

Neste sentido, investir no bem-estar do funcionário e da comunidade, não deve ser visto meramente como um custo adicional, mas sim como uma ação voluntária da empresa em participar no desenvolvimento social de uma comunidade, numa visão mais abrangente, contribuir para sanar alguns problemas sociais e ambientais, muitos deles ocasionado pela própria empresa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado neste artigo, a ética já é assunto de estudo e debates há muitos anos e continuará sendo, por ser uma ciência de comportamentos e culturas. Sempre onde a discussão se instala sobre o assunto haverá pontos de vista diferentes e opiniões desencontradas, mas só existirá um caminho correto a seguir, aquele onde o bem prevalecerá para o maior número de pessoas.

As organizações estão focadas em suas atitudes e, nas dos seus colaboradores, pois sentem que os consumidores estão mais exigentes e a concorrência está disposta a acompanhar essas mudanças. É unanimidade entre os administradores que a ética é um assunto delicado e precisa atenção, pois os consumidores e a sociedade estão preocupados com o futuro de seus

descendentes e cobram, de forma informal, tal atitude moral das empresas, criando assim, procedimentos de conduta que sejam favoráveis a todos.

Um dos grandes motivos que remete à preocupação das empresas com o comportamento ético dos colaboradores é a abertura de mercado, que possibilita negócios com empresas do exterior que são mais exigentes quando o assunto é ética e responsabilidade social.

Enquanto indivíduos e empresas agirem de forma egoísta, onde buscam o bem-estar próprio, não será possível chegar ao objetivo proposto. Mas, atualmente, as organizações estão de olho na sociedade e vice-versa. Com isso a cobrança está inerente aos resultados financeiros e a ética aflora entre os colaboradores e diretores proporcionando um lucro moral para todos.

Já é da concordância da maioria que um negócio conduzido de forma ética e transparente serve de motivo para a continuidade e futuro da empresa, mas exige muito jogo de cintura por parte dos envolvidos, e a ética precisa estar inserida no indivíduo como uma atitude e não como uma obrigação. No curto prazo, a empresa acaba sofrendo com alguns gastos que a prática ética exige, mas certamente uma boa conduta no presente gerará muito mais benefícios no futuro para a empresa e seus envolvidos.

A responsabilidade social é um compromisso que a empresa assume em fornecer qualidade de vida para a sociedade e a ética está na base do conceito de responsabilidade social e se expressa através do comportamento da organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios.

Portanto, ética e responsabilidade social estão diretamente relacionadas ao futuro e a continuidade das empresas e por isso são os grandes motivos da preocupação de inserir nos seus colaboradores e administradores esses valores, para terem a certeza do sucesso organizacional e com isso, valorizarem o relacionamento e garantirem qualidade de vida para a empresa e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALENCASTO, Mário Sérgio Cunha. Ética Empresarial na Prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa. Curitiba: Intersaberes, 2002.

BARROS FILHO, Clóvis de. O Executivo e o Martelo: reflexões sobre ética empresarial. São Paulo: HSM Editora, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. A Ética é Possível num Mundo de Consumidores? Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BLANCHARD, Kenneth H. O Poder da Administração Ética. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CHALITA, Gabriel Benedito Isaac. Os Dez Mandamentos da Ética. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

COELHO, Fábio Ulhôa. Desconsideração da personalidade jurídica. In____. Curso de Direito Comercial. São Paulo: 1999. v. 2, p. 31-56.

INSTITUCIONAL. A Tramontina. 2016. Disponível em: <http://www.tramontina.com.br/institucional/a-tramontina>. Acesso em: 26 fev. 2017.
LISBOA, Lázaro Plácido. Ética Geral e Profissional em Contabilidade. 2ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTAR, João. Filosofia e Ética na Administração. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARINOFF, Lou. Pergunte a Platão. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MOREIRA, Joaquim Manhães. A Ética Empresarial no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1999.

PORTAL EDUCAÇÃO. 2015. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/etica-origem.../63614 Acesso em: 26 fev. 2017.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANDEL, Michael J. Justiça – O que é fazer a coisa Certa. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SROUR, Robert Henry. Ética Empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TANSEY, Lory. Entrevista concedida a Clayton Netz. Revista Exame. São Paulo, p100-105, dez. 1995. Edição Especial.

TECHIO, Eledir Pedro. Reunião de colaboradores - Coop. De Crédito, Poupança e Investimentos Ouro Verde do Mato Grosso. Lucas do Rio Verde, out. 2016.

VIEIRA, Maria das Graças. Ética na Profissão Contábil. São Paulo: IOB Thomson, 2016.

INDICADORES ECONÔMICOS E FINACEIROS: Um Estudo na Empresa Idea Comunicação Visual – EIRELI ME

Daiana Paula Basegio[19]

Graciele Macacari Santana[20]

Fabiane Popik[21]

RESUMO

As demonstrações contábeis são um conjunto de informações elaboradas através de livros, registros e documentos que compõe o sistema contábil, e é através da análise detalhada dos demonstrativos que será possível avaliar a real situação de uma entidade. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as demonstrações contábeis da empresa IDEA COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI ME, por meio de indicadores financeiros, mensurando seu desempenho durante o período de 2014 a 2016. A metodologia de pesquisa é a descritiva com abordagem qualitativa. As demonstrações contábeis da empresa foram padronizadas para a aplicação dos indicadores de liquidez, endividamento, imobilização, rentabilidade e o teste de insolvência. Como resultado constatou-se que a situação econômica e financeira da empresa estudada obteve os índices econômicos e financeiros insatisfatórios, sem capacidade de cumprir com suas obrigações e gerar lucro em suas atividades operacionais. Os resultados obtidos através do teste de insolvência mostram que a empresa se encontra em situação de penumbra. Foi realizado a comparação dos resultados dos índices da empresa, com outras, de porte e atividades semelhantes, no qual pode-se ver a presença da empresa com relação as outras do setor.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Indicadores Financeiros. Análise.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é imprescindível as empresas de pequeno ou grande porte, precisar do auxílio e do acompanhamento de suas atividades feitas por um profissional da contabilidade. Este por sua vez, é responsável não só por atender

[19] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: dai.basegio@hotmail.com

[20] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: gracielemacacarisantana@gmail.com

[21] Mestre em Ciências Contábeis. Professora orientadora do artigo.

a legislação, mais também dará suporte efetivo à tomada de decisão dos gestores.

Na maioria das vezes, as informações apuradas no decorrer dos períodos, são fornecidas sem o devido esclarecimento e interpretação, onde a prioridade é cumprir os prazos fiscais e tributários, deixando de lado uma das partes mais significativas do processo, a análise das demonstrações contábeis.

A falta de conhecimento e informação suficiente, impede e mascara a verdadeira situação financeira das empresas, onde muitos gestores acreditam que apenas o valor exposto no faturamento é pertinente. No entanto, não é só este fator que dirá sobre a saúde financeira de uma entidade e sim uma série de aspectos que são encontrados em seus demonstrativos contábeis, financeiros, juntamente com a realização das análises de seus indicadores.

> A existência de lucro, por si só, não garante necessariamente o sucesso de um empreendimento. E essencial que o resultado operacional apurado cubra pelo menos as expectativas de retorno das diversas fontes de capital, representadas pelos juros dos credores e lucro líquido dos proprietários (ASSAF NETO, 2010, p. 25).

Por intermédio deste estudo, procura-se indagar: como está a situação econômico-financeira da empresa IDEA COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI ME nos últimos anos?

Por esta razão, o objetivo geral desse estudo é analisar as Demonstrações Contábeis da empresa IDEA COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI ME, por meio de indicadores financeiros, mensurando seu desempenho durante o período de 2014 a 2016, possibilitando assim seguir seus objetivos específicos: a) Interpretar as Demonstrações Contábeis do período de 2014 a 2016, calculando e comparando os índices que permitem evidenciar a situação financeira e econômica da empresa pesquisada, b) verificar seus indicadores comparando-os com os setores equivalentes e c) analisar as tendências da empresa baseados nos indicadores encontrados, sugerindo melhorias de gestão.

A pesquisa foi realizada em uma microempresa localizada na cidade de Lucas do Rio Verde, estado de Mato Grosso, com o propósito de conhecer e explorar seu contexto gerencial, fornecendo auxílio no modo como são tomadas

as decisões por parte do gestor, visto que a mesma passa atualmente por dificuldades no gerenciamento de seus recursos financeiros.

Este estudo mostra os resultados obtidos por meio das análises, ampliando os conhecimentos acadêmicos e profissionais. Ressaltando que todo conhecimento adquirido pode mudar a maneira de pensar da sociedade empresarial, viabilizando aos gestores melhores articulações gerenciais com foco na tomada de decisões e assim acarretando a empresa benefícios futuros. “A informação contábil deve ser útil para o futuro. O passado só é importante se possibilitar ação futura” (PADOVEZE, 2010, p. 58).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Demonstrações Contábeis

Ao fechamento de cada período contábil, as empresas precisarão elaborar as Demonstrações Contábeis, com a finalidade de esclarecimento das ações econômicas e informações patrimoniais, deste modo, proporcionando informações úteis dos recursos que serão confiados, as pessoas que compõe o cenário organizacional, tais como clientes, fornecedores, funcionários sendo estes usuários das demonstrações.

> As Demonstrações Contábeis são peças contábeis elaboradas com base técnicas próprias, evidenciando a posição da empresa em determinado momento. São peças fundamentais capazes de levar informações a quem necessita sobre aspectos financeiros e econômicos da organização (SILVA, 2010, p. 61).

Os demonstrativos contábeis são compostos pelo Balanço Patrimonial, que evidencia a posição financeira e patrimonial de uma entidade. E a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) através de sua estrutura confronta receitas, custos e despesas para a obtenção de lucro ou prejuízo do exercício, sendo estes os mais importantes relatórios contábeis.

Cruz; *et al* (2011) explica que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) registra as causas e efeitos, que modificam o saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, que representa reinvestimento das ações do capital, registrada pela ligação do Balanço Patrimonial e a DRE. E na

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia os valores conforme a composição da riqueza gerada pela empresa e sua devida distribuição em determinado período.

De acordo com Iudícibus (2010) ao contrário da DLPA a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) aponta as variações de cada conta do Patrimônio Líquido que ocorreram durante o exercício social. Além destes, Ribeiro (2011) apresenta o demonstrativo de relevância para a gestão, como a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) que declara a origem e o destino de todo o dinheiro da entidade. Havendo também, as Notas Explicativas, informações complementares dos demonstrativos contábeis, que auxilia no melhor entendimento na tomada de decisão, deixando-os mais completos e fáceis de serem avaliados e interpretados.

> [...] O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados (CPC 26, 2009, p. 6).

As demonstrações contábeis de maneira geral apresentam informações úteis em relação à posição financeira e patrimonial das organizações, sendo evidenciadas de acordo com os Princípios da Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade. Assim sendo, o Balanço Patrimonial e a DRE são destaque nesta análise financeira, devido à empresa ser optante pelo Simples Nacional, na qual não é obrigada a elaboração do conjunto completo das demonstrações contábeis, conforme a Resolução CFC nº 1.418/2012 no item 27.

2.2 Análise das Demonstrações Contábeis

A análise das Demonstrações Contábeis é uma técnica que separa, compara e interpreta os demonstrativos financeiros da empresa, visando mostrar um diagnóstico econômico e financeiro em um determinado período e uma visão mais ampla dos negócios, assegurando que os recursos da empresa sejam aplicados de acordo com as metas e objetivos da organização.

> Analisar significa transformar as demonstrações contábeis em partes de forma que melhor se interprete os seus elementos. Interessa conhecer primordialmente dois aspectos do patrimônio, quais sejam, o econômico e o financeiro. A situação econômica diz respeito à aplicação do capital e seu retorno e a situação econômica diz como a empresa está em relação a seus compromissos financeiros (FRANCO 1992, p. 93).

"[...] É a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento, se for o caso" (IUDÍCIBUS, 1998, p. 20).

A análise não pode ser feita de seus elementos tomados isoladamente, mas em seu conjunto e comparados com as demais entidades do setor. É necessário, estudar ou consultar as empresas que exercem atividades semelhantes para assim compara-las.

"Uma análise depende da qualidade da informação que é apresentada; se os dados não são confiáveis, a conclusão, também, não pode inspirar confiança" (SÁ, 2008, p.41).

As informações colhidas através das análises são fundamentais para as tomadas de decisões, porque além de mostrar a situação econômica e financeira da empresa, são capazes de expressar claramente pontos fracos e pontos fortes, a evolução e as perspectivas no cenário no qual se encontra.

2.3 Indicadores Econômicos

Os Indicadores Econômico-financeiros são cálculos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, procurando números que ajudem no processo de entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade.

"Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa" (MATARAZZO, 1998, p.153).

"O importante não é o cálculo de grande número de índices, mais de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade desejada da análise" (MATARAZZO, 1998, p. 154).

Cada indicador possui características singulares e informações distintas sobre a situação financeira de uma empresa, apesar disso, os mesmos não podem ser analisados separadamente.

De maneira geral, os indicadores podem ser organizados em grupos que apontam a situação financeira abrangendo os índices de Liquidez e Estrutura de Capital e para avaliar a situação econômica de uma empresa, têm-se os Índices de Rentabilidade.

2.3.1 Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez têm como principal preocupação mostrar a capacidade que a empresa tem para pagar suas contas a curto prazo, garantindo continuidade nos negócios. “[...] Quanto maior for a liquidez dos ativos da empresa, menor é a possibilidade de ela ter dificuldades no cumprimento de obrigações de curto prazo” (ROSS, 2015, p. 23). A tabela 1 apresenta representa esses indicadores.

TABELA 1 – Indicadores de Liquidez

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Liquidez Geral (LG)	$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R$ 1 de dívida total.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Corrente (LC)	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R$ 1 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Seca (LS)	$\frac{\text{Ativo Circulante – Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Liquido para cada R$ 1 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

O Índice de Liquidez Geral verifica a capacidade pagamento, analisando as condições totais de saldos a receber e a realizar contra os valores a pagar, considerando tanto os saldos de curto como o de longo prazo.

Já o Índice de Liquidez Corrente, é uma medida da liquidez de curto prazo, ao longo de 12 meses, onde os ativos e passivos circulantes, são facilmente convertidos em caixa. Se a empresa apresenta o índice maior que 1 o desempenho é satisfatório cumprindo com seus compromissos, se for menor que 1, não há disponibilidade suficiente para arcar com suas obrigações, sendo que suas dívidas superam a disponibilidade de pagamento.

Na Liquidez Seca, a conta estoque é descartada, pois ele é o ativo circulante menos líquido e confiável como medida de valor de mercado, dessa maneira este índice revela quanto a empresa tem de valor líquido do ativo, para cada 1 real de dívidas no passivo circulante.

> [...] estoques relativamente grandes quase sempre são um sinal de problemas de curto prazo. A empresa pode ter superestimado vendas ou ter comprado ou produzido em excesso. Nesses casos, ela terá uma parte substancial de sua liquidez presa em estoques de movimentação lenta (ROSS, 2015, p. 53).

O resultado deste índice será sempre igual ou menor ao de Liquidez Corrente e a empresa deve ter cuidado ao classificar os estoques como disponíveis para liquidar as obrigações, pois depende da venda se concretizar para possuir o capital.

2.3.2 Índices de estrutura de capital

O capital que a empresa possui poderá vir dos sócios ou de terceiros, quando é obtido de terceiros ele é uma dívida que a empresa contrai juntamente com a obrigação de pagamento. Em regra, o uso alteroso de capital de terceiros indica uma situação financeira nada saudável e vantajosa.

Os índices de Endividamento têm como principal finalidade mostrar o nível de comprometimento do capital próprio de uma empresa, com o capital de terceiros.

> [...] São os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários. Saberemos se os recursos de terceiros têm seu vencimento em maior parte a Curto Prazo (Circulante) ou Longo Prazo (Exigível a Longo Prazo) (MARION, 2010, p. 93).

Analisar o endividamento no decorrer dos exercícios, mostra a política que a empresa costuma utilizar para a captação desses recursos para conduzir seu negócio. Na tabela 2 encontra-se os indicadores de endividamento e imobilização.

TABELA 2 – Indicadores de Endividamento e Imobilização

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Endividamento Geral sobre o Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Quanto a empresa tomou de empréstimo para cada R$ 1 de Capital Próprio Aplicado.	Quanto menor, melhor.
Dependência Financeira	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$	Mostra a parcela de bens e direitos financiada por capital de terceiros.	Quanto menor, melhor.
Imobilizações do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Quanto do Patrimônio Líquido foi aplicado no Ativo Imobilizado.	Quanto menor, melhor.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

No Endividamento Geral Sobre Patrimônio Líquido quanto maior este índice, pior, pois maior será o grau de utilização de capital de terceiros. O indicador quanto de Capital de Terceiros tem em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos.

A Dependência Financeira “Revela a dependência da empresa com relação a suas exigibilidades totais, isto é, do montante investido em seus ativos, qual a participação dos recursos de terceiros” (ASSAF NETO, 2006, p. 165). Este índice mostra, em termos percentuais, a parcela de bens e direitos da empresa financiada por capital de terceiros. Quanto menor, melhor.

O indicador de Imobilizações do Patrimônio Líquido (Capital Próprio) expressa quanto do patrimônio líquido foi aplicado no ativo imobilizado e intangível (ativo permanente). Observando que grande índice de imobilização do capital próprio pode comprometer a liquidez da empresa, além de gerar lucros supostos e imaginários.

> A função do analista, porém, não deve se limitar à simples observação da manutenção, subida ou descida do índice, sendo necessário investigar as causas que interferem no comportamento da empresa. É imperioso identificar e mencionar, por exemplo, que a elevação da dependência de capitais de terceiros decorre de investimentos estratégicos realizados pela empresa, a fim de alcançar competitividade no setor em que atua, obviamente se isso condiz com a realidade (KUHN; LAMPERT, 2012. p. 52).

Por este motivo o endividamento não deve ser visto como adverso e desfavorável para a empresa logo de início, pois em certo momento ele foi importante para seu crescimento e prosperidade do empreendimento em seu ciclo operacional. Todavia requer certo controle, não ultrapassando limites e dando preferência as dívidas a longo prazo, pois assim terá mais tempo para gerar recursos e liquidar suas dívidas.

2.3.3 Indicadores de rentabilidade

Determinam qual foi a rentabilidade dos valores aplicados no patrimônio da empresa, medindo o volume de vendas em relação ao investimento total, conforme mostra a tabela 3.

TABELA 3 – Indicador de Rentabilidade

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$	Quanto a empresa vendeu para cada R$ 1 de investimento no Ativo total.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

> Esse índice indica quantas vezes à empresa recuperou o valor do seu Ativo por meio de suas vendas, de um determinado

> período. É um retorno sobre os investimentos. Algumas empresas trabalham com baixa margem, por isso precisam de muito giro para obter lucratividade (BEGALLI E PEREZ JR., 2009, p. 41).

O giro do ativo apresenta característica de quanto maior melhor, pois quanto maior o giro do ativo pelas vendas, maior a chance de cobrir as despesas e obter margem de lucro.

2.3.4 Fator de insolvência

A insolvência ocorre quando a empresa é incapaz de pagar suas obrigações em seu vencimento, não conseguindo honrar sua dividas com os credores.

No Brasil, Stephen C. Kanitz apresentou em seus estudos uma análise estatística através da criação do “Termômetro de Insolvência”, ajustando a função chamada de Fator de Insolvência, sendo este um modelo de como prever falências de empresas.

Kanitz (1974) criou uma formula composta por cinco índices combinados, que juntos mostram a probabilidade de falência de uma empresa, sendo:

Teste de Insolvência=X1+X2+X3-X4-X5

Onde:

X1 = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido x 0,05

X2 = Liquidez Geral x 1.65

X3 = Liquidez Seca x 3,55

X4 = Liquidez Corrente x 1.06

X5 = Endividamento Geral Sobre Patrimônio Líquido x 0,33

Os números 0,05, 1,65, 3,55, 1,06 e 0,33 são os pesos que são multiplicados pelos índices. Após a formula é averiguado em que intervalo que recai o Fator de insolvência, como mostra a Figura 1.

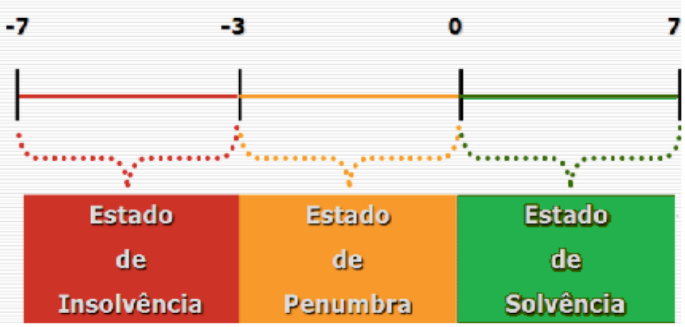


Figura 1: Termômetro de Insolvência de Kanitz
Fonte: Partitura Financeira (2016)

Se o valor encontrado for positivo significa que a empresa está solvente com probabilidade não falir. Se a situação detectada for entre zero (0) a menos três (-3), é necessário cautela pois indica dúvida, não sendo possível determinar sua situação, estando na zona definida como penumbra. Na insolvência encontra-se empresas com resultados menores que menos três (-3), próximas a falência.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa e cumprir o proposto pela problemática o método de abordagem escolhido foi o indutivo, pois parte de um resultado especifico para um geral. O procedimento metodológico adotado contará com a verificação através de análises documentais e observação de como está a situação econômico-financeira da empresa IDEA COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI ME nos últimos três anos, para assim elaborar a proposta dos objetivos específicos.

A classificação da pesquisa foi descritiva, visto que os resultados obtidos através de dados coletados e do levantamento de informações da empresa fornecidas pela contabilidade, o qual contribui efetivamente para a elaboração das análises.

Para atender os objetivos propostos utilizou-se a abordagem qualitativa, tomando como base as análises documentais contidas nas demonstrações contábeis e financeiras da empresa estudada.

Este estudo foi desenvolvido na empresa IDEA COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI ME, optante pelo regime tributário do Simples Nacional e atua há 13 anos

no mercado, antes como Sociedade Limitada – “LTDA” e a partir de 2016 como uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – “EIRELI”, cabendo sua administração para um único sócio.

Prestando serviços de comunicação visual, impressão em material para uso industrial, comercial e publicitário, impressão de cartões de visita, felicitações, catálogos, faixas, adesivos, cartazes de propaganda no município de Lucas do Rio Verde – MT.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados os demonstrativos contábeis e financeiros: Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que foram disponibilizados pela empresa, através de sua contabilidade e assinado pelo gestor e contador responsável.

As coletas das informações ocorreram nos períodos de fevereiro a março de 2017, e as análises foram feitas de abril a maio de 2017.

Foram selecionadas as informações contidas nas demonstrações contábeis como Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos anos de 2014 a 2016, dos quais extraindo as informações relevantes, além de efetuarmos a padronização das referidas demonstrações e realizarmos a análise vertical e horizontal dos dados, como o cálculo de indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade e teste de insolvência.

Após isso foram pesquisadas as empresas que atuam no mesmo ramo do negócio, para assim fazer comparativos de como a empresa estudada encontra-se em relação ao todo nesse segmento.

Com todos os cálculos e interpretações devidamente tratadas, organizou-se a apresentação dos resultados obtidos através de gráficos e tabelas que facilitem a visualização e interpretação desses resultados, auxiliando o gestor nas tomadas de decisões, bem como pelo confronto das informações com relação à teoria já estudada.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Empresa Pesquisada

A empresa Idea Comunicação Visual EIRELI ME foi fundada em 2004 em Lucas do Rio Verde – MT, atuante no ramo de impressão gráfica para uso publicitário, aonde vem se destacando no mercado atendendo grandes, micro e

pequenas empresas, na produção de fachadas, adesivos, luminosos, outdoors, banners, apresentado a identidade visual de cada uma.

O registro na Junta Comercial ocorreu no dia onze de novembro de 2004, contando com serviços de fabricação e serigrafia em bonés, peças de vestuário, tecidos e brindes. Neste período, houve uma grande demanda de pedidos, por ser ano de eleições municipais, mas os serviços foram cancelados, devido ao impedimento dos candidatos a fazerem propagandas, acarretando assim, prejuízo à empresa que já possuía matéria-prima já comprada, e pouco serviço para suprir. No decorrer de sua caminhada passou por grandes dificuldades, tendo que ser paralisada.

E no final do ano de 2013, a empresa retoma suas atividades aumentando o seu capital social e renovando o quadro societário, na qual ainda era uma sociedade limitada. Mas foi em 2014 que suas atividades operacionais se iniciaram, buscando seu espaço no mercado novamente, a empresa começou a participar de licitações, oferecendo serviços em outras cidades, obtendo contrato com grandes empresas. No ano de 2016 a empresa deixa de ser uma sociedade limitada, e se transforma em uma empresa individual de sociedade limitada, ou seja, se torna unipessoal, sendo hoje optante pelo regime tributário Simples Nacional, com quatro pessoas no quadro de funcionários.

A empresa foi escolhida para pesquisa, devido a iniciativa do gestor, em buscar soluções para as tomadas de decisões, buscando melhorias e crescimento a empresa, aprendendo e aperfeiçoando a forma de administrar. E para que isso seja feito, a análise se faz necessária, para ter resultados concisos, auxiliando a gestão no processo de avaliação, potencializando e dando credibilidade a empresa.

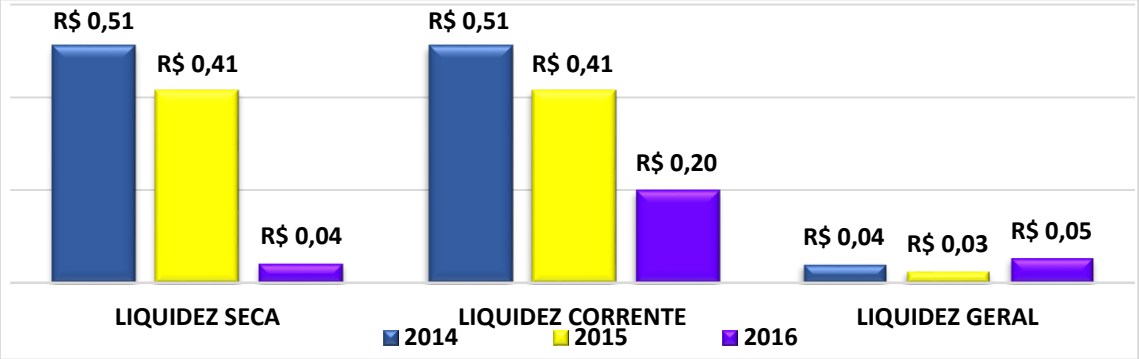
4.2 Indicadores Econômicos e Financeiros

A análise dos índices levará em consideração os resultados econômicos e financeiros extraídos das demonstrações contábeis e financeiras da empresa estudada no período de 2014 a 2016.

4.2.1 Indicadores de liquidez

A capacidade financeira em pagar suas obrigações com recursos de curto e longo prazo mantendo sua continuidade, é um dos fatores mais meritórios de uma empresa, sendo vistos através dos indicadores de liquidez. O gráfico apresenta os indicadores da empresa pesquisada.

GRÁFICO 1: Indicadores de Liquidez: Idea Comunicação Visual EIRELI ME



Fonte: Dados de pesquisa (2017)

De acordo com Gráfico 1, a Liquidez Corrente esteve em constante queda nos anos analisados, passando de R$ 0,51 em 2014 para R$ 0,41 em 2015 e chegando ao final em R$ 0,20 em 2016, demostrando que neste período a empresa vem diminuindo sua capacidade de liquidar suas dívidas de curto prazo apenas com os recursos de curto prazo.

A Liquidez Geral apresentou seu melhor índice no ano de 2016 com R$ 0,05, sendo que em 2014 o resultado foi de R$ 0,04, e em 2015 decaiu para R$ 0,03. Mesmo o índice aumentando ele ainda se torna insuficiente para a empresa honrar com suas obrigações perante seus credores, pois para cada R$ 1,00 de dívidas a mesma tem só R$ 0,05 de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

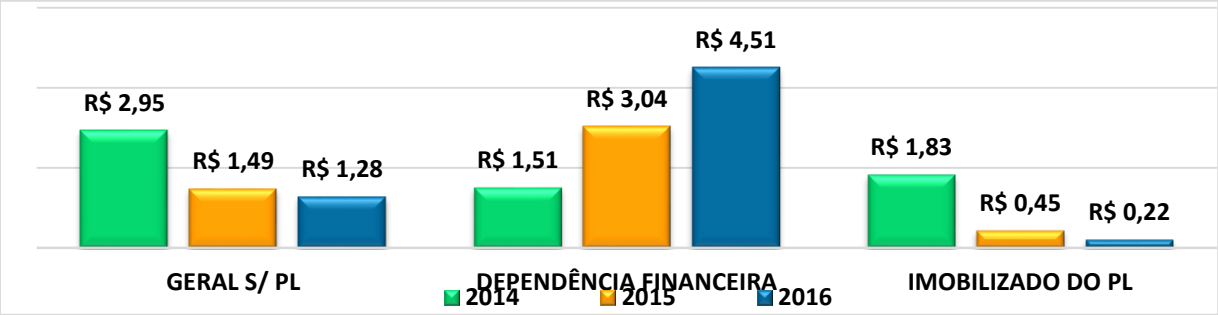
A Liquidez Seca demostrou queda durante os três anos analisados, no período de 2014 o índice apontou R$ 0,51, em 2015 de R$ 0,41 e em 2016 caiu ainda mais para R$ 0,04 mostrando muita diferença no decorrer dos anos. Neste índice exclui-se a conta estoque do Ativo Circulante e trabalha-se em contrapartida com o Passivo Circulante, a grande diferença em 2016 motiva-se pelo acréscimo considerável de obrigações no passivo Circulante, na conta fornecedores e outras obrigações de curto prazo e assim faltando recursos que possam ser transformados em dinheiro.

Pode-se notar que a Liquidez Corrente e Liquidez Seca apresentou os mesmos valores nos anos de 2014 e 2015, por razão da empresa não ter apresentado valores a conta estoque no Balanço Patrimonial. Em 2016 o resultado mudou, visto que foi informado a conta estoque no demonstrativo através da contagem física.

4.2.2 Índices de endividamento e imobilização

Através de seus demonstrativos contábeis e aplicação das fórmulas de Matarazzo (2010), o aumento do endividamento de curto e longo prazo agregado a empresa é muito visível e mostra o porquê sua liquidez está cada vez mais insatisfatória, de acordo com o gráfico 2.

GRÁFICO 2: Índices de Endividamento e Imobilização: Idea Comunicação Visual EIRELI ME



Fonte: Dados de pesquisa (2017)

Conforme o Gráfico 2, o indicador de Endividamento Geral sobre o Patrimônio Líquido mostrou índices distintos que em 2014 era de R$ 2,95, em 2015 baixou para R$ 1,49 fechando o ano de 2016 com R$ 1,28. Pode-se interpretar que nos anos anteriores a empresa apropriou-se mais de recursos de terceiros do que possuía de capital próprio aplicado, até porque a mesma acumula seu passivo a descoberto, contando com prejuízos que superam se patrimônio líquido.

Com relação a Dependência Financeira, a cada período que passa a empresa necessita cada vez mais de recursos de terceiros para adquirir seus bens e direitos. No ano de 2014 o valor representava R$ 1,51, em 2015 R$ 3,04 e em 2016 R$ 4,51, gerando preocupação e cautela nas decisões de

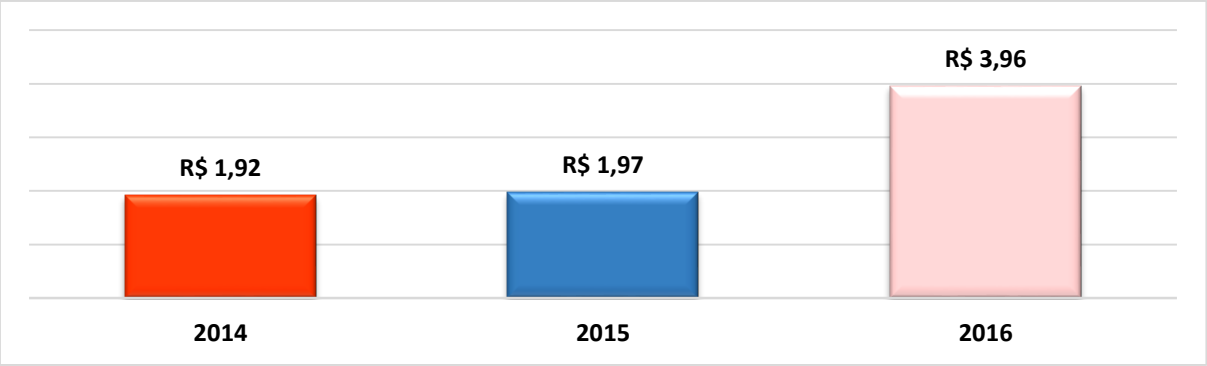
financiamentos que possam comprometer ainda mais a continuidade dos negócios.

A imobilização do Patrimônio Líquido, revelou que a empresa que em 2014 tinha R$ 1,83 de aplicações no Ativo Permanente na conta Imobilizado com os recursos do Patrimônio Líquido, em 2015 o índice baixou para R$0,45 e em 2016 R$ 0,22, no qual é visto de maneira positiva, porque pressupõe que quanto menos a empresa investir em imobilizados mais recursos próprios sobrarão em seu Ativo Circulante.

4.2.3 Indicadores de rentabilidade

A rentabilidade esta interligada com a lucratividade mais não são a mesma coisa e não se pode confundi-las, a empresa nos três anos analisados não obteve lucro e por esta razão não serão analisados os indicadores de lucratividade. No entanto, foram feitos investimentos no grupo ativo, de acordo com o gráfico 3.

GRÁFICO 3: Indicador de Rentabilidade - Giro do Ativo: Idea Comunicação Visual EIRELI ME



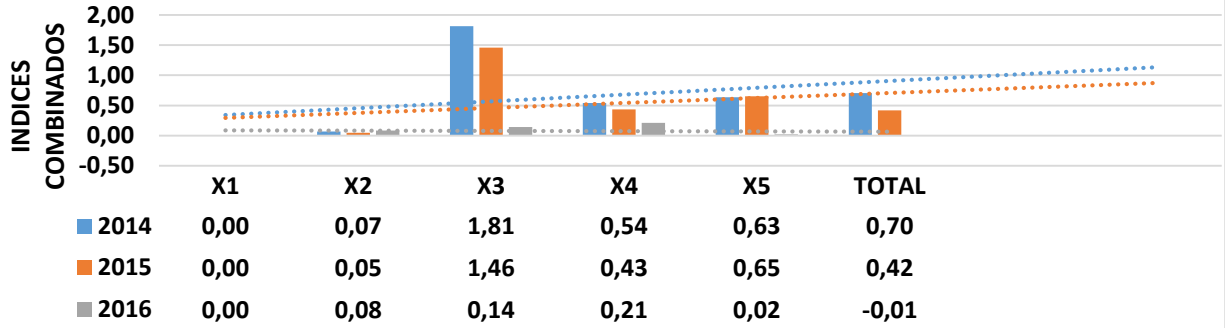
Fonte: Dados de pesquisa (2017)

Observando o Gráfico 3 o indicador giro do ativo expos em 2014 R$ 1,92, passou em 2015 para R$ 1,97, mais o maior efeito foi em 2016 resultando em R$ 3,96, em teoria até poderia ser considerado um bom índice, uma vez que quanto maior melhor, porém o resultado só foi maior pela razão das Vendas Líquidas terem aumentado notavelmente enquanto o ativo total diminuiu seu saldo.

4.4 Teste de Insolvência – Modelo de Stephen C. Kanitz

A falta de capacidade de pagamento das obrigações financeiras de uma empresa gera o que se chama de insolvência e identificar com antecedência se uma empresa se encontra insolvente é imprescindível, tanto para a empresa como para as pessoas ligadas direta ou indiretamente a esta. Baseando-se nas fórmulas de Kanitz (1978), foi empregado o Teste de Insolvência, como mostra o Gráfico 4.

GRÁFICO 4: Teste de insolvência – Modelo de Kanitz: Idea Comunicação Visual EIRELI ME



	X1	X2	X3	X4	X5	TOTAL
2014	0,00	0,07	1,81	0,54	0,63	0,70
2015	0,00	0,05	1,46	0,43	0,65	0,42
2016	0,00	0,08	0,14	0,21	0,02	-0,01

Fonte: Dados de pesquisa (2017)

O teste de insolvência evidenciou conforme o termômetro de Kanitz que nos anos de 2014 e 2015 seus resultados de 0,70 e 0,42, indicam estado de solvência, mais, no entanto vem decaindo de um ano para o outro. Já em 2016, a situação piorou entrando em estado de penumbra, com o índice de -0,01, sinalizando um alerta e inspirando cautela na tomada de decisões, pois é uma área em que o fator de insolvência não é suficiente para analisar o estado da empresa.

4.5 Comparabilidades com o Setor e Tendências Futuras

Os indicadores de liquidez da empresa demonstram resultados visivelmente insatisfatórios, na qual evidencia a dependência do capital de terceiros para trabalhar, não tendo recursos disponíveis para quitar suas obrigações. De acordo com a Revista Exame 2016 Melhores e Maiores: As 1000 Maiores Empresas do Brasil, o setor da Indústria Digital obteve no ano de 2015 um índice de 1,42 e em 2014 de 1,70 na liquidez corrente, enquanto a empresa

pesquisada no ano de 2014 esteve com 0,51 e em 2015 de 0,41, portanto, comparando-se os resultados analisados tanto o setor quanto a empresa, apresentaram uma diminuição da capacidade financeira, em saldar seus compromissos.

Já no índice de rentabilidade, a empresa obteve 191,87% no ano de 2014, em 2015 197,42% e no ano de 2016 um resultado de 395,70%, enquanto o seu setor indica 5,1% em 2014 e 8,6% no ano de 2015. Confrontando-os, ambos demonstram um aumento no retorno do giro de capital investido, porém, mesmo apresentando uma melhora na rentabilidade, com a inflação e a evolução anual, a taxa de crescimento das vendas decaiu em -14,6% na análise do setor no ano de 2015 e 0,8% em 2014, indicado um mercado mais competitivo, em busca de inovação e melhorias dos serviços que oferecem.

De modo geral, a empresa pesquisada se encontra em estado de decadência financeira, tendo em vista as análises feitas durante todo à formação do trabalho, onde, no atual mercado, deve-se buscar mudanças e inovações em um setor cada vez mais saturado.

Pelas análises realizadas a empresa tem forte tendência a vir a falência. O gestor neste caso deve agir com cautela, pois apesar de ter um bom rendimento, não sabe distribui-lo de forma eficaz concentrando a renda da empresa apenas para compensar os gastos no decorrer do exercício. Ele deve manter um planejamento que reduza os gastos, principalmente nos custos de mercadoria vendida, buscando sempre orçar com os fornecedores, firmando com aqueles que apresentarem os menores custos, sem privar-se da qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores econômicos e financeiros, não expressam somente os números, mas também buscam auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, apresentando-lhes de forma organizada e compreensiva a situação econômica e financeira da empresa, tem, portanto, um papel essencial na avaliação dos resultados.

A pesquisa é fundamentada pela análise das demonstrações contábeis da empresa IDEA COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI ME, através de estudos aplicados dos últimos três anos, sendo apurados os indicadores financeiros, para

verificação de sua posição econômico-financeira, em comparação ao setor de Indústria Digital, alcançado deste modo a sua finalidade.

Com os resultados identificados pelos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade nos períodos delimitados, a empresa apresenta falta de capacidade de pagamento com suas obrigações, sendo insatisfatória para sua saúde financeira, observado nos índices de liquidez, principalmente pelo aumento da dependência pelo capital de terceiros, na qual não apresenta liberdade financeira nas tomadas de decisões, comprovada pelos indicadores de endividamento.

Entretanto o seu índice de rentabilidade apresenta melhoras na recuperação do investimento no ativo, porém, no teste de insolvência a empresa se encontra em fase de penumbra, sendo insatisfatória com tendência a entrar em falência. Para que isso não ocorra à empresa deve buscar um planejamento adequado para sua reestruturação, conseguir nos próximos anos obter ainda mais uma boa rentabilidade, para reverter com o seu grau de endividamento e sair do prejuízo.

Como sugestão de pesquisas futuras, poderiam analisar e comparar empresas de outros setores, pesquisando outras técnicas de análises, e também analisar outros demonstrativos que fornecem maiores informações sobre a atuação de cada empresa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-financeiro. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-financeiro. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEGALLI, G. A.; PEREZ JR., J. H. Elaboração e análise das demonstrações contábeis. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: Pronunciamento Técnico CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-

Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acessado em: 14 de abr. 2017

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Resolução CFC nº 1.418 de 2012. Disponível em: <http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES_1418%20-%2002.07.pdf>. Acesso em: 14 de abr. 2017

_____. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. Resolução CFC Nº 686 de 1990. NBC T 3.3 – Da Demonstração do Resultado. Ed. 3. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf>. Acesso em: 23 de mar. 2017

CRUZ, June A. W. de; *et al.* Análise das Demonstrações Financeiras: teoria e prática. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

FRANCO, H. Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços: De acordo com a Lei das S.A., Lei nº6.404, de 15-12-1976. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Estrutura, análise e interpretação de balanços. 15 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IUDICIBUS, S. Contabilidade Introdutória: equipe de professores da faculdade de Economia ADM e Contabilidade da USP. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Análise de Balanços. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KANITZ, Stephen Charles. Como prever falências de empresas. Revista Exame, dezembro de 1974. p. 95-102. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/61123852/EXAME-ComoPreverFalenciaEmpresa-Kanitz> Acesso em: 05 maio 2017.

KUHN, I. N.; LAMPERT, A. L. Análise Financeira. IJUÍ, 2012.

MARION, J. C. Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, L. C. Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARTITURA FINANCEIRA. Encontrando Kanitz. 2016. Disponível em: <https://partiturafinanceira.wordpress.com/2016/03/09/encontrando-kanitz/>. Acesso em: 06 de maio de 2017.

REVISTA EXAME. Melhores e Maiores: As 1000 Maiores Empresas do Brasil. São Paulo, edição especial, v. 50, nº 13, 20 jul. 2016.

RIBEIRO, O. M. Estrutura e Análise de Balanços fácil. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSS, S. A.; *et al*. Administração Financeira. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

SÁ, A. L. de. Moderna Análise de Balanços ao Alcance de Todos. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, L. L. da. Contabilidade Geral e Tributária. 6 ed. São Paulo: IOB, 2010.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930

Gessyka Cruz[22]

Odilton Aquino dos Santos[23]

Cleyton Rodrigues dos Santos[24]

RESUMO
No presente trabalho abordamos o processo de industrialização na década de 1930, ou seja, os acontecimentos decorreram da crise Mundial nesta época. Escolhemos este assunto por seu grande impacto e avanço que trouxe para as indústrias, realizamos pesquisas em livros e sites que contam detalhadamente tudo o que envolveu este processo, todas as mudanças realizadas pela crise, tivemos acesso às matérias com outras visões sobre este assunto, trabalhos e projetos que expõem opiniões diferentes em relação a estes acontecimentos.

Palavras-chave: Industrialização. Processo de Substituição de Importações. Economia Brasileira. Deslocamento do Centro Dinâmico.

1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização do Brasil na década de 1930 estava inserido no que se convencionou chamar de Processo de Substituições de Importações (PSI). Bem verdade que vários fatores contribuíram para a sua materialização, dentre os quais as consequências da Primeira Grande Guerra e a Crise de 1930. Tais fatores contribuíram, consideravelmente, para que ocorresse o chamado deslocamento do centro dinâmico, ou seja, antes a atenção e os fatores de produção estavam voltados para o setor primário-exportador, principalmente para o café, a partir do período em análise as atenções voltaram-se para a indústria. Desse modo, percebe-se que a gênese da indústria brasileira nesse período foi primordial para o processo de industrialização subsequente, pois foi através dessa transformação ocorrida durante esse período que o Brasil se tornou hoje muito forte em fabricação de produtos industrializados, principalmente no setor de bens de consumo duráveis.

[22] Artigo entregue para conclusão do TCI, no 7º semestre de Administração, Faculdade La Salle, 2017. Email: gessyka.cruz@hotmail.com.
[23] Artigo entregue para conclusão do TCI, no 7º semestre de Administração, Faculdade La Salle, 2017. Email: odiltonaquino@gmail.com
[24] Doutor em História Econômica. Professor orientador do artigo. E-mail: cleyton.santos@faculdadelasalle.edu.br

Como um dos fatores primordiais a Grande Depressão, como é considerada por muitos, teve seu início mais especificamente no mês de julho nos Estados Unidos, onde a produção americana começou a cair e se estendeu até o mês de outubro, onde ocorreu no dia 24 deste mês a chamada “Terça-Feira Negra”. Milhares de acionistas sofreram, drasticamente, da noite para o dia, perdas grandes de seus investimentos que estavam na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a New York Stock Exchange, isso virou notícia em todo o mundo por se tratar de um assunto que viria a afetar todos com uma retração do crescimento econômico acompanhado por uma deflação gigantesca. Lá ocorreu também a queda de taxas de vendas nos produtos, vindo acarretar o fechamento de muitas empresas comerciais e industriais, elevando assim o número de desemprego nos Estados Unidos, foi, realmente, um verdadeiro caos.

Os efeitos desse colapso causado pela Crise de 1930 foi sentido em todo o mundo, principalmente em países onde a industrialização já tinha potencial, como: Países Baixos, Austrália, França, Itália, Alemanha, Canadá e Reino Unido. Na União Soviética não houve abalos significativos por ter sua economia, à época, inserida em um sistema próximo do socialismo, e, por experimentar tal sistema, o referido país estava fechado, econômica e politicamente, e veio a sofrer, em menor escala, o abalo do sistema capitalista.

No entanto, a situação do Brasil uma vez que, à época, a indústria não era o seu potencial, e sim a agricultura, sofreu por ter sua demanda bastante reprimida para os chamados países centrais, principalmente o café que figurava como o principal produto na pauta de exportações. Em contrapartida, essa crise contribuiu, consideravelmente, para o Brasil a acelerar o processo de industrialização do país, ou seja, a mudança de um país voltado para a agricultura para um país industrial, mas há controvérsias em relação ao período de industrialização do país, onde autores divergem entre períodos diferentes que tornou o Brasil com economia voltada à indústria.

Neste artigo pode ser percebido também a importância da CEPAL, tanto para economia política do desenvolvimento, quanto, para que a América Latina. Tomasse pela primeira vez, consciência dos seus problemas estruturais. A CEPAL, por ter surgido em um momento crucial de crise dos mercados internacionais, elaborou toda uma análise sobre as especificidades da realidade sócio econômica dos países subdesenvolvidos, com propostas visando a

superação através da industrialização.

O Brasil diante da crise que afetou o mundo, soube sobressair, e tornar-se, até diante deste fato, um país forte economicamente. No período em tela, a imigração era em massa, pois o país foi um dos receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de oportunidades de trabalho e ascensão social, cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. Esse fator se explica pela forte demanda de força de trabalho para a lavoura de café naqueles anos, mas a partir de 1930, com a crise mundial iniciada em 1929, e mudanças políticas tanto ocorrida no Brasil, como também na Europa, fizeram com que o ingresso de imigrantes perdesse força, com exceção dos japoneses, que no período de 1931 a 1940 entraram no país em seu maior número.

Diante de vários questionamentos que surgiram de autores, mostrando visões diferenciadas de como foi o processo de industrialização do Brasil na década de 1930, e como foi importante o país passar por essa revolução, para hoje ele ser potencialmente um país com uma economia forte, com isso surgiu o problema de pesquisa para esse trabalho: A alavancada que levou o Brasil a se tornar um país industrializado, foi na década de 1930?

A presente pesquisa tem por objetivo geral apresentar a questão de como evoluiu a indústria no Brasil durante o período da década de 1930, mostrando que com o passar do tempo essa evolução contribuiu, consideravelmente, não apenas para a gênese e desenvolvimento da indústria no país, mas também para a dinâmica econômica atual do país.

Afim de atingir o objeto proposto, surge como objetivos específicos: a) analisar os motivos aos quais levaram o Brasil a se tornar um país onde sua economia estava calcada na indústria; b) identificar se as tecnologias existentes nos tempos atuais têm relação com os motivos que levaram o país a se industrializar; c) analisar o processo de transformação estrutural da economia brasileira de base puramente agrária para a industrial e seu impacto na economia do país nos dias de hoje.

A importância dessa temática de estudo nos levará a ter uma dimensão sobre as transformações econômica e política passada pelo Brasil principalmente na década de 1930 que modificou muitas situações vivenciada pelo país, mostrando também visões diferenciadas por autores que até hoje discutem com

relação ao tema proposto.

Este trabalho justifica para a sociedade o quanto foi importante o avanço contido na década de 1930 na indústria do país, pois sabemos que tal avanço nos afetaria em nossa atualidade, tanto se fosse benéfico ou maléfico, para nos tornar o que somos hoje, e o que vivenciamos na economia do país, visto que, tal transformação vivida naquela época, nos serve de aprendizado para transformações futuras.

2 METODOLOGIA

O método de abordagem utilizado para este trabalho foi o indutivo, pois partimos de uma questão particularizada para uma generalização, e desta forma para explanar o assunto abordado, utilizamos conceitos teóricos gerais de autores com teses voltadas para o assunto, a partir de pesquisas bibliográficas, por meio de pesquisas em livros, dissertações, teses e artigos que versam sobre o tema em tela. Os métodos de procedimentos que utilizamos para o artigo, foi o método histórico- concreto, pois fomos em busca de informações em um passado não muito remoto, a fim de entender a evolução histórica do processo de Industrialização Brasileira na década de 1930 e relacionar com os dias atuais.

A classificação desta pesquisa possui caráter de estudo explicativo. Pois sabemos que esse tipo de pesquisa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução e/ou indução lógica (LAKATOS; MARCONI, 2011).

O método empregado na pesquisa foi de caráter qualitativo, pois não estávamos em busca de números, medir unidades ou categorias homogêneas, mas sim buscar a resolução do problema proposto, e assim ampliar os conhecimentos sobre o processo que levou o Brasil a sua industrialização na década de 1930.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Processo de Substituição de Importações

O conceito Processo de Substituição de Importações (PSI) já surgiu a muito tempo atrás. Quando se precisou diminuir a quantidade de importação de um país, e elevar a sua produção, seja por motivos econômicos ou políticos e deve ser materializada de uma forma planejada. Esse modelo passa a ser colocado em prática no momento em que um país começa a fabricar internamente o que antes se importava de países estrangeiros.

No Brasil esse processo começou logo após a crise de 1929 com o intuito de desenvolver no país o setor de manufatura e tentar resolver o problema de dependências de capitais externos, bem como também traria ao país benefícios para si próprio como: evolução tecnológica e social, melhorar a infraestrutura fazendo com que ocorresse o crescimento geográfico urbano de forma planejada, melhorar a saúde, segurança, educação, saneamento básico, transporte público, dentre outras melhorias. Tudo isso era o que apostava os políticos que estavam à frente do projeto no período estudado, que os estados pudessem repassar os investimentos obtidos nesse processo para as regiões que estavam em crescente industrialização como: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Manaus e outros.

Foi na década de 1930 que o crescimento industrial ganhou impulso e passou por certa diversificação, iniciando efetivamente o PSI, com isso, o Brasil começou a produzir internamente o que antes importava, embora a origem da indústria brasileira remonte as últimas décadas do século XIX, tendo continuidade ao longo da República Velha. Foi, justamente, nessa década que esse importante processo contribuiu para o crescimento industrial do país. Assim, se na República Velha o setor industrial crescia induzido pelo crescimento e pela diversificação do setor exportador, foi a partir de meados da década de 1930 que a economia retomou o crescimento do produto a despeito da crise do setor exportador, sob a liderança dos setores voltados ao mercado interno.

As crises da agro exportação já se verificavam antes de 1930, mas fora justamente desencadeada nesta década que, por sua magnitude e profundidade, foi capaz de redirecionar definitivamente a economia. Desse modo, de acordo com Raul Prebisch (1964, p. 86):

> A Grande Depressão Mundial marca definitivamente o fim desta forma de desenvolvimento. Ante a impossibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou de acelerar, impõe- se então a substituição de importações - principalmente das indústrias
> - para contrabalançar essas disparidades, e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latino-americanos.

Ficou evidenciado, então, que a crise agroexportadora induziu o crescimento industrial, por forçar o governo a adotar políticas voltadas a resolver problemas em seu próprio âmbito, como os déficits públicos e do balanço de pagamentos. Para tanto, atua em variáveis básicas, como as taxas de câmbio, de juros e de impostos, contribuindo para incentivar a industrialização.

Para Maria da Conceição Tavares (1964), esse processo ocorre por vários motivos de ações tomadas em resposta aos problemas criados pelo estrangulamento externo, ações essas que resultaram no deslocamento do centro dinâmico da economia, levando o país a ficar mais dependente do setor interno. Com as dificuldades para a importação, algumas limitações são impostas ao processo, relacionadas principalmente ao seu próprio fato gerador.

Tavares (1964, p.217) ainda cita que, todavia, o PSI não tem por objetivo reduzir as importações. Dessa maneira a autora explica que pondera que:

> A redução não é proposital e ocorre em virtude das limitações criadas pelo estrangulamento externo, que dá origem ao PSI. Destas reduções surgem a necessidade de se produzir os bens cuja importação foi dificultada. Além disso, a produção interna gera uma demanda por novas importações de bens intermediários e de capital, que podem, inclusive, resultar em um aumento da dependência do mercado externo. Este é, inclusive, um ponto importante para entendermos a natureza endógena da limitação ao avanço do processo.

Por fim, Tavares (1964) nos lembra que com o surgimento de novos produtos no mercado internacional, dificultou uma comparação da pauta de importações, ela desta forma entendeu que o que de fato ocorreu não foi uma substituição de produtos, mas sim, uma reorganização de fatores produtivos relacionada a uma modificação estrutural na economia.

O PSI surgiu como uma solução caracterizando uma estratégia do governo para desviar os rumos da economia nacional, saindo de uma posição de mercado agroexportador, para atender o mercado interno. Os pilares do PSI

tinham caráter protecionista e de controle de exportações.

Sua estrutura estava retratada numa filosofia nacionalista, de desenvolvimento interno e independente do mercado externo. Essa nova visão econômica partiu da necessidade de se recuperar da crise, que estimulava a queda dos preços de exportação e desestruturava o poder econômico do país. Na prática, o PSI consistia em alavancar o processo de industrialização, transformando-o em prioridade para o desenvolvimento socioeconômico. O modelo de desenvolvimento obedecia a uma sequência lógica, qual seja:

> I. Estrangulamento externo - a queda do valor das exportações com manutenção da demanda interna, mantendo a demanda por importações, gera escassez de divisas;
> II. Desvaloriza-se a taxa de câmbio, aumentando a competitividade e a rentabilidade da produção doméstica, dado o encarecimento de produtos importados;
> III. Gera-se uma onda de investimentos nos setores substituidores de importações, produzindo-se internamente parte do que antes era importado, aumentando a renda e consequentemente a demanda;
> IV. Observa-se novo estrangulamento externo, dado que parte dos investimentos e do aumento da renda se traduziram em importações, retomando se o processo (VASCONCELOS, GREMAUD e TONETO JÚNIOR, 1996, p. 176-177).

Desse modo, percebe-se então que o processo de industrialização brasileira, mesmo que se configurando em um modelo chamado de “industrialização tardia”, obedeceu uma linha sequencial que vinha sendo adotado pela grande maioria dos países latino-americanos.

3.2 Industrialização

Entende-se como industrialização tudo aquilo que passa por transformações e que possa modernizar algum tipo de produção de algum produto. Como é sabido, já existe há muito tempo este tipo de transformação. Tal fato emergiu no período da Revolução Industrial, onde muita produção que era feita artesanalmente naquela época, hoje é feita de forma muito mais prática e com um número muito elevado de produtos que podem ser fabricados em curto prazo.

A industrialização é um processo inerente ao sistema capitalista, e emergiu no sentido de levar benefícios aos seres humanos de tal forma que nos

dias de hoje, muito trabalho que era braçal, se tornou mecanizado, são inúmeros meios tecnológicos que surgiram para facilitar os meios existentes nas indústrias, bem como reduzir os custos de produção.

O primeiro país que começou a passar por essas alterações no seu processo produtivo, foi a Inglaterra no século XVIII. Sobre a chamada Primeira Revolução Industrial, Karl Polanyi (1944, p. 51) afirma que "no coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns". Foi nesse período, então, que teve início o processo de desenvolvimento econômico da Inglaterra, propriamente dito. Ora, para que tal processo ocorresse promoveu-se o cercamento dos campos (chamada de política dos *enclausures* ou cercamentos) e promoveu um deslocamento forçado dos trabalhadores do campo para as áreas que se urbanizavam através da produção industrial, este autor chama esse processo de "Moinho Satânico".

No Brasil, o processo de industrialização começou efetivamente na década de 1930. À época a principal atividade econômica do país, bem como o principal produto na pauta de exportações, era o café, e tinha como sua principal atividade econômica a agricultura.

Com a crise provocada pela Grande Depressão da década de 1930, o país se obrigou a mudar sua atividade econômica agrícola para se tornar um país industrializado. Celso Furtado (2002) chamou esse fenômeno de "deslocamento do centro dinâmico", ou seja, os fatores de produção foram canalizados do setor agro- exportador para o setor industrial. Dessa maneira, percebe-se que grande parte dos outros países não estavam em condições de comprar o produto do Brasil por conta da crise, e com a ajuda do governo implantando o PSI, foi possível produzir e consumir tudo internamente.

Conforme mostrou Flávio R. Versiani e Wilson Suzigan (1990, p. 6):

> Na visão que ficou popularizada como a "teoria da CEPAL" da industrialização latino-americana, esse processo é visto como uma resposta a crises do Balanço de Pagamentos, em especial a Grande Depressão da década de 1930. No caso brasileiro, com a queda da lucratividade das exportações de café, a partir de 1929, os investimentos teriam se voltado para a produção de manufaturas para o mercado interno, dado também o efeito

> protecionista da violenta desvalorização contemporânea do mil-réis. Argumento e a evidência vistos acima sugerem uma generalização dessa teoria: a indústria surgiu não de uma grande crise, mas de várias pequenas crises, que tanto tiveram o efeito de favorecer o produtor local quanto de atrair capitais para a atividade manufatureira.

Como se pode observar, existem conceitos diferentes com relação à industrialização no Brasil, ou seja, visões com características diferenciadas para cada autor de como surgiu e o porquê de existir esse processo no país, na década de 1930.

3.3 Bens de Consumo Duráveis

Entende-se como bens de consumo duráveis, todo aquele que perde sua utilidade com o passar do tempo, esse bem que pode-se chamar também de duradouro pode ser de diversos produtos como: automóveis, máquinas industriais, entre outros.

Também existem outros tipos de bens chamados de bens de consumo não duráveis que são aqueles que são feitos para serem consumidos imediatamente por se estragar muito rápido, podemos citar o exemplo de alimentos, e o outro bem existente, é o semidurável que podemos classificar como bens que vão se desgastando aos poucos são eles as roupas, calçados, etc.

No Brasil a produção de bens de consumo duráveis teve sua gênese, principalmente na década de 1930, quando ocorreu o chamado “deslocamento do centro dinâmico”, de agropecuário para industrial. Como já mencionado anteriormente, naquele período o país era forte na produção de café e, em decorrência da crise de 1930, foi obrigado a mudar seu modelo de desenvolvimento. Dessa maneira, para Celso Furtado (2002, p.198):

> O crescimento industrial da década de 30 entende-se como fruto da política de defesa do café, que teria sido implementada pelo governo:
> (a) Seja devido às exigências pragmáticas impostas pela crise, por sua repercussão no balanço de pagamentos e na arrecadação de impostos;
> (b) seja por razões de ordem política, frente à importância do setor cafeicultor e pela própria composição do governo, chamando atenção a seus compromissos conservadores,

> "oligárquicos" e "agraristas"; ou (c) seja, ainda, devido a um terceiro fator, assinalado em uma passagem, na qual se menciona não propriamente a política governamental, mas a decisão individual dos capitais privados, em busca de diversificação dos investimentos, já que nas atividades voltadas ao mercado interno havia maior perspectiva de lucro, frente à crise das atividades de exportação.

Portanto, é possível afirmar com base nos argumentos de Celso Furtado (2002) que, principalmente, na década de 1930 o país cresceu efetivamente no setor industrial, pode haver controvérsias nos fatos, mas que houve a ocorrência de evoluções, não se pode negar.

3.4 Deslocamento do Centro Dinâmico

Por conta da crise ocorrida em 1929, o Brasil se viu em uma situação de extrema mudança econômica, visto que à época, o país era fortemente dependente das exportações de café, e precisava exportar seu produto, para que assim conseguisse financiar sua dívida externa com essas vendas. Celso Furtado (2002, p.
203) explica que "o financiamento dos estoques de café com recursos externos evitava, o desequilíbrio na balança de pagamentos". Com os estoques de café só aumentando, o governo se obrigou a comprar esse café com os produtores na tentativa de conter a queda de venda para o exterior e movimentar a economia do país. Porém, como o estoque era muito elevado não tinha o que ser feito. Houve a necessidade de queimar 80 milhões de sacas do produto.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o deslocamento do centro dinâmico, pode se conceituar de tal forma que seria inverter o processo econômico de tal maneira que a determinação do nível de renda deixa de estar ligada a fatores que leve a demanda externa, ou seja, não necessitar precisamente ser vendido o produto para fora do país para a sobrevivência econômica e sim passar a depender de elementos ligado ao mercado interno como consumo e o investimento doméstico, conseguindo inverter essa situação, e se preocupar com o produto interno.

Mantendo firmemente a procura desse produto no mercado interno e deixando um pouco de lado o externo, o setor que produzia para o mercado interno passa a

oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor que trabalha com produtos para exportação. Certamente foram inseridos alguns mecanismos de defesa como: a) abandonar as plantações; b) forçar o mercado reter estoque ou destruí-los e c) financiar a operação da carga do café utilizados à época. Em princípio surtiram efeito, pois conforme ainda mencionado por Furtado (2002, p. 203),

> Contudo, o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10 por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando- se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo.

Esse deslocamento do centro dinâmico trouxe ao país benefícios consideráveis, principalmente no setor industrial, que foi o que mais cresceu nessa época frente ao agropecuário, mas não se pode esquecer que logo após a crise, a produção de café voltou a crescer pelo fato de os cafeicultores estivessem habituados aos planos de defesa praticados pelo governo.

3.5 CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

A CEPAL surgiu em um contexto mundial de crise, em meio à uma decadência financeira do comércio internacional, ao longo da década de 1930, e da queda da capacidade produtiva da região europeia. O pensamento da CEPAL teve uma enorme influência entre os economistas e cientistas sociais não só da América Latina, mas também mundial. A industrialização tornou-se o objetivo principal das políticas econômicas.

> O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O

> fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e diferentes estágios (FURTADO, 2002, p.183).

De acordo com a CEPAL, onde vários autores agregaram pensamentos e teses de um conjunto de fatores que modificaram as formas dos países da América Latina gerenciar sua economia e alavancar seu processo industrial, dentre eles Fernando Henrique Cardoso (1995) mencionou que no Brasil: O processo de industrialização envolveria um "saudável" protecionismo, a defesa de uma política adequada de alocação dos recursos externos, a programação de substituição de importações, e cuidados para não diminuir ainda mais os salários, evitando a redução do nível de consumo das grandes massas.

A importância da CEPAL dentro do contexto histórico do pensamento econômico, está no fato de ela ser o único centro intelectual da América Latina a criar um corpo que possa analisar de uma forma própria dela, tendências futuras e formas de conduzi-las no que se diz respeito à economia. Trata-se de estruturalismo-histórico, fruto da interação do método histórico e indutivo com a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano. É nesta fusão que reside a força de atração e a riqueza do pensamento cepalino (BIELSCHOWSKY, 2000).

3.6 A Economia Cafeeira

Sabemos que o café era o grande motor da economia do país, mas seu surgimento foi de muitos anos atrás, desde as primeiras décadas do século XIX quando surgiu a produção para exportação.

> A introdução do cafeeiro no Brasil deveu-se a Francisco de Melo Palheta, que em 1727 trouxe para o Pará as primeiras sementes da planta. Utilizando no consumo doméstico, o café chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1760, misturando-se aos pequenos cultivos de pomares e hortas dos arredores da capital da colônia. Foi, porém, no extenso Vale do Rio Paraíba, atravessando uma parte do Rio de São Paulo, que se reuniram as condições para sua primeira grande expansão em níveis comerciais (FAUSTO, 1994, p.186).

O surgimento dessa atividade no Brasil se deu pelo fato de aqui ter um clima bastante favorável e ter boas terras para plantio. Porém, na região onde começou essa cultura, a área era conhecida e cortadas por alguns caminhos e

trilhas que, desde os tempos de apogeu da mineração, se dirigiam a Minas Gerais, onde existiam terra virgem e clima também favorável, além disso, ficava próximo do porto de Rio de
Janeiro, onde facilitava o escoamento do produto, mesmo com o transporte precário da época, mesmo assim ajudava muito nesse transporte, e conseguia também naquela região contatos para obtenção de crédito, compra de mercadorias e outros aspectos.

Outro fator muito importante era com relação aos donos das fazendas que plantavam o café, e com a mão-de-obra que era totalmente empregados como força de trabalho escravo, pois não era possível produzir café exportável em pequenas unidades. Desse modo, Boris Fausto (1994, p.186) explica que:

> A implantação das fazendas se deu pela forma tradicional da *plantation,* e que apesar da existência de estudos globais sobre a origem social dos fazendeiros do Vale do Paraíba. Alguns trabalhos indicam que os primeiros proprietários de fazendas de café não tinham ascendentes muitos privilegiados. Em seu estudo sobre Vassouras, o historiador Stanley Stein observa que muitas das famílias dominantes no município provinham de antepassados comerciantes, pequenos proprietários e, em alguns casos, militares de patente alta.

Havia muita indefinição com relação aos limites de propriedades, e existiam também muitas terras que ainda não eram exploradas. De qualquer forma, famílias importantes como os Werneck e os Ribeiros de Avelar, já no início do século XIX, estavam estrategicamente situadas, pois eram proprietárias de extensas sesmarias. Os títulos de propriedades, quando existentes, podiam ser contestados porque, entre outras coisas, uns se sobressaia a outros, era uma verdadeira batalha, e casos assim prevalecia a lei do mais forte. O mais forte era o que conseguia manter-se na terra, pois tinha condições plenas de contratar advogados bons, desalojar posseiros, influenciar juízes e legalizar assim a posse de terras.

Durante quase todo o período monárquico, o cultivo do café foi feito com o emprego de técnicas bastante simples, tanto é que muitas dessas técnicas, seja de uso do solo, ou em certos aspectos, de depredação do solo, existem até os dias de hoje. A produção era bastante extensiva, isto é, não se tinha interesse ou qualquer outro tipo de preocupação com o solo, ou seja, eles judiavam do solo, e quando este se encontrava esgotado por falta de adubos ou outros

cuidados, estendia-se o cultivo em novas áreas, ficando a antiga em abandono, ou destinada a roças de alimentos.

Embora até os dias de hoje o hábito de tomar café no Brasil que teve sua generalização desde os tempos de sua existência no país, o mercado interno era insuficiente para absorver uma produção em larga escala. O destino dos negócios cafeeiros dependia, e ainda hoje depende, do mercado externo, e com isso sofremos muito com a crise que ocorreu na década de 1930, por conta de não conseguir exportar um dos seus principais produtos.

3.7 A Imigração

Sabe-se que a imigração se conceitua, como um fenômeno relacionado a um ato espontâneo de estabelecer uma nova residência tanto provisória quanto fixa em um país ou em uma região diferente da que é de origem.

No Brasil ocorreu um fluxo bastante considerável de europeus e asiáticos que vieram em busca de uma moradia e oportunidade de trabalho, para então, assim, conseguir melhorias materiais de vida, considerando-se o processo de atração e repulsão. Boris Fausto (1995, p.275), menciona em sua clássica obra *História do Brasil* que:

> Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período 1887-1914 concentrou-se o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. Essa concentração se explica, entre outros fatores, pela forte demanda de força de trabalho para a lavoura de café, naqueles anos. A Primeira Guerra Mundial reduziu muito o fluxo de imigrantes, mas após o fim do conflito (1918) constatamos uma nova corrente imigratória que se prolonga até 1930.

Em relação aos imigrantes que retornaram aos seus países de origem, não há dados gerais precisos de porcentagem que apontem o quanto deixaram o Brasil, porém, ao que parece, maior número de imigrantes que retornaram foram, justamente os italianos.

O maior número desses imigrantes que entravam no país, tinha uma concentração maciça nas regiões do centro-sul, sul e leste, mas se referindo em um único estado, se destaca São Paulo pelo conjunto que, sozinho, somou uma quantidade significativa de ingresso de imigrantes. Somente no Estado chegou a se concentrar cerca de 52,4% desses estrangeiros, isso se justifica pelo fato de

o Estado oferecer mais facilidades (passagens, alojamento), em virtude de a economia paulista estar em crescimento. Desse modo, a oferta de postos de trabalho era bastante elevada, fazendo com que fosse atrativo para a imigração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise avançada sobre a história do Brasil, além disso nos permiti conhecer dois lados de um processo que mudou o direcionamento da economia do país. Desse modo, dada a necessidade que o país tinha de exportar produtos para financiar sua dívida, de repente tendo que produzir e consumir internamente para que a economia girasse.

Ao analisarmos algumas bibliografias pode-se entender o quão importante foi, segundo Celso Furtado, o chamado “deslocamento do centro dinâmico”, para o Brasil após a crise de 1929, o país teve que redirecionar e reestruturar o seu produto.

Desse modo, percebe-se que o processo de industrialização brasileira foi lento e gradual. Obedeceu, claramente, os objetivos da elite industrial nascente. Assim, foi
preciso, então observar a dinâmica do processo de industrialização brasileira próprios das economias latino-americanas, ou seja, inserir esse processo de industrialização nos quadros dos países de industrialização tardia de tal modo que houve a necessidade de superação escassez de financiamento e precariedade dos sistemas financeiros locais.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO. Rodrigues Nascimento. Economia Brasileira: Uma abordagem histórica. In. Revista FALS, São Paulo: Ano VII - Nº XV-07.2013. In:

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 31 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

GREMAUD, A. P; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

POLONYI, Karl. A grande transformação: As origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREBISCH, Raul. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil, 1964. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamentos na CEPAL, v. 1 Rio de Janeiro: Record, 2000. p.217-238.

VERSIANI. Flávio R.; SUZIGAN. Wilson. O processo brasileiro de industrialização: Uma visão geral. Texto preparado para a seção relativa à industrialização da américa latina no X congresso internacional de história econômica, Louvain, agosto de 1990.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONSTITUÍDAS NO ANO DE 2015 EM LUCAS DO RIO VERDE-MT

Bruno de Oliveira Mattei[25]

Janaína Marlene Pires Leal Mattei[26]

Josirene Candido Londero[27]

RESUMO

Tendo em vista a alta carga tributária em que as empresas Brasileiras estão submetidas, cresce a cada dia mais a importância de um planejamento tributário, que vem com o intuito de economia tributaria licita. Pois, tal economia deve sempre respeitar todos os limites estabelecidos pela lei. Este estudo visa, demonstrar o nível de conhecimento e aceitação que os pequenos empresários Luverdenses apresentam com relação ao planejamento tributário, e seus benefícios. Onde observou-se a visão geral dos empresários sobre o planejamento tributário, e até mesmo sobre os motivos reais que levaram a escolha do regime tributário em que a empresa está enquadrada. Logo observou-se a falta de conhecimento dos pequenos empresários quanto ao planejamento tributário.

Palavras-chave: Elisão Fiscal. Planejamento. Tributos. Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como problemática as constantes alterações da alta carga tributária no Brasil, em que as empresas sentem a necessidade de melhor se organizarem, buscando planejamento tributário adequado para o aumento de seus rendimentos e o desenvolvimento econômico das empresas. Um dos grandes obstáculos encontrados nas pequenas empresas é a falta de profissionais ou profissionais sem qualificação na área tributária, o que ocorre devido à pouca importância conferida pelas empresas, já que, nem sempre,

[25] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: buyomano@gmail.com

[26] Artigo entregue como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso I, 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade La Salle, 2017. E-mail: janainaleal21@hotmail.com

[27] Doutora em Direito. Professora orientadora do artigo. E-mail: josirene.londero@faculdadelasalle.edu.br

conseguem denotar a viabilidade do planejamento tributário, o que oportunizaria maior competitividade no mercado.

Diante disto, o presente estudo pergunta se as empresas de pequeno porte constituídas em Lucas do Rio Verde/MT, no ano de 2015 conhecem e fazem o planejamento tributário. Para responder ao problema, traçou-se o objetivo geral que pretende verificar qual o nível de conhecimento sobre o assunto que os empresários têm atualmente sobre isso, e se fazem o planejamento de seus tributos.

A análise justifica-se por apresentar uma ferramenta, que poderá trazer muitos benefícios as empresas, se usada com sabedoria, respeitando os limites da lei. A escolha do tema deu-se pela observação do alto índice de pequenas empresas, no Brasil, que encerram suas atividades nos primeiros anos de funcionamento.

Procurou-se ter uma visão mais clara do real nível de conhecimento que os empresários, proprietários de pequenas empresas instaladas em Lucas do Rio Verde apresentam em relação à forma de enquadramento tributário que suas empresas estão enquadradas. Buscou-se, além disso, uma nova visão sobre a importância do planejamento tributário, apresentando formas de melhorar seu desenvolvimento, tendo em vista a diminuição da carga tributária que incide sobre as empresas.

O desenvolvimento da pesquisa tem como população alvo as empresas de pequeno porte que foram constituídas no ano de 2015, recolhendo dados junto aos empresários de Lucas do Rio Verde que almejam aperfeiçoar a gestão empresarial, como forma de permanecer no mercado de forma mais competitiva, diminuindo, legalmente, a carga tributária incidente. Pelos altos índices de sonegação fiscal, pela alta carga tributária e pela deficiência ou inexistência de planejamento tributário, na maioria das vezes, as pequenas empresas são as mais afetadas, razão pela qual esta análise foi direcionada ao município de Lucas do Rio Verde, por evidenciar crescimento e desenvolvimento, com alto índice de pequenas novas empresas.

Os resultados esperados foram alcançados e estão consubstanciados nos dados obtidos pela pesquisa. Estes dados foram embasados em questionário aplicado em empresas de pequeno porte, de vários segmentos distintos em Lucas do Rio Verde, no ano de 2015.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 As Pequenas Empresas no Brasil

No Brasil, existem parâmetros de enquadramento das empresas por faturamento anual, sendo que a escolha da categoria a ser enquadrada deve ser feita ainda em sua constituição, pois dependendo do enquadramento pode haver tratamento diferenciado para a empresa, o que pode se tornar uma ferramenta legal para a gestão tributária. O art. 3º, da Lei Complementar N°123, de 14 de dezembro de 2006, apresenta a seguinte redação:

> Art. 3º. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:
> II - No caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (BRASIL, 2006, art. 3º).

Levando-se em consideração que o enquadramento da empresa pode trazer tratamentos diferenciados com relação ao recolhimento de tributos, fica clara a importância do planejamento tributário adequado à realidade atual da empresa. Esse processo começa analisando, previamente, qual será a melhor forma de tributação para a empresa, avaliando em qual dos enquadramentos ela conseguirá obter maiores incentivos fiscais e pagar menos impostos.

Nesse sentido, o planejamento tributário é, segundo Fabretti (2003, p. 32), “o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato gerador, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas”. Ou seja, é a organização previa, onde procura-se a licita economia de tributo, analisando entre opções legitimas encontrar a que seja mais favorável para a empresa.

2.2 Os Tributos de Acordo Com o Código Tributário Nacional

Tributo é, basicamente, a prestação pecuniária aos cofres públicos, instituída por lei, assim definida pela Lei n° 5.172, de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), Art. 3°. “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 1966).

A prestação é pecuniária, porque todo tributo deve ser sempre pago em dinheiro, pois segundo o dicionário, pecúnia é tudo aquilo relativo a dinheiro, que consiste em dinheiro, representado por dinheiro. Assim, uma vez constituído o crédito tributário, a pessoa física ou jurídica deve ao Estado a quantia representativa do referido tributo. Segundo o CTN (Código Tributário Nacional), no art. 156, tem-se que “extinguem o crédito tributário: (...) XI - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em Lei” (BRASIL, 1966).

É de forma compulsória, pois não depende da vontade dos contribuintes, já que tem caráter obrigatório. E deve ser paga em moeda cujo valor nela se possa exprimir, que possam a ser convertidas em moeda corrente.

O tributo também não pode constituir sansão de ato ilícito, porque ele não pode ser confundido com multa. No caso de algo ser pago por descumprimento de determinada lei, não se trata de tributo (BRASIL, 1966).

Por outro lado, todo tributo deve ser instituído por Lei, devendo obediência ao princípio da legalidade tributária, segundo o inciso I, do art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “é vetado exigir ou aumenta tributos sem lei que o estabeleça. ” Por fim, o tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, pois devem ser cumpridos os princípios constitucionais e a legislação imposta para a arrecadação dos tributos, ou seja, não são aceitas medidas arbitrárias durante o processo (BRASIL, 1966).

O CTN/1966 estabelece que as espécies tributárias são: imposto, taxa e contribuição de melhoria. Esta classificação é legal, porém, a Doutrina jurídica entendeu estabelecer outras espécies tributárias, tais como as taxas, que segundo o CNT, a União, Estados, Distrito Federal e municípios podem institui-

las para a disponibilização de algum determinado serviço, pois, de acordo com o art. 77 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966:

> Art.77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

A definição de imposto de acordo com a lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 é: “Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”. Segundo o Ministério da Fazenda, imposto é uma quantia de dinheiro que pode ser paga por pessoas físicas ou jurídicas ao estado Brasileiro, utilizada para saldar parte das despesas de administração e dos serviços essenciais para toda a população e investimentos do governo em obras de infraestrutura. São exemplos de impostos federais, estaduais e municipais, segundo o Ministério da Fazenda: a “CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) ”, dentre outros.

2.3 O Planejamento Tributário e a Lei Anti Elisiva

A alta carga tributária brasileira, faz com que as empresas, busquem, a cada dia mais, maneiras para conseguir diminuir o valor pago a título de tributos, e os possíveis impactos que eles podem vir a causar. Diante desse cenário, surge a necessidade de se estudar e planejar previamente formas para a sua diminuição.

Atualmente, o sistema jurídico do Brasil concede aos contribuintes a possibilidade de utilizar o planejamento tributário, como ferramenta para ajudar na diminuição lícita dos impostos. Ou seja, ao contrário da evasão fiscal, que é considerada crime, de acordo com a Lei n° 4.729 de 14 de julho de 1965, a elisão fiscal, é permitida por lei, pois utiliza-se, apenas, de ferramentas legais para tentar reduzir os tributos incidentes, procurando encontrar formas lícitas de reduzir as alíquotas.

Elisão fiscal denota a tentativa de evitar ou diminuir os impostos antes que aconteça o fato gerador, pois segundo parágrafo 1°, do art. 133, da Lei 5.172 de Outubro de 1966, o tributo passa a ser devido somente depois da existência disso. E o fato gerador do tributo é a ocorrência de fato, que mostra a exigência real da referente obrigação tributária do contribuinte. Souza (1998, p. 174) complementa esse argumento explicando que:

> O único critério seguro (para distinguir a fraude da elisão) é verificar se os atos praticados pelo contribuinte para evitar, retardar ou reduzir o pagamento de um tributo foram praticados antes ou depois da ocorrência do respectivo fato gerador: na primeira hipótese, trata-se de elisão, na segunda trata-se de fraude fiscal.

Para as empresas, essa prática se torna de suma importância para a economia fiscal e, consequentemente, seu maior desempenho, lucro e competitividade de mercado. Logo, a elisão fiscal pode ser definida como a economia tributária lícita. Nesse norte, HUCK (1997, p. 32) explica que “a elisão fiscal, como obra da criatividade e engenho dos planejadores tributários, aspira a uma condição de legalidade que a distinga da evasão. ”

Já Fabretti (2005, p. 153), conceitua elisão fiscal da seguinte forma:

> A economia tributária resultante da adoção da alternativa legal menos onerosa ou lacuna da lei denomina-se Elisão Fiscal. A elisão fiscal é legítima e lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico, adotando-se a alternativa legal menos onerosa ou utilizando-se de lacunas da lei.

Segundo Fabretti (2005, p. 153), “embora parte significativa da doutrina não admita que possam existir lacunas na lei, não se pode esquecer que a legislação tributária brasileira é casuística”. Isto porque, há torrencial edição e reedição de medidas provisórias. Diante disso, é sempre aconselhado que a lei seja genérica, cabendo assim, a interpretação aplicá-las aos casos reais. Uma vez que, mesmo que a legislação procure, continuamente, conseguir abranger todos os casos possíveis relacionados ao tema, sempre surgirão casos que ainda não foram previstos em lei anteriormente.

Portanto, a elisão fiscal é caracterizada por o conjunto de procedimentos que procuram diminuir o pagamento de tributos, devendo estar previstos em lei, ou que não estejam vedados por ela, que procuram diminuir o pagamento de tributos por parte dos contribuintes.

A propósito, Amaral (2002, p.49) refere que “o contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, ” podendo pesquisar e escolher maneiras para conseguir atenuar os custos ligados à sua empresa, incluindo os impostos incidentes sobre ela. Segundo ele “se a forma celebrada é jurídica e lícita, a fazenda pública deve respeitá-la. ”

O art. 116 da CTN, foi criado com o intuito de impedir que os contribuintes praticassem atos para economizar tributos, e a norma geral Anti Elisiva representou tentativa nesse sentido. Porém, na prática, isso não foi alcançado, pois a Lei Complementar nº 104/01 vigente já impede práticas ilegais, ou seja, práticas de evasão fiscal. Por apresentar lacunas, houve muitos questionamentos, pois, o texto não deixou clara a questão da legalidade ou ilegalidade das práticas elisivas, deixando espaço para especulações e questionamentos.

A Norma Geral Antielisão não tem alcançado êxito, pois contradiz outros princípios antes já existentes, tais como os princípios da legalidade, da tipicidade fechada e da separação dos poderes, uma vez que a norma consente que as autoridades administrativas possam desconsiderar atos ou negócios que pareçam dissimulados.

Dessa forma, a norma dá poderes que não competem à autoridade administrativa, possibilitando que se tenha acesso a um poder que não lhe é permitido. Isto porque, não cabe ao poder administrativo legislar e criar normas e, sim, apenas segui-las. Por esse motivo, a norma geral antielisão torna-se inconstitucional. Este comentário é importante para corroborar o discurso aqui defendido, qual seja, o da elisão fiscal.

2.4 Características da Região de Estudo

Lucas do Rio Verde está localizada no centro do estado de Mato Grosso e foi colonizada, predominantemente, por imigrantes do sul do Brasil, trazidos pelo INCRA, no início da década de 1980. Foi emancipada há 28 anos e

representa destaque na agricultura, sendo responsável por 1% de toda produção brasileira de grãos e considerado o 5° maior produtor do estado, conforme dados da Secretaria Municipal da Agricultura de Lucas do Rio Verde. Além da soja, também se cultiva milho, algodão, feijão, arroz sequeiro e sorgo, sendo responsável, ainda, pela geração de empregos de milhares de pessoas na suinocultura, bovinocultura de corte e avicultura de postura e corte. (LUCAS DO RIO VERDE, 2016).

O Município se sobressaiu, de acordo com estudo feito pela consultoria *Urban Systems*, publicado pela Revista Exame, em que se destacou entre os municípios com menos de 100 mil habitantes, merecendo o segundo lugar no quesito desenvolvimento econômico. Segundo a revista, "há cidades que nasceram com vocação para atrair investimentos e um exemplo é a mato-grossense Lucas do Rio Verde", que ficou em quinto lugar, como melhor cidade do Brasil para fazer negócios. (REVISTA EXAME, 2015. Pág. 60).

Segundo dados do IBGE de 2016 o município de Lucas do Rio Verde tem, aproximadamente, 59.436 habitantes, incluindo moradores das áreas rural e urbana, e tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[i] de 0,768 em 2010, valor que está acima da média nacional, que é 0,754 em 2017. O índice permite conhecer-se o grau de desenvolvimento humano de cada localidade. Ele foi criado pelo programada das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD) em 1990, pelos economistas Mahbub Ul Haq e Amartya Sen. Nele são analisados indicadores sobre renda, educação e saúde, ou seja, quanto melhor se encontram estas três áreas, melhor será o índice dessa região específica. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2016).

O Município também se destaca na educação, estando entre as de melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2015, tendo recebido menção honrosa no PRÊMIO ESCOLA NOTA 10, concedido pela ONG Instituto Alfa e Beto. Segundo João Batista de Oliveira, presidente do instituto, "a rede municipal de ensino adota boas práticas, tais como o currículo unificado e as avaliações de desempenho dos alunos".

3 METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como qualitativa, pois “descreve a complexidade de um problema e possibilita, em maior nível de profundidade, a compreensão do comportamento dos indivíduos” (RICHARDSON, 2010, p. 80). A pesquisa qualitativa é aquela não se preocupa, basicamente, em enumerar os eventos estudados, pois de acordo com Minayo (2008), os métodos quantitativos têm a finalidade de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática. Suas investigações comprovam a regularidade dos fenômenos.

Segundo Gil (2010), pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Foi realizado levantamento bibliográfico de materiais existentes sobre o assunto e, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), não é mera repetição do que já foi escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A coleta de dados foi dada por meio de observação direta extensiva. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a observação direta extensiva pode ser feita por meio de questionário, do formulário, de medidas de opinião e atitudes e de técnicas mercadológicas. E, para coletar os dados necessários, foi utilizado um questionário, aplicado nas empresas, junto aos empresários donos de empresas de pequeno porte em Lucas do Rio Verde, todas as empresas participantes da pesquisa são do ramo de comércio e foram constituídas em 2015. Segundo Marconi e Lakatos (2002, p.98), questionário é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito. ”

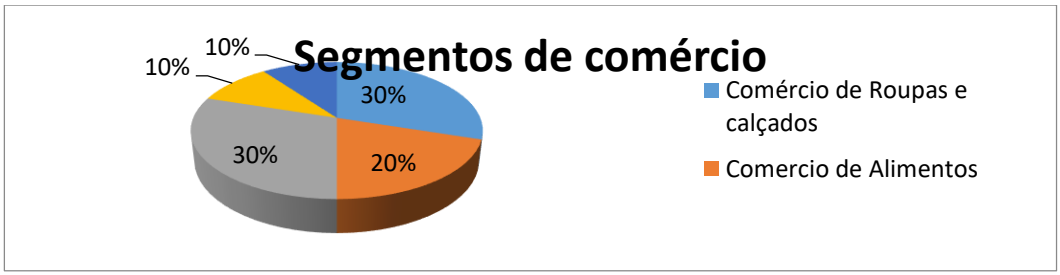
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A aplicação de questionário teve o intuito de avaliar o nível de conhecimento que os empresários participantes da pesquisa têm sobre o planejamento tributário. O questionário, conforme mencionado, foi aplicado em empresas de pequeno porte, do ramo de comércio, constituídas no ano de 2015, em Lucas do Rio verde.

O questionário adotado na pesquisa foi composto por 11 questões e aplicado em 10 empresas, todas as selecionadas para a pesquisa aceitaram responder ao questionário, na condição de que não fossem divulgadas suas identificações. Tais informantes atuam em segmentos distintos do comércio, tais como de roupas e calçados, comércio de alimentos, comércio de peças e equipamentos automotivos e comércio agromercantil.

Para a melhor visualização dos dados sobre a identificação dos participantes, apresenta-se o gráfico 1, a seguir.

GRÁFICO 1 - Segmentos de Comércio dos participantes da pesquisa

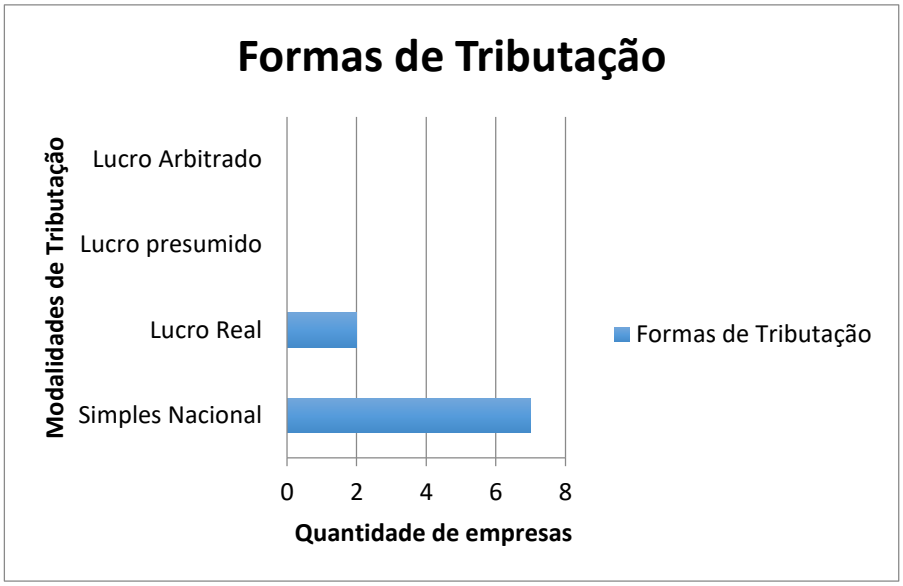


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Pode-se observar no gráfico 1, que 30 % das empresas participantes da pesquisa se encaixam no ramo de comércio de roupas e calçados, enquanto outros 30 % são do ramo de comércio de peças e equipamentos automotivos, 20% se enquadram no ramo de comércio de alimentos. O segmento de comércio de equipamentos de informática vem representado por 10%, enquanto os outros 10% se encaixam no ramo de comércio agromercantil.

Quanto às formas de tributação, tem-se que a grande maioria das empresas pesquisadas, estão enquadradas no regime de tributação Simples Nacional, conforme demonstra o gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Formas de Tributação que as empresas participantes da pesquisa estão enquadradas.



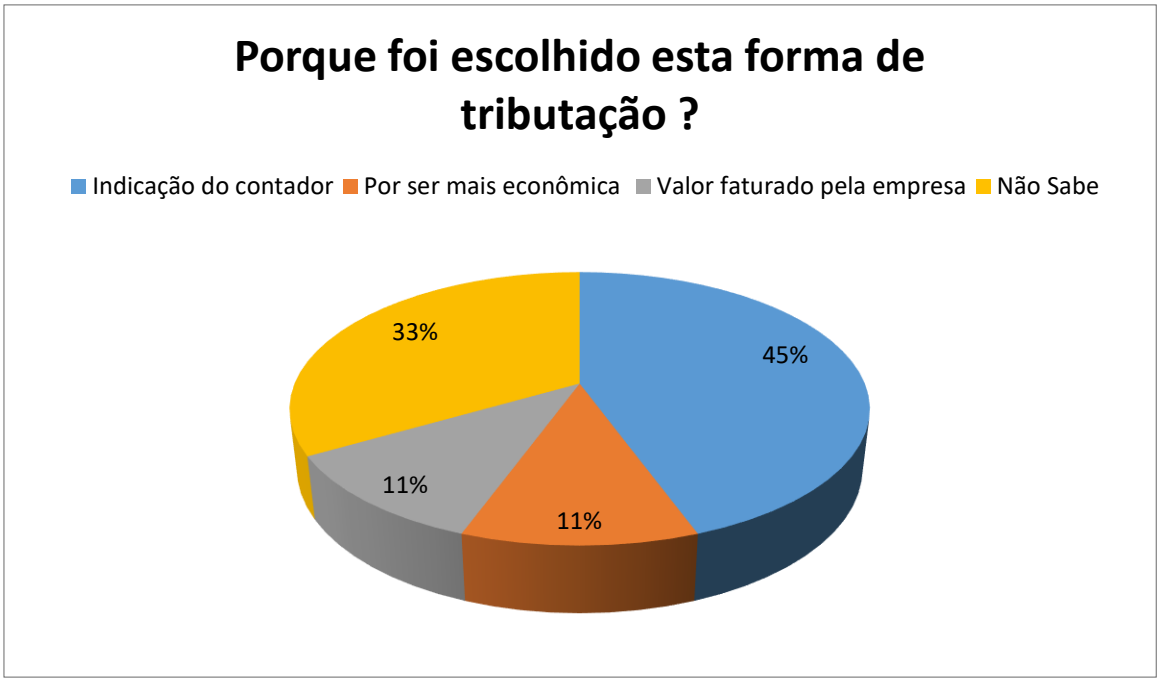
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Analisando-se o gráfico 2, pode-se observar que 70% das empresas que participaram da pesquisa estão enquadradas no Simples Nacional. Apenas 20 % está enquadrada como Lucro real, e nenhuma das empresas se enquadrou como optantes do Lucro presumido ou Lucro Arbitrado.

A pesquisa evidenciou uma tendência da grande maioria das empresas em optarem pelo mesmo sistema tributário conhecido como Super Simples, o Simples Nacional. No entanto, também ficou claro que não foi feito planejamento tributário prévio. É de se referir que esta opção seria a mais adequada e vantajosa para a realidade da empresa. Em alguns casos, isso pode vir a significar gastos desnecessários com tributos que poderiam ser evitados, se fossem analisadas, previamente, as particularidades de cada empresa, escolhendo-se, assim, a forma de tributação mais apropriada para cada caso específico.

Perguntou-se aos participantes sobre a escolha da forma de tributação para as empresas. Dentre as que estão enquadradas como Simples Nacional, os gestores nem sempre sabiam dizer o motivo da escolha por esse enquadramento, ou escolheram por indicação do Contador, enquanto outros disseram que acreditam ser mais econômica. A escolha está representada no gráfico 3.

GRÁFICO 3: Motivo da escolha da forma de tributação das empresas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Observando o gráfico 3, é possível notar que, em grande parte dos casos, os gestores não sabiam o real motivo da escolha pela forma de tributação que a empresa está enquadrada. Isso demonstra falta de planejamento tributário, o que pode ser fator limitador do desenvolvimento da empresa, pois nem sempre o Simples Nacional é a melhor opção para a empresa. Em algumas situações específicas, o lucro real é o mais indicado, mesmo que a empresa tenha faturamento que possa se enquadrar no Simples Nacional. Exemplo disso, é o caso das empresas que não têm lucro alto, uma vez que a forma de tributação do Simples Nacional tributa sobre o faturamento da empresa, sem levar em consideração a sua rentabilidade, o quanto ela realmente conseguiu de lucro. Já no lucro real, o tributo tem como base o lucro, depois de terem sido subtraídas todas as despesas das receitas da empresa.

Segundo dados divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2016), foi possível notar a quantidade de empresas de Pequeno Porte que fecham as portas em seu primeiro ano de funcionamento. O principal motivo alegado pelos empreendedores para as empresas deixarem de funcionar são os impostos/custos/juros, representando 31%, na frente de pontos como concorrência, pouca demanda, capital de giro, mão de obra e crise econômica, e quando perguntados o que poderia ter sido

útil para evitar o fechamento da empresa, 52% referiram “menos encargos e impostos”.

Diante disso, fica clara a necessidade de se fazer planejamento tributário, pois, das empresas pesquisadas, apenas 10% afirmarem fazer o planejamento dos seus tributos, atualmente, enquanto os outros 90% assumiram não fazer planejamento tributário. Porém, quando questionados sobre se os gestores da empresa acreditam que o planejamento tributário contribui para que o tributo não venha a ser um fator de barreira para o desenvolvimento da empresa, 90% respondeu afirmativamente, enquanto apenas 10% disseram não acreditar.

Quando perguntados sobre qual é o percentual de tributos que a empresa apresenta em relação à receita bruta, os resultados indicaram que 30% não sabiam dizer, e 10% dos participantes afirmaram que o percentual era de menos de 5%, enquanto 40% dos participantes da pesquisa afirmaram que o percentual de tributos que a empresa apresenta em relação à receita bruta é de 5 a 10%. Por último, 10% afirmaram que os tributos sobre a receita bruta representam entre 11 e 15%.

Quando perguntados sobre se os empresários acreditam que a empresa poderia estar melhor financeiramente, se enquadradas em algum outro regime tributário, 60% respondeu que não, enquanto 40% acredita que sim.

No questionário aplicado nas empresas participantes da pesquisa, foi aberto espaço para que os participantes dessem suas respectivas opiniões pessoais, assim como foi solicitado que expressassem suas opiniões com relação ao planejamento tributário. Nesse norte, quanto à Empresa 1 pode-se observar falta de conhecimento sobre o assunto, pois o empresário (a) respondeu *“Em nosso estado, muito injusto comparado com os demais estados”.* Analisando esta frase no contexto do questionamento, fica claro que o empresário desconhece o planejamento tributário, confundindo-o com a própria carga tributária do estado.

Com relação à resposta da Empresa 2, pode-se observar que o empresário demonstra ter maior noção de como o planejamento tributário pode favorecer a empresa, pois segundo ele: “Os empresários têm o direito de tentar estruturar o seu negócio próprio da maneira que melhor lhe convenha, procurando conseguir a diminuição dos custos do seu empreendimento. ” A resposta evidencia maior compreensão sobre o assunto, pois lembra uma

passagem de AMARAL (2002, p.49), ao referir que “o contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça. ”

A Empresa 3 apresentou a seguinte resposta: “No Brasil, somos obrigados a pagar muitos impostos, por isso acredito que o planejamento é importante para o desenvolvimento da empresa. ” Diante disso, pode-se observar que o empreendedor 3, mesmo não praticando o planejamento em seu empreendimento, já que sua resposta foi não à pergunta sobre se a empresa executa planejamento tributário, sabe de sua importância, e sabe que ela pode ajudar no crescimento da empresa.

Com relação à resposta da Empresa 4, foi possível perceber que existe um entendimento de que fazer planejamento dos tributos ajuda de forma lícita a diminuir a carga tributária. Esta dedução foi possível, porque o empresário apresentou a seguinte resposta: “Planejamento tributário fiscal seria a forma de minimizar os custos fiscais. Seria uma forma legal de diminuir o pagamento dos tributos. ”

Em relação à resposta da Empresa 5, observou-se que a empresária tem uma visão positiva do planejamento, pois apresentou a seguinte resposta: “Uma forma de nós termos mais benefícios fiscais, pagando menos impostos, procurando estratégias para isso, sem precisar sonegar impostos. Acredito que é até mais fácil para conseguir êxito em empréstimos bancários, facilita muito para a gente. Deixa mais prático o dia a dia.” com essa resposta, demonstrou certo conhecimento sobre o assunto, salientando os pontos positivos de se fazer o planejamento tributário. Pode-se observar na resposta que a empresária tem familiaridade com o assunto, o que é bom para o seu empreendimento.

A Empresa 6 preferiu não opinar sobre esse tópico, apresentando a seguinte resposta: “Não quero opinar. ” Diante disso, pode-se denotar que alguns dos motivos que levam as empresas a não fazerem o planejamento dos seus tributos, é a falta de conhecimento sobre como a área atua, e como ela pode favorecer a empresa.

A Empresa 7 também admitiu não entender como o planejamento tributário pode contribuir para as empresas. Por esse motivo apresentou a seguinte resposta: “Não sei como funciona exatamente. Mas acredito que salvaria muitas empresas da bancarrota se o governo diminuísse os impostos.

Na minha opinião, a situação atual é injusta para nós que ajudamos o país a crescer de maneira econômica oferecendo empregos. ”

Em relação à Empresa 8, pode-se observar que o empresário participante tem uma visão positiva de como o planejamento tributário opera nas empresas, apresentando a seguinte resposta: “Acredito ser bom para o financeiro do empreendimento, acho ajuda a economizar. ” Analisando a resposta, pode-se perceber que o empresário sabe que, planejando a tributação de sua empresa, ele pode conseguir benefícios. Acrescentou ter confiança de que a prática ajuda a economizar, favorecendo assim o financeiro da empresa.

Quanto à Empresa 9, obtive-se a seguinte resposta: “Acredito ser a forma de se organizar e planejar como conseguir economizar com os impostos. Por isso, eu acho que deve ser bom para as empresas fazerem planejamento da parte tributaria. Eu pretendo me informar mais sobre isso. ” A resposta demonstra que o empresário tem conhecimento de como planejar os tributos pode ajudar a empresa, em vários aspectos. Ponto positivo, pois o mesmo já tem ciência da importância da prática.

No que concerne à resposta da Empresa 10, tem-se: “Para ser sincero, eu não sei como funciona, então, prefiro não opinar. ” O Empresário admitiu não saber como que funciona o planejamento tributário, então preferiu não opinar.

Nestes relatos fica claro que se trata da maioria os casos de empresários que não fazem o planejamento tributário em seus empreendimentos, talvez por falta de conhecimento dos benefícios, de como o planejamento atua de fato. Muitos demonstram ter receio de tudo que envolva a palavra tributo, confundem planejamento tributário com a própria carga tributária pais.

Observou-se, também, que alguns participantes parecem não ter entendido a importância de sua participação em responder todas as perguntas do questionário, para que, assim, pudéssemos ter maior credibilidade dos resultados obtidos. Portanto, através dos resultados apresentados pela análise do questionário aqui expostos, chegou-se à conclusão de que a classe de profissionais deve orientar melhor os empresários, proprietários de empresas de pequeno porte quanto ao planejamento tributário de suas empresas, pois nem sempre o regime tributário menos burocrático será o mais vantajoso para a empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema tributário Brasileiro é conhecido por ser um dos maiores do mundo, sendo, atualmente, o país com maior carga tributária da América Latina, segundo o Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isso afeta diretamente o desenvolvimento e o índice de sobrevivência das empresas, pois os tributos representam uma parcela muito grande dos gastos. Por esse motivo, torna-se de suma importância o planejamento tributário, em que se busca, de forma lícita, a diminuição dos tributos e, consequentemente, o aumento dos lucros.

Observou-se que não existe uma opção que seja sempre a melhor. Cada caso tem suas características específicas que devem ser estudadas, a fim de encontrar a que regime a empresa melhor se enquadra, obtendo, assim, a redução dos tributos.

Diante do exposto, mostrou-se necessário a maior compreensão dos empreendedores sobre a importância do planejamento tributário. Notou-se que, em alguns casos, há prejulgamento negativo sobre o procedimento em análise, confundindo-o com a carga tributária do Brasil.

Constatou-se, também, que é necessário, por parte dos profissionais da área contábil, procurar esclarecer estas questões a seus clientes, oferecendo a possibilidade de se aplicar o planejamento tributário. Isto pode ser efetivado esclarecendo a função e a forma pelas quais o planejamento pode ser desenvolvido na empresa, procurando-se, sempre, encontrar ferramentas legais para a redução dos tributos.

Em virtude do que foi exposto, também fica visível o anseio que os empresários têm de uma reforma tributária nacional justa, notando-se a ânsia pela simplificação do sistema tributário nacional, com reforma tributária ampla. Esta, certamente, ajudaria os empresários e, consequentemente a economia do país, atraindo mais investidores externos.

Levando-se em consideração este cenário, uma tendência mais favorável aos pequenos empresários Luverdenses, se dá com o aprimoramento de seus conhecimentos sobre planejamento tributário, expandindo sua visão crítica sobre a importância do planejamento eficaz e de quão importante e essencial é o papel do o Contador para a empresa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gilberto Luiz do. (Coord.) Planejamento tributário & A Norma Geral Antielisão. Curitiba: Juruá, 2002.

BRASIL. Atlas do desenvolvimento humano. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/#2 >. Acesso em: 03 maio 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Seção II: Das Limitações do Poder de Tributar. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. Lei Complementar n° 104 de janeiro de 2001. Dispõe Sobre Alterações nos dispositivos da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp104.htm >. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm > Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. Lei n° 5.172 de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm >. Acesso em: 26 mar. 2017.

BRASIL. SICETEL.Brasil tem maior carga tributária da América Latina. Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos. Disponível em: < http://sicetel.org.br/?p=10290 >. Acesso em: 18 maio 2017.

FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FABRETTI, Láudio Camargo. Normas antielisão. Disponível em http://www.tributarista.org.br. Acesso em: 10 maio 2017.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GRECO, Marco Aurélio. Constitucionalidade do Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Ed.) O planejamento tributário e a lei complementar 104. São Paulo: Dialética, 2001.

HUCK, Hermes Marcelo. Evasão e Elisão. São Paulo: Saraiva, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil, Lucas do Rio verde: IBGE. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

LUCAS DO RIO VERDE. História de Lucas do Rio verde. Lucas do Rio Verde: Prefeitura. Disponível em: <http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/portal/caracteristicas/caracteristicas.php>. Acesso em: 02 abr. 2017.

LUCAS DO RIO VERDE. Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde. Economia de Lucas do Rio verde. Disponível em: <http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/portal/economia/economia.php>. Acesso em: 03 abr. 2017.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Maurício; BRANDÃO, Vladimir. O ranking das melhores cidades do Brasil para fazer negócios. Revista Exame, 1100° ed. São Paulo, n. 20, p. 61 – 62, out. 2015.